

MÍRIAM DO CARMO BRUNETTA

**A POLÍTICA DE COTAS PARA MULHERES:
ANÁLISE DO LEGISLATIVO PARANAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Prof. Dr. Ângelo José da Silva

**CURITIBA
2005**

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO	5
1 CAMPO TEÓRICO E METODOLOGIA	8
1.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO.....	8
1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	14
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS	17
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS – CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE DIREITOS..	17
2.2 AÇÕES AFIRMATIVAS.....	21
2.2.1 Histórico da Política de Cotas no Legislativo.....	25
2.2.2 Política de Cotas no Legislativo – Lei n ° 9100/95 e Lei n° 9504/97.....	28
2.3 CONSIDERAÇÕES APÓS A PROMULGAÇÃO DAS LEIS.....	30
3 PLEITOS ELEITORAIS DE 1994, DE 1998 E DE 2002, CARGO LEGISLATIVO NO PARANÁ	34
3.1 RESULTADO DO PLEITO ELEITORAL DE 2002.....	36
4 APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATAS/ELEITAS NO PARANÁ EM 2002	46
4.1 LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN.....	46
4.2 MARIA APARECIDA BORGHETTI.....	57
4.3 ELZA PEREIRA CORREIA MULLER.....	65
4.4 ARLETE IVONE CARAMÊS.....	75
5 QUADRO PARANAENSE PÓS-POLÍTICA DE COTAS	81
5.1 AS ELEITAS NO PARANÁ, PÓS-COTAS.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	100

RESUMO

A institucionalização de política de cotas por sexo para cargo legislativo, no Brasil, foi implementada no final do século XX. Essa ação afirmativa foi resultado de discussões e embates nacionais e internacionais que constataram a falta ou pouca participação da mulher na política, nos canais de decisão pública. Passados dez anos da primeira lei 9100/95 que previu cotas para a disputa de cargos legislativos, tenta-se fazer uma análise quantitativa e qualitativa dessa política pública, que vem para o campo político, num primeiro momento, com o objetivo de aumentar a participação da mulher nos canais de poder. Nesse ínterim, busca-se contextualizar esta política de cotas em relação ao sistema eleitoral brasileiro, para observar se houve alteração no lançamento de candidaturas de mulheres, a partir da comparação das candidaturas para o legislativo no Estado do Paraná, nos pleitos eleitorais de 1994, de 1998 e de 2002.

ABSTRACT

The institutionalization of politics of coats for legislative Office, in Brazil, has been implemented at the end of the twentieth century. This affirmative action was the result of national and international discussions and impacts that verified the lack or little participation of the woman in politics, in the channel of public decision. After ten years of the first law 9100/95, that expected coats for the debate of legislative offices, one tries to make a quantitative and qualitative analysis of this public politics, that comes to the political field, in a first moment, with the aim to increase the participation of the woman in the channels of power. In this meanwhile, one seeks to contextualize this politics of coats in relation to the Brazilian electoral system, to verify if there was an alteration to introduce candidatures of women, since the comparison of candidatures of the legislative in the State of Paraná, in the electoral contests of 1994, 1998 and 2002.

INTRODUÇÃO

As discussões nacionais e internacionais sobre a condição social, política e econômica da mulher foram tema em fóruns, congressos, convenções, conferências, que visavam encontrar mecanismos para serem aplicados, a partir das estruturas sociais e políticas, com o intuito de gerarem uma equidade nas relações entre homens e mulheres.

Não obstante, no Brasil, a questão da desigualdade social é um dos problemas mais marcantes, que envolve todos – homens e mulheres – sejam levadas em consideração perspectivas de etnia, de gênero ou de classe.

Observa-se, no decorrer da história brasileira, mais substancialmente, no século XX, o surgimento do movimento feminista, que acontece através de entidades, associações, que agem de modo a representar o interesse das mulheres.

Os desdobramentos das lutas dos movimentos feministas visam por um lado denunciar os tratamentos ao longo do processo de construção do Estado-nação de modo a evidenciar o detrimento das mulheres nos espaços de decisão e poder públicos em favor dos homens, de outro lado, continuar a problematizar as relações de gênero construídas historicamente e marcadas pelas diferenciações de status, de responsabilidades e de direitos.

O tema das “políticas de cotas” vem para a arena de debate como sendo um mecanismo, um instrumento para se tentar “corrigir” algumas construções sociais “distorcidas” e por si históricas, ou seja, a incorporação de grupos excluídos em determinadas esferas ou “campos” sociais, neste caso, o do poder público, mais especificamente, o poder legislativo.

Nesse íterim, busca-se focalizar as ações afirmativas – cotas enquanto políticas públicas, advindas dos conflitos internos e externos do campo político. Poder-se-ia, portanto, no caso brasileiro, considerar a proposição da política de cotas para cargo legislativo, na metade da década de 90, por parte desses grupos, entre outros cargos e instituições, uma maneira de pressionar o governo a tomar

medidas diante dos processos decisórios das políticas públicas e dos arranjos sociais.

A apresentação, neste trabalho, será contemplada via políticas públicas, principalmente, relacionada à instituição de “ações afirmativas” ou “discriminações positivas”.

Assim, surge uma preocupação bastante crucial na agenda das políticas públicas brasileiras, como tratar e a quem atribuir o conceito de excluído. Uma das primeiras perguntas seria como e quem foi e é considerado cidadão? Em que bases sociais foi sendo construída a cidadania? Abre-se, portanto, um leque de discussão sobre o que é considerado direito. Uma discussão teórica complexa e que, também, na prática pode produzir ambigüidades.

O objeto de estudo deste trabalho está condicionado a essa construção, ou seja, ao se pensar a política de cota no legislativo, busca-se reconstruir o processo de homologação desta lei, evidenciando-a enquanto ação afirmativa, por conseguinte, uma política pública.

Estabelecer uma relação entre leis e conseqüências não descarta a necessidade de relacioná-la também com as configurações no interior do campo político e o mundo social, espaços onde ocorrem “todas as interações possíveis de serem mensuradas”, segundo BOURDIEU.

Outras questões surgem carentes de análise relacionadas com a questão da prática e efetivação das políticas públicas. Por que considerar as diferenças no momento em que se institucionalizam leis? E quais diferenças são consideradas? Onde se assenta a justificativa de tais proposições, se existe na fundamentação da Constituição o preceito universal de que todos possuem direitos iguais perante a lei?

Foi necessário retomar a construção dos conceitos de cidadania trabalhados pelo viés das políticas públicas, além de traçar o retrato da construção dos direitos no Brasil.

Continua-se nessa perspectiva e chega-se ao objetivo principal, houve ou não alteração na composição do quadro de deputadas(os) estaduais, representação política do Paraná, pós a implementação da política de cotas para o legislativo.

No entanto, permanece constante se a questão de se ter instituído tal lei consegue garantir presença de mulheres na política, uma vez que a compreensão do campo político se torna necessária para poder visualizar o *habitus*, as possibilidades, as trajetórias e os caminhos percorridos pelos agentes e grupos.

Para fins deste estudo, compreende-se a necessidade de pontuar duas questões. A primeira refere-se à alteração do número de candidaturas, e a segunda como se deu na prática a instituição da política de cotas para cargos legislativos, buscando enfatizar o pleito com maior representação de mulheres eleitas, para poder traçar o perfil destas representantes.

O trabalho divide-se em cinco capítulos: no primeiro, é pontuado o marco teórico que serve para construção e análise dos desdobramentos ocorridos na política paranaense. No segundo busca-se enfatizar as ações afirmativas enquanto políticas públicas, inseridas na problemática das relações do campo político; o terceiro contempla qualitativamente os pleitos eleitorais de 1994, de 1998 e de 2002, antes e pós a instituição da política de cotas; o quarto compila o perfil das mulheres que foram candidatas e se elegeram no pleito eleitoral em que houve o maior número de mulheres eleitas, buscando através de entrevista reconstruir a trajetória de cada uma até suas entradas no legislativo. O quinto capítulo contará com análise e comparação das representantes paranaenses, bem como as questões mais pontuais pertinentes ao campo político pós a instituição da política de cotas, buscando um diálogo entre as teorias e práticas sociais.

CAPÍTULO I

1) CAMPO TEÓRICO E METODOLOGIA

1.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO POLÍTICO

Para empreender no estudo sobre a política de cotas no legislativo, sua formulação diante das políticas públicas, os resultados e condicionantes, procurou-se trabalhar com os conceitos: de campo político, *habitus*, representação no campo político.

Visando explorar uma compreensão das relações que se estabelecem no campo político e mais precisamente as que se estabeleceram posteriormente à institucionalização da política de cotas para cargo legislativo, é preciso uma concepção de Estado que contemple ao mesmo tempo “correspondência” e “autonomia” entre os vários agentes que compõem esta estrutura.

O Estado, segundo BOURDIEU, “é um conjunto de campos burocráticos ou administrativos no interior dos quais agentes e grupos de agentes governamentais ou não-governamentais lutam em pessoa ou por procuração para esta forma particular de poder que é o poder de regular uma esfera particular de práticas ... por leis, regulamentos, medidas administrativas ... em resumo, tudo aquilo que se põe sob o nome de política.” (1992, p. 86-87) ¹

O Estado, portanto, é um espaço onde ocorrem as lutas, os agentes e grupos de agentes que travam esses embates querem conquistar a legalidade e legitimidade de influenciar e tomar decisões sob o conjunto de normas coercitivas, que resultarão num ir e vir para outros campos. Por certo, o que ocorre no campo político se se pensa por esta perspectiva é a luta pelo “monopólio da violência simbólica legítima”, concepção que Bourdieu adota de Weber. No entanto, esse autor vai um

¹ Tradução para fins deste estudo de parte do livro Réponses: pour une anthropologie réflexive.

pouco à frente, alargando o conceito para uma perspectiva também de poder simbólico, ou seja, “o poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não o querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 2002, p. 7-8).

Para compreender a construção do campo político, é necessário entender a noção de campo como instrumento para apreensão do mundo social, evidenciando a complexidade das relações, de modo que pensar neste sentido é pensar relacionalmente e nas probabilidades decorrentes deste modo de pensamento para construção teórica. “*A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. ... Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: o real é relacional.*” (BOURDIEU, 2002, p. 27-28).

O campo é um espaço estruturado onde ocorrem as relações entre as posições sociais que são ocupadas por agentes. Essa noção da estrutura do campo proporciona uma visão geral da complexidade e dos desdobramentos das relações sociais, neutralizando o efeito simplificado de se pensar somente em agentes e como se fossem eles os que comandam conscientemente a relação entre seus pares, como se estivessem totalmente independentes das estruturas sociais, e por outro lado, consegue-se também neutralizar o pensamento de que a estrutura em tudo se sobrepõe aos agentes, por vezes, destituindo-o de mobilidade, colocando-o como mero espectador do jogo que é jogado no campo. “*Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo, é explicar, tornar necessário e não reduzir ou destruir*”. (BOURDIEU, 2002, p. 69).

O campo, e especificamente o campo político, é marcado por uma estrutura definida que organiza as relações existentes. Os agentes que ocupam espaços no interior do campo político possuem uma preparação especial, isto é, os construtores desse campo devem possuir características específicas que os fazem reconhecerem-se uns aos outros. O campo político é entendido como um espaço de relações entre

indivíduos, grupos, partidos, instituições, que estão continuamente em relação uns com os outros.

Todo campo possui um *habitus*, “*os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas ... são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes.*” (BOURDIEU, 1997, p. 22). O *habitus*, portanto, é diferença simbólica, que passa a dar sentido e entendimento do mundo social. Pode ser entendido enquanto uma linguagem existente nos diversos campos e que precisa ser mensurado para o entendimento das relações.

O campo político possui um *habitus* próprio, que confere ao campo e aos seus agentes os esquemas práticos que classificam, hierarquizam, dividem e visionam, enfim, esquemas de julgamentos que separam e unem a ponto de conferir-lhes o reconhecimento e o pertencimento ao campo.

Existe um *habitus* coletivo que faz com que a relação no interior do campo seja estabelecida, evidenciada e classificada a partir da incorporação pelos agentes, os quais, também, são possuidores de *habitus* individual. Os *habitus* incorporados servem como estruturadores e estruturantes do jogo entre eles.

Desta perspectiva compreende-se o por que do campo político ser entendido “como campo de força e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento.” (BOURDIEU, 2002, p. 163-164).

No entanto, Bourdieu também ressalta que não se pode pensar no campo político no sentido de ser este um império, ou seja, que não recebe influência externa, principalmente pela relação entre mandantes e mandatários, a qual se dá através da relação que ambos têm com as instituições, neste caso, os partidos que se transformam em mediadores/construtores das aspirações/ações dos seus mandatários.

As relações estruturadas no campo político onde os agentes ocupam espaços, neste caso, nos partidos políticos, possibilitam visualizar se ocorrem modificações e o tipo de tais modificações no campo, ou seja, pode-se visualizar se

houve alterações na estrutura ou nas posições ocupadas pelos agentes no interior do campo.

Os agentes, ao corporificarem, dão forma às estruturas do campo e, também, são detentores de capital. Os capitais dos ocupantes das posições no campo tornam-se poderes para interagirem no interior do campo e fora dele. Esses capitais são poderes que os agentes possuem para jogar o jogo do campo, e para influenciar as decisões dos indivíduos que depositam neles a confiança de serem representados pelos candidatos que estão na disputa eleitoral.

A construção do crédito político é um processo baseado na crença e no reconhecimento. Essa construção permite entender o capital político enquanto capital simbólico. “... o poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce [...] É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. Como o campeão divino ou humano que [...] tem a necessidade que se creia nele, [...] com a condição de ele espalhar os seus benefícios sobre os que assim o apoiaram.” (BOURDIEU, 2002, p. 188). O homem político deve ser capaz de conquistar a confiança de um indivíduo ou grupo para representá-lo, mas também deve manter essa relação recíproca de confiança.

O capital político que os agentes possuem é utilizado como moeda de reconhecimento, de troca, de barganha, serve como instrumento de hierarquização, de divisão entre aqueles que jogam o jogo político. Os capitais são estruturados no campo, assim como são estruturadores do campo na medida em que cada agente ocupante da estrutura do campo possui mais ou menos capital.

A luta pelo poder de decidir e representar outros em uma das esferas de decisão faz parte do jogo que é jogado entre os agentes que compõem a estrutura do campo político. “*A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos.*” (BOURDIEU, 2002, p.159). Os partidos políticos são instituições que jogam entre si com o objetivo de chegar ao poder político.

Observa-se que os partidos políticos e os agentes que dominam as relações entre eles buscam uma constância e reprodução daquilo que se configura nas

relações de luta pelo poder. Um dos motivos da disputa eleitoral é poder estar e influenciar neste espaço de decisões.

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes. (BOURDIEU, 2002, p. 168).

Os partidos buscam para compor os seus quadros pessoas que possam representar aquilo que são seus anseios e os anseios de seus mandantes (os eleitores). Nos períodos eleitorais, são os momentos que podem ser visualizados com maior grau de visibilidade os arranjos e rearranjos do jogo político: entradas em partidos, trocas de siglas partidárias, composição dos quadros de nomes para a disputa eleitoral, seja para disputar o espaço majoritário – executivo – seja para disputar os espaços proporcionais (câmara de vereadores e assembleias).

Os agentes que ocupam os espaços do campo político para jogar sabem que existe um *habitus* do político, um modo de pensar e de agir, inerentes a esse campo. Chegam para o jogo imbuídos desse *habitus* com os saberes necessários para os reconhecer e para poderem jogar o jogo.

[...] o *habitus* do político supõe uma preparação especial. É em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessárias nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido. (BOURDIEU, 2002, p. 169).

Dessa configuração percebe-se que as jogadas são praticadas dentro de limites e bases de regras definidas, o que proporciona aos políticos prever as tomadas de posições dos outros políticos.

No sentido do jogo político, as tomadas de posição são praticadas enquanto possíveis e previsíveis. “*Previsíveis, portanto responsáveis, no sentido do inglês*

responsable, *quer dizer, competentes, sérios, dignos de confiança, em suma, prontos para desempenhar com constância e sem surpresas nem traições o papel que lhes cabe na estrutura do espaço do jogo*”. (BOURDIEU, 2002, p. 172).

Essas premissas ajudam a pensar o poder legislativo enquanto um espaço de luta e de decisão. “... *o parlamento é uma espécie de arena no interior da qual vai se regular, pela linguagem e pelo voto, segundo certas regras, certo número de disputas entre pessoas que supostamente exprimem interesses divergentes ou mesmo antagônicos.*” (BOURDIEU, 1997, p. 91).

Uma das funções do legislativo é a de legislar. Essa dinâmica da proposição até a institucionalização da lei faz parte do jogo político. São projetos de leis, discussões, emendas aos projetos, discursos que ocorrem no parlamento, com o intuito de transformar aquilo que foi proposto no projeto de lei em algo que pode ser colocado em prática, através da homologação.

A política de cotas para o legislativo é lei homologada, no Brasil, na metade da década de 90. Em suma, determinava como seria a disputa para o cargo legislativo. Ao se pensar a estrutura do campo político como sendo um espaço de possíveis e que as relações se estabelecem dentro de limites, observa-se que as leis são regras que são utilizadas enquanto estruturadas e estruturantes do jogo político. Ao mesmo tempo em que são construídas a partir das disputas entre os agentes do parlamento, elas serão integrantes também do jogo político para se chegar a esse espaço.

Esses conceitos são frutos do trabalho de construção teórico-metodológica realizada por Bourdieu, que em certa medida transformam-se em instrumentos para se compreender as relações e os efeitos práticos das dinâmicas sociais².

² Entende-se por este termo, e, portanto, coloca-se em evidência ao trabalhar com o conceito de campo e de *habitus* a complexidade existente nas relações sociais, nunca de modo simples, mas relacional e inter-relacional.

1.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

O estudo sobre as políticas públicas é amplo e contempla várias perspectivas. Após cursar a disciplina de mestrado sobre o assunto, optou-se por contemplar as ações afirmativas, mais precisamente, a política de cotas no legislativo, a partir desse viés. O resultado é a utilização de autores que trabalham sobre o tema: DRAIBE (1989), VITA (1993), O`DONNELL (1996), BENDIX (1996), FIGUEIREDO (1997), SALLES (1997), SANTOS (1998), sendo o resultado uma compilação e reflexão sobre direito, justiça social, igualdade, cidadania entre outros, que estão ligados à democracia e à construção do Estado de bem-estar social.

Prosseguindo a pesquisa, visualizou-se que também seria necessário evidenciar histórica e conceitualmente a ação afirmativa ou discriminação positiva. Portanto, foi necessário alargar a pesquisa para o campo dos direitos humanos fundamentais; consultas à Constituição Federal e às legislações que contemplavam de modo geral as cotas, bem como as legislações que regulamentavam especificamente as eleições para o legislativo. Os planos de ações do executivo, Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Extratos das plataformas de ação propostas em conferências e convenções sobre a mulher – Convenção sobre a eliminação das formas de discriminação contra a mulher-1979, Convenção do Belém do Pará-1994, Conferência Mundial sobre a Mulher, Benjing-1995.

Os extratos de alguns discursos proferidos pelos legisladores brasileiros a respeito da política de cotas foram utilizados com o intuito de mostrar que no campo político existe a necessidade de convencimento pela linguagem e que, em maior ou menor grau, esse poder está diretamente interligado ao “profissional” político, que na prática é aquele ocupante da estrutura de poder em determinado momento.

Também foram buscados de modo geral autores que trabalharam a participação da mulher na política, entre outros não menos importantes, citam-se AVELAR (2001), ARAÚJO (2001), BORBA (1998), TABAK & TOSCANO

(1982), e cada qual pontuou de forma relacional a participação da mulher como sendo a efetivação da prática democrática.

A pesquisa sobre os encaminhamentos posteriores à instituição da política de cotas no legislativo, tem como marco o livro publicado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFMEA, intitulado “A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro”, que tem como autora Sonia Malheiros MIGUEL (2000), e que contribuiu muito para compor o resultado desta pesquisa, além de outros títulos e dossiês sobre o assunto, publicados pela mesma em parceria com outros colaboradores.

Embora o tema sobre a política de cotas para o cargo legislativo, neste trabalho, não ser evidenciado pela perspectiva das teóricas feministas, salienta-se a utilização do conceito entre público e privado trabalhado pela perspectiva da autora Carole PATEMAM (1993), em seu livro “O Contrato sexual”, onde pontua que a instituição do contrato social é feito com bases e diferenciações entre os sexos, e que, ao fundamentar as relações desta forma, gerou-se uma estrutura de relação entre o homem e a mulher com base na subordinação e na dominação. Mas, a utilização desta relação serve para evidenciar aquilo que seria a função da mulher que estaria ligada em maior grau ao âmbito privado, ou seja, o particular, a casa, a família, os filhos, o marido. A competência em cumprir com as funções externas, ou seja, ao espaço público, estaria dada ao homem, enquanto provedor.

A utilização de alguns periódicos – jornais e revistas – também evidencia outro fator da dinâmica social, ou seja, ao empreender uma busca em alguns materiais do cotidiano sobre o tema, buscou-se enaltecer, em certo sentido, que as pessoas são influenciadas em suas ações por aquilo que a estrutura do campo da comunicação contempla. Os periódicos que possuem o capital de visibilidade e de credibilidade são dominantes no campo da comunicação, porquanto se pode visualizar que as notícias publicadas são absorvidas e inculcadas pela população de modo que causam efeito nas relações.

Para evidenciar as resultantes da política de cotas no legislativo paranaense, foi realizado levantamento no banco de dados do tribunal eleitoral, do último pleito

eleitoral, sem a proposição das cotas – 1994, e dos pleitos eleitorais pós-instituição da lei de cotas – 1998 e 2002, com o objetivo de uma comparação quantitativa.

Para continuar a perspectiva de contemplar a participação de mulheres no legislativo paranaense, possibilidades e limitações, outra resultante do processo eleitoral, observou-se a necessidade de entrevistar candidatas/eleitas. Para isto, foi construído um questionário com questões abertas. A aplicação ficou restrita ao quesito candidata no pleito de 2002 e ter sido eleita. A entrevista com as mulheres que preencheram os requisitos ocorreu em 2004.

Para compor o questionário, foram escolhidos, além dos dados que contemplavam idade, estado civil, filhos, escolaridade e profissão, alguns temas: trajetória político-partidária, cotas, discriminação e trabalho atual. Dentre os temas, evidenciou-se o interesse pela política; a escolha do partido político; a ajuda do partido na campanha; a formação de reduto eleitoral; o conhecimento sobre a lei de cotas e a possibilidade da lei beneficiar a efetivação da mulher na política; a importância da participação da mulher na política; possível contribuição da mulher após conquistar o cargo político beneficiar o gênero; os tipos de discriminação evidenciados em suas trajetórias; a construção das proposições políticas – por assuntos, e as perspectivas para apresentação de projetos nos dois últimos anos de mandato.

CAPÍTULO II

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS – A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE DIREITOS

BOURDIEU E PASSERON (1982) pontuaram que a sociedade se funda historicamente numa estrutura de classes, proveniente da divisão social do trabalho baseada na diferenciação dos meios de produção, e que constantemente reproduzimos as relações sociais, suas hierarquias, costumes e valores. Através desta perspectiva busca-se entender as políticas públicas institucionalizadas no espaço social, mais especificamente, no campo político.

As primeiras observações podem ser pontuadas a partir do fato da cidadania estar atrelada ao reconhecimento de direitos. Esses direitos são perfilhados de forma a regular as relações entre as pessoas, entre as instituições e instituições, entre pessoas e instituições. Essa questão foge à simplicidade na medida em que se reconhece a complexidade das relações sociais.

Segundo Álvaro de VITA, os direitos ocupam um lugar importante, tanto moral quanto especializado nas relações no interior das sociedades. Alerta o cuidado que se deve ter no interior da linguagem dos direitos, ao imputar a determinado “bem coletivo ou individual” o *status* de direito. “Uma coisa é sustentar que direitos ocupam um lugar importante na moralidade política de uma democracia. Outra coisa muito distinta é dizer que *tudo* aquilo que é valioso para nós atinente à ação e às instituições políticas pode ser expresso no vocabulário dos direitos.” (1993, p. 26).

Assim, observa-se a necessidade de se entender, ao analisar as políticas públicas, o que está sendo delimitado e reconhecido como direito individual ou

coletivo, direitos “universais”, “morais” X os direitos “reais”, “legais”. Pontua-se que não existe uma concordância a respeito de tais conceitos.

De certo modo, confirmando o que FIGUEIREDO (1997) observou em seu trabalho, isto é, o estrito relacionar entre justiça social e modelos de políticas públicas. Segundo a autora, utilizando-se de Barry (1989), define justiça social como sendo “um atributo das instituições sociais que, no conjunto, determinam o acesso – ou as possibilidades de acesso – dos membros de uma sociedade a recursos que são meios para a satisfação de uma grande variedade de desejos”. (1997, p. 74)

Pode-se perceber, a partir do conceito acima, a existência de características intrínsecas ligadas à noção de justiça, um deles o caráter distributivo, que tem a ver com maneiras de distribuir benefícios e malefícios na sociedade. Uma segunda característica que seria a comparação entre pessoas, neste caso, existe bastante discordância com relação aos critérios substantivos que levariam à distribuição, o que se distribui e a quantidade para cada qual. Outro atributo seria a retrospectiva, isto é, qualidades passadas ou presentes de indivíduos e/ou relações que estariam sendo consideradas.

Dessa forma, existe, para alguns seguimentos da sociedade civil organizada, a necessidade de legalização de medidas que auxiliem a concretização de “igualdade de oportunidades”. Segundo DRAIBE (1989), esse conceito carrega um significado de respeito às “diferenças” e legitimação de diferenças.

Portanto, pode-se observar que existem atributos mínimos para além do reconhecimento de direitos. Tais atributos poderiam ser colocados em discussão a partir do regime de governo.

O sistema democrático é o que tende a reconhecer os direitos universais e individuais, mas não só o reconhecimento, como também colocar em prática medidas, arbitrarias ou não, para que se consiga a plena efetivação dos direitos.

Nesse caso, segundo O’DONNELL (1996), existe a necessidade de se ter, no interior dos Estados-Nação, um sistema democrático solidamente estabelecido, com instituições fortes, baseado no conceito de poliarquia de Dahl, quais sejam: 1) eleição dos governantes; 2) eleições livres e limpas; 3) sufrágio universal; 4) direito

de concorrer aos cargos eletivos; 5) liberdade de expressão; 6) pluralismo de fontes de informação; 7) liberdade de associação, acrescida de mais quatro atributos observados por ele:

... [1] os representantes escolhidos para as posições governamentais mais elevadas, além de serem eleitos em pleitos honestos, não devem ter os seus mandatos interrompidos antes de completar o período estabelecido constitucionalmente. ... [2] as autoridades eleitas não devem ser por estes excluídas de determinados âmbitos de decisão política. ... [3] deve haver um território indisputado que define claramente o *demos* votante. ... [4] uma definição adequada de poliarquia deve ainda incluir uma dimensão temporal: a expectativa generalizada de que um processo eleitoral limpo e as liberdades que o acompanham terão vigência por um futuro indefinido. (O'DONNELL, 1996, p. 8-9).

O que se tenta propor com tais citações, a priori, é que podemos considerar o Brasil, contemporâneo, em vias de uma construção de poliarquia do tipo proposto por O'Donnell. Embora, ainda, permaneçam resíduos governamentais condicionados à centralização de poder, tanto de interesse econômico quanto social, e que são à base das relações no modelo capitalista de produção.

Num segundo momento, embora ainda existam resquícios de uma cidadania “concedida”, a qual foi sendo construída em bases definidas, segundo SALES (1993), a partir da “cultura da dádiva”, de uma “democracia racial”, e do “homem cordial” e na qual se pode observar o atrelamento dos direitos civis do indivíduo ou grupo ao âmbito privado, consegue-se de certa forma dar início à redefinição do que se pretende considerar como e por cidadania.

No caso brasileiro, poder-se-ia considerar, a partir do século XX, o acirramento das discussões em torno dos direitos individuais e coletivos, que ganham força no período da ditadura militar, e que se configuram legalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando da inserção de “todos os Direitos da Declaração da ONU” (VITA, 1993, p. 5).

A partir dessas colocações contextualizadas, pode-se pontuar duas questões atinentes aos pressupostos da concessão de direitos universais, quais sejam: Quem são os excluídos? Por que se sentem excluídos?

As duas questões poderiam ser respondidas a partir do que SALES (1997) colocou como sendo a raiz da desigualdade brasileira, isto é, o modo como foram

distribuídos e condicionados os direitos civis.

Sendo que um problema estrutural decorre desse contexto de construção da cidadania, pois, na medida em que inicialmente os direitos sociais foram baseados e atrelados à “cultura da dádiva”, ao modelo de “democracia racial”, e ao conceito de “homem cordial”, a cidadania também é condicionada, “concedida”.

Retomando, historicamente, a construção do conceito de cidadania, pós-30, segundo SANTOS (1998), ao estudar e relacionar as relações políticas, econômicas e sociais, afirma que ainda permaneceu uma cidadania regulada, na medida em que a concessão dos direitos ficou baseada na estratificação ocupacional, na profissão de cada cidadão. “A cidadania está embutida na profissão, e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei.” (1998, p. 103).

Observa-se que houve uma permanência das relações sociais que, embora, em alguns momentos, tivesse um cunho “liberal”, atualmente, num sistema democrático, ainda persistam práticas de cunho clientelistas, mandonistas, coronelistas e assistencialistas.

Como foi exposto, os direitos humanos foram legalizados, a partir da Constituição Federal de 1988. Poder-se-ia considerar estes como “direitos positivos”, conforme FIGUEIREDO, ou seja, “os que são constituídos pelo seu reconhecimento social .” (1997, p. 76). Para tanto, seria necessário primeiramente entender a noção de direito ideal, e a relação entre direito ideal e direito positivo. Por direito ideal entende-se: “são constituídos pelo seu próprio conteúdo e são, muitas vezes, demandados, mas não necessariamente reconhecidos.” (FIGUEIREDO, 1997, p. 77).

Observa-se, segundo a exposição da autora, que os direitos positivos são considerados e reconhecidos mediante investigação e os direitos ideais requerem, também, argumento moral e político.

É dever da justiça social respeitar os direitos positivos (aqueles reconhecidos socialmente) pelas mesmas razões pelas quais a administração das leis deve ser imparcial e consistente, isto é, para garantir a segurança e a liberdade do indivíduo. Mas quando se trata de questionar os direitos positivos existentes e de exigir novos direitos com base em

argumentos morais e políticos, padrões independentes tornam-se necessários. Assim o princípio de direito, concebido como direitos ideais, não constitui um critério independente de justiça. (FIGUEIREDO, 1997, p. 77).

O resultado que pode ser observado é que direito ideal seria consequência de um direito positivo, e que aquele deve ser entendido num contexto substantivo de necessidade e mérito, sejam eles direitos econômicos ou sociais.

Portanto, as políticas públicas também podem ser vistas a partir da ótica da “defensabilidade”, ou seja, parte-se da conjectura de que as relações mesmo entre iguais são desiguais. Nesse sentido, na linguagem de defesa de direitos diferenciados, baseia-se no seguinte pressuposto: “a suposição é de que a igualdade não carece de motivo, apenas a desigualdade precisa ser justificada...” (BERLIN, apud FIGUEIREDO, 1997, p. 81).

Outra problemática que diz respeito à necessidade de institucionalização de ações afirmativas e sistemas de cotas no Brasil pode ser respondida, a priori, de duas maneiras:

A primeira estaria assentada nos fatores históricos, mas não distante da outra que seria o modelo de *Welfare State* que foi sendo adotado para construção da sociedade brasileira, ou seja, num primeiro momento o “meritocrático particularista”, e atualmente, ou em vias de estabelecimento, o “institucional redistributivo”; mesmo que em alguns momentos possa ser construído de forma mista, segundo DRAIBE (1989).

Esse pano de fundo apresentado sobre a institucionalizado das políticas públicas serve como instrumento para propor uma discussão e análise da implementação no Brasil das ações afirmativas e discriminações positivas.

2.2 AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas surgem como políticas públicas em meados do século XX, implementadas pelo governo dos Estados Unidos da América. Foi resultado de pressões internas de grupos organizados da sociedade civil, que lutavam pelos

direitos civis dos afro-americanos.

Tais grupos integravam os denominados “movimentos negros”, tendo como líderes Martin Luter King e Malcon X, e grupos radicais, como os “Panteras Negras”. Nos E.U.A, as políticas de ação afirmativa foram implementadas no âmbito do mercado de trabalho, na educação superior e nos contratos governamentais. A influência norte-americana resultou na Europa nas “discriminações positivas”.

Os motivos do surgimento da *affirmative action* foram a crise do liberalismo e o modo como foi sendo construída a concepção de Estado do Bem-Estar Social, ou seja, gradativamente a acepção formalista – igualdade perante a lei e Estado mínimo abrem espaço para atuação promocional do Estado com vistas a atingir uma igualdade material. Essa nova perspectiva de Estado promocional e igualdade material visam acabar com as desigualdades e promover o nivelamento de oportunidades entre as pluralidades e multiculturalidades sociais.

As “ações afirmativas” ou “discriminações positivas” são consideradas políticas públicas por estarem atreladas à legalização de mecanismos que consigam interferir na dinâmica social de modo a conseguirem acesso dos excluídos ao âmbito social, político e econômico.

Ellis CASHMORE (apud, SILVA) resume que: “a ação afirmativa visa ir além da tentativa de garantir igualdade de oportunidades individuais ao tornar crime a discriminação, e tem como beneficiários os membros de grupos que enfrentam preconceitos”.

Para Joaquim B. Barbosa GOMES, componente do Ministério Público brasileiro, as ações afirmativas podem ser conceituadas da seguinte maneira:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo (...), as ações afirmativas têm natureza multifacerária, e visam a evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. (2001, p. 40-41).

Observa-se que o Estado, enquanto composto pelo conjunto de estruturas burocráticas ou administrativas, é o responsável, neste contexto, para conduzir os encaminhamentos das políticas públicas. No entanto, o Estado também é coisa construída, existe o processo de construção do Estado-Nação, que é realizado por agentes sociais, ou seja, indivíduos homens e mulheres; instituições e organizações – governamentais ou não governamentais, que se relacionam e se inter-relacionam no espaço social e influenciam as decisões no plano local, regional, nacional e internacional.

A partir dessa perspectiva, destacam-se alguns exemplos que auxiliam na percepção e preocupação de alguns segmentos da sociedade sobre o tema participação da mulher na política.

Em 1979, na Assembléia Geral das Nações Unidas, foi realizada a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher³, a qual identificou a necessidade de medidas destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher. Tais medidas não seriam consideradas discriminatórias e duraria o tempo necessário para se chegar ao objetivo – igualdade de oportunidade e tratamento.

Em 1995, em Beijing-China, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. No capítulo IV – Objetivos Estratégicos e Ações foram apresentadas considerações a respeito da necessidade e da justificativa para buscar a igualdade de participação do homem e da mulher nas esferas de poder com vistas a formulação de políticas públicas de modo mais democrático. Seguem extratos de algumas estratégias contidas na plataforma geral:

Objetivo Estratégico G.1. Adotar medidas para garantir à mulher igualdade de acesso e a plena participação nas estruturas de poder e de tomada de decisão.

190. Medidas que os governos devem adotar:

(a) comprometer-se a estabelecer a meta de equilíbrio entre homens e mulheres nos organismos e comitês governamentais, assim como nas entidades da administração pública e no judiciário, incluídas entre outras coisas, a fixação de objetivos específicos e

³ Foi aprovada em 18 de dezembro de 1979, entrou em vigor como documento internacional em 3 de setembro de 1981, ratificado por 20 países. Em 31 de março de 1981, foi assinada, em Nova Iorque, pela República Federativa do Brasil, ratificação depositada junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, a 21 de fevereiro de 1984. Entrou em vigor no Brasil, em 2 de março de 1984, através do Decreto Legislativo 89.460, de 20 de março de 1984.

medidas de implementação, a fim de aumentar substancialmente o número de mulheres com vistas a alcançar uma representação parietária das mulheres e dos homens, se necessário mediante ação positiva em favor da mulher, em todos os postos governamentais e da administração pública;

(b) adotar medidas, inclusive, quando apropriado, nos sistemas eleitorais que estimulem os partidos políticos a incorporar as mulheres em postos públicos eletivos e não eletivos na mesma proporção e nas mesmas categorias que os homens.

No Brasil, em 1996, toma forma o PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos, recomendação feita na Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em 1993. Num sentido amplo, o programa visa promover os direitos humanos, e em sentido estrito, eleger prioridades, apresentar propostas que auxiliem de alguma forma a efetivação e a concretização desses direitos, nas perspectivas de curto, médio e longo prazo, atingindo todas as pessoas - homem, mulheres, crianças e idosos, das minorias e dos excluídos. Embora o Programa não especifique nenhuma ação direta com relação à participação política de mulheres, de modo geral, existem proposições para que o poder público promova políticas públicas que afastem as discriminações e preconceitos contra a mulher.

Assim, a política de cotas no legislativo, para alguns segmentos sociais, intelectuais e políticos, é encarada como uma ação afirmativa no que tange ao empoderamento⁴ das mulheres, isto é, uma discriminação positiva necessária dentro do processo de geração de igualdade e equilíbrio na esfera política.

Sônia Malheiros MIGUEL (2000), na apresentação do estudo realizado sobre mulher e poder intitulado: *A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro*, observa como sendo objetivo do trabalho contribuir para uma reflexão sobre a necessidade e os efeitos das ações afirmativas, enquanto estratégia radical de investimento na construção de relações mais igualitárias entre mulheres e homens, ressaltando ainda que a adoção de cotas faz parte de políticas que visam encontrar mecanismos que propiciem às mulheres garantias de participação nos pleitos eleitorais e, ao mesmo tempo, findam um caminho que, para muitos e muitas, faz parte de grandes embates nacionais e

⁴ Esta é uma nova palavra que vem sendo incorporada à língua portuguesa, na tentativa de traduzir um processo. O termo empoderamento dá a idéia de algo em processo, em construção. (Nota explicativa nº 4 do livro “A política de cotas por sexo”, p.35).

internacionais, no que tange à participação e efetivação da mulher dentro das estruturas decisórias do governo.

A Deputada Marta Suplicy, em discurso no parlamento em agosto de 1995, relatando os resultados do encontro das Mulheres do Parlatino, ressalta o que em seu entendimento foi de grande importância - às cotas eleitorais, discorrendo:

“O que vem a ser isto? Trata-se de uma ação afirmativa, que é a mesma coisa que se falar em discriminação positiva. É quando um grupo se acha numa situação de prejuízo ou de inferioridade e quer uma ação para que seja tirado daquela situação. Daí o nome de ação afirmativa”.⁵

Ainda a favor das cotas vê-se outros intelectuais da área do direito, conforme Anis José LEÃO, em *Virtudes e defeitos das novas leis eleitorais*, no qual faz um comentário à Lei nº 9100/95:

III – A cota das mulheres – Vinte por cento das vagas de cada partido ou coligação serão preenchidas por candidaturas de mulheres (art. 11, § 3º).

Aplausos para essa prelação...

É preciso incentivar a participação feminina na política. O Brasil tem mulheres maravilhosas para integrarem os sodalícios legiferantes. Acresce que dificilmente mulher furta, falseia, peculata, promete construir ponte até onde não existe rio. Ajunte-se que a medida é constitucional... (LEÃO, apud, ROCHA; VELLOSO, 1996, p.203).

Todas as sugestões, as legislações, discussões apresentadas levam à constatação de que no Brasil, no século XX, mais intensamente na segunda metade, ocorre o reconhecimento do direito à diferença de tratamento legal, ou seja, institucionalizado, a diversos grupos excluídos, embora não com a denominação de “ação afirmativa” ou “discriminação positiva”, ou mesmo “sistema de cotas”, como atualmente é conhecido.

2.2.1 Histórico da Política de Cotas no Legislativo

Para efetivar uma lei, é necessário passar por alguns processos, desde a

⁵ Discurso. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 04 ago. 1995. Seção I, p. 15855-15856.

apresentação de proposta até sua votação e redação final, caminhos que são percorridos dentro do campo jurídico-burocrático.

No entanto, não pode ser descartado o empenho dos movimentos sociais, principalmente o movimento feminista que constantemente empenha-se em discutir as teorias e as práticas sociais de gênero, enfatizando através do histórico a luta das mulheres por reconhecimento e inclusão nos espaços decisórios e de poder de democracia representativa, os quais esbarram, segundo Clara ARAÚJO, (1) em problemas de assimetria entre homens e mulheres; (2) no fato de terem sido conquistados tardiamente os direitos civis, políticos, e econômicos, e (3) nas características das relações sociais de gênero, que imprimiram às mulheres responsabilidades materiais e simbólicas. (2001, p. 83 ss).

No Brasil existe o Cfemea – Centro Feminista de Estudo e Assessoria, entre outros não menos importantes, que são responsáveis por prestar assessoria a parlamentares no quesito das políticas públicas destinadas às mulheres.

Essas organizações não governamentais podem ser consideradas em menor ou maior grau como “grupos de pressão”, que, segundo NUSDEO, (1978) define-os como: “qualquer conjunto de pessoas ou entidades que procura obter normas, dispositivos e respectivas interpretações, bem como medidas de um modo geral favoráveis aos seus intentos.” (apud, ARAGÃO, 1994, p. 40). Conceito também trabalhado por BONAVIDES (2003), que configura a influência sobre o poder político institucionalizado.

Nas casas legislativas brasileiras, através dos discursos dos parlamentares, pode-se constatar que a presença da mulher na política é bastante significativa e bem-vinda.

Esse fato pode ser exposto através do aparte ao discurso do Deputado Dirceu Cardoso, MDB/ES, proferido pelo Deputado Otto Lehmann – Arena/SP, em agosto de 1978: “Nas relações para candidatos a Deputado, verificamos que, no próximo pleito, várias mulheres vão disputar o voto popular. Desejamos, sinceramente, que elas obtenham êxito, porque o Brasil se ressentia da ausência da mulher na vida

política, fato incompreensível sobretudo no mundo de hoje.”⁶

Todavia, se torna mais recente, no que diz respeito à criação de leis que oportunamente serviriam para a alçada destas aos cargos de poder de decisão.

A primeira vez que se fala e se propõem cotas para candidaturas de mulheres em específico para cargo legislativo no Brasil, foi em 1993, através de emenda constitucional proposta pelo Deputado Marco Penaforte (PSDB/CE) e outros parlamentares do seu partido, a qual, entre outras medidas, “*garante a presença obrigatória da mulher brasileira nos Parlamentos de todos os níveis de poder, num percentual mínimo de 30% de suas composições*”. (Discurso. Diário do Congresso Nacional, Brasília 07 de dez. 1993. Seção I, p. 26400).

Posteriormente a esse fato, em agosto, um Projeto de Lei foi apresentado, de autoria da Deputada Marta Suplicy e assinado por outras 26 Deputadas, o qual propunha uma cota mínima de 30% para as candidaturas de mulheres e sugeria uma modificação permanente na legislação, através da inclusão deste dispositivo permanente na legislação, ou seja, no Código Eleitoral.

Os embates e debates políticos sobre as cotas persistiram, nas duas casas no Senado e na Câmara, antes de ser sancionada a lei eleitoral que regularia o pleito de 1995, conforme mostram os discursos de alguns parlamentares.

O Deputado Francisco Dornelles (PPR/RJ) declara uma preocupação explícita com relação aos municípios que não conseguem preencher as vagas destinadas às mulheres, mostrando dúvidas a respeito de como se daria o encaminhamento posteriormente à legislação: “*O que me preocupa - ... é que ficou registrado da seguinte forma: ‘Deverão ser preenchidas por mulheres’. Isso significa que, se o Município não tiver as mulheres, a chapa toda pode ser contaminada e pode não ser registrada.*”⁷

Outro pronunciamento, o do Deputado Inocêncio de Oliveira (PFL/PE), questiona a necessidade de estabelecer números: “*Acredito que o ideal seria não fixar número, sobretudo porque a realidade de cada município deve ser respeitada.*”

⁶ Discurso. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 10 ago. 1978. Seção II, p. 3634-3635.

⁷ Discurso. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 28 set. 1995. Seção I, p. 23950-23952.

*Devem existir municípios em que não se conseguirá preencher 20% das vagas com mulheres, e outros em que esse percentual será pouco.”*⁸

O discurso da Deputada Maria Elvira (PMDB/MG) traz um apelo e uma justificativa à política de cotas: “... havendo essa cota, quem sabe os chefes dos partidos possam fazer um trabalho de convencimento, de convites, para trazer essas mulheres à participação.”⁹

O pronunciamento do Deputado Matheus Schimidt (PDT/RS) pode ser visto como tranqüilizante à preocupação do discurso do Deputado Francisco Dornelles (PPR/RJ):

A emenda obriga o partido político a preencher suas vagas com a candidatura de 20% de mulheres. Se isso não ocorrer, na hipótese de o partido não ter candidatos para colocar na nominata, o que pode acontecer não é a invalidade da indicação do partido e o registro de seus candidatos, mas o partido vai perder 20% das suas indicações.

A emenda do Senado não fez outra coisa senão colocar os 20% de candidatas mulheres na cota do partido, tirando as mulheres daquela posição discriminatória em que ficavam e colocando-as em pé de igualdade com os homens.¹⁰

Os discursos proferidos sobre o tema: participação da mulher no campo político e da proposição das políticas de cotas realçam que a institucionalização de ações afirmativas são frutos dos embates entre os agentes do campo político hierarquizado, e, que estes usam de seus capitais e trunfos visando dominar a competição e reproduzir aquilo que está presente no campo, isso ainda com vistas a perpetuarem o poder.

2.2.2 Política de cotas no legislativo – Lei nº 9100/95 e Lei nº 9504/97

A Lei nº 9100/95 estabeleceu as normas para a realização do pleito eleitoral municipal de 03 de outubro de 1996, e em um de seus artigos propôs, pela primeira vez no Brasil, cotas para mulheres nos cargos legislativos.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

Art. 11. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara Municipal até cento e vinte por cento do número de lugares a preencher.

...

§ 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.

A Lei nº 9504/97 também estabeleceu normas para as eleições de outubro de 1998, e houve algumas alterações, quiçá, diante de algumas interpretações equivocadas, ou mesmo pressões de alguns segmentos sociais, questões estas das quais se tratará em outro momento.

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmaras Legislativas, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

...

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.

...

Disposições transitórias

Art. 80 Nas eleições a serem realizadas no ano de 1998, cada partido ou coligação deverá reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo, vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas que puder registrar.

Partindo do texto legal, pode-se observar que houve uma certa dificuldade de interpretação da lei, e se poderia dizer acomodação frente aos partidos, embora, desde sua promulgação, os mecanismos dos tribunais eleitorais já estivessem preparados para possíveis arranjos que não fossem como a lei determinava.

Para facilitar a compreensão, idealiza-se um exemplo, se um partido ou coligação pudesse, no pleito eleitoral referido, lançar o número de dez candidaturas, nesse caso, seriam duas mulheres e oito homens.

Desta configuração básica, os partidos ou coligações poderiam registrar mais mulheres na chapa que concorreria às eleições proporcionais, entretanto, não poderiam lançar um número maior de homens, pois não seriam deferidas as candidaturas, em face de sua ilegalidade.

A lei nº 9100/95, embora passível de outra interpretação no que diz respeito à obrigatoriedade de se lançar mulheres nos quadros partidários, já subentendia a reserva de candidatura para as mulheres como sendo obrigatória, e não a

obrigatoriedade de candidatura de mulheres.

Na Lei nº 9504/97, pode-se observar um maior cuidado em sua redação, pois fica bem explícita a questão da obrigatoriedade de reserva de candidatura, e não a obrigatoriedade dos partidos em candidatar mulheres.

Num outro ponto, da referida lei 9504/97, pode ser constatado que, se na Lei nº 9100/95, na redação configurou discriminação o fato de se deixar somente a reserva para as mulheres, esta questão foi dirimida, ao menos no que diz respeito à redação, imputando tal obrigatoriedade de reserva por sexo. Todavia, com relação à atual formação dos partidos políticos brasileiros, esse fator continua atingindo, a priori, as mulheres.

Observa-se, ainda, a permanência da política de cotas para as eleições proporcionais, e, também, um acréscimo de 5% no valor total em relação à primeira proposição que era de 20% para ser cumprida no pleito eleitoral de 1998, e, para vigorar num segundo momento, no processo eleitoral de 2000, o aumento de 10% no valor das cotas, resultando em 30% das candidaturas por sexo.

2.3 CONSIDERAÇÕES APÓS A PROMULGAÇÃO DAS LEIS

Nos itens anteriores foram apresentados os textos legais e as justificativas, que deram origem à política de cotas no Brasil. No entanto, nem tudo que está escrito é praticado, e muitas vezes, após a redação das leis, surgem algumas interpretações equivocadas.

No livro “Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores”, (2000), um artigo, *Legislando para mulheres*, de Ângela BORBA, fez um apanhado sobre a participação da mulher brasileira em vários espaços sociais. A autora argumenta que “pouco se tem falado sobre a participação feminina no Parlamento, salvo a partir de 1996, quando foi estabelecida a cota mínima de 20% de candidatas nas listas partidárias para as eleições municipais daquele ano ...”. Mais adiante, afirma: “Nenhum dos partidos cumpriu integralmente a nova

legislação.” (p.163).

Em 2001, Miriam Pillar GROSSI e Sônia Malheiros MIGUEL apresentaram um Dossiê: Mulheres na Política, Mulheres no Poder. Num dos artigos de suas autorias, “Transformando a diferença: as mulheres na política”, à parte: *as cotas por sexo e o legislativo brasileiro*, discorrem:

Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a Lei nº 9100, que estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres. Em 1997, após esta primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei nº 9504 estende a medida para os demais cargos eletivos por voto proporcional ... e altera o texto do artigo, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70%, para qualquer dos sexos. (REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS, 2001, p. 169).

Em 2002, um jornal de circulação diária, GAZETA DO POVO, numa de suas matérias sobre as estatísticas da participação feminina na disputa eleitoral, anuncia a chamada, destacando a seguinte informação: PARTIDOS DEIXAM DE CUMPRIR LEI DE COTA PARA MULHERES”. Na redação da matéria propriamente dita, está: “... A lei de cotas estabelece um percentual mínimo de 30% de mulheres no total de candidaturas [...] O centro feminista de Estudos e Assessoria (Cfêmea), organização não-governamental atuante em assuntos relacionados ao Legislativo, ... Segundo a assessora do Cfêmea, Sônia Miguel, os partidos não estão cumprindo as cotas, ...” (GAZETA DO POVO, 1º de agosto).

A revista de circulação nacional, também no ano de 2002, em matéria intitulada “Seu voto decide o futuro”, assinada por Adriana Dias Lopes, repassa outra informação imprecisa: “Mulheres – De acordo com a lei de cotas, as mulheres deveriam ser 30% dos candidatos a cargos eletivos este ano. Mais uma vez os partidos não cumpriram a cota. ...” (REVISTA CLÁUDIA, setembro, 2002, p. 32).

Tanto nos ensaios quanto nas reportagens, pode-se encontrar ambigüidade nas informações. Primeiro, porque a lei estabelece uma reserva obrigatória de candidaturas, no caso de 1996, de 20%; e, a partir de 1997, 30%, e não uma obrigatoriedade de candidatas, no caso, mulheres. Segundo, porque os mecanismos normatizadores dos pleitos eleitorais são respeitados quando do processo de efetivação das candidaturas.

Busca-se enfatizar, num primeiro momento, ao colocar extratos de revistas e semanários que circulam no espaço social, que o embate no campo político extrapola seus limites de campo através da mídia e que esta se transforma num capital de poder para os atores, na medida em que produz seus efeitos conforme o interesse de cada parte.

Isso faz parte do processo de inculcação, a lei também é transformada em capital simbólico, e ao conseguir tal transformação produz efeito na luta pelos espaços de decisão do poder político. O modo como os atores absorvem e reproduzem este capital faz parte das relações e dos *habitus* do campo e do espaço social.

A questão da obrigatoriedade ou não de candidaturas femininas vem para o espaço social, através da interpretação colocada no âmbito da mídia, por um lado de modo equivocado, na medida em que as regras e normas institucionalizadas (capital jurídico) para a disputa no interior do campo são respeitadas. O *modus operandi* dos pleitos eleitorais passa por processos de homologação de candidatura tendo prazos definidos pelo Poder Judiciário – Tribunal Superior Eleitoral.

Essa questão pode ser respaldada a partir da pesquisa de levantamento de dados junto aos cartórios eleitorais, pois os funcionários, quando questionados sobre tais assertivas, explicavam os procedimentos de homologação de campanha, as quais passam doravante por processos de apresentação das listas com os nomes dos partidos até o deferimento do juiz.

Um dos objetivos deste trabalho é apresentar como a lei de cotas é operacionalizada no interior do campo para a disputa de cargo legislativo. Para entender como funcionava a questão específica, faz-se necessário uma construção abstrata destes procedimentos.

O partido X, e a coligação Y, ambos lançarão candidatos para os cargos legislativos.

Suponha-se que, no caso primeiro, o partido X poderia registrar 23 (vinte e três) candidaturas, deste total, o mínimo para cada sexo era de 7 (sete) e o máximo para cada sexo, 16 (dezesesseis).

No segundo caso, a coligação Y poderia registrar 30 (trinta) candidaturas,

deste total, o mínimo para cada sexo era de 9 (nove) e o máximo para cada sexo, 21 (vinte e um). Observe-se, em ambos os casos, que a cota incide no valor total de registros permitidos.

Supõe-se que o partido X encaminhou o pedido de homologação da lista de candidatos(as) da seguinte forma: 17 (dezesete) homens e 6 (seis) mulheres. Seu pedido é automaticamente indeferido, pois percebe-se que excedeu a cota por sexo. Neste caso, se o partido quisesse preencher todas as 23 candidaturas que por lei lhe é permitido, teria que retirar um homem e preencher a vaga com uma mulher.

Em outro caso, sugere-se a coligação Y, encaminhou o pedido de homologação das candidaturas, da seguinte maneira: 21 (vinte e um) homens e 2 (duas) mulheres. Neste caso, o pedido é automaticamente deferido e registrado, pois cumpre a cota por sexo permitida.

Poder-se-ia considerar que as informações passadas nos semanários e revistas que circulam no espaço social por um lado entram em choque com o *modus operandi* do sistema eleitoral e jurídico. Mas que, por outro lado, transforma-se num capital simbólico que é operacionalizado com vistas a fomentar um novo olhar às questões de gênero no interior do campo político, sendo que em maior ou menor grau o fim para o qual se criou a legislação de cotas para o legislativo foi o aumento do número da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão. No entanto, outra consideração que se pode fazer está ligada diretamente ao fato dos capitais simbólicos (as informações) poderem em certa medida perpetuar no espaço social os conflitos, na medida que influenciam as relações entre os atores sociais, vinculando as tensões frente a essas relações, já marcadas historicamente como conflituosas.

CAPÍTULO III

3 PLEITOS ELEITORAIS DE 1994, DE 1998 E DE 2002, CARGO LEGISLATIVO NO PARANÁ.

Em 1994, último pleito antes da instituição da política de cotas para o legislativo, foi registrado um total de 359 candidaturas. Dos registros, 339 eram candidaturas de homens, aproximados 94,43%; e 20 candidaturas de mulheres, aproximadamente 5,57%.

TABELA 1: PARTIDOS POLÍTICOS E TOTAL DE CANDIDATURAS DE MULHERES E RESPECTIVA PORCETAGEM PELO TOTAL DE MULHERES CANDIDATAS, PLEITO ELEITORAL DE 1994

PARTIDO	Nº DE MULHERES CANDIDATAS	% (calculada pelo total de mulheres candidatas)
Partido Progressista (PP)	5	25%
Partido dos Trabalhadores (PT)	4	20%
Partido Liberal (PL)	4	20%
Partido Social Democrata (PSD)	2	10%
Partido Progressista Reformador (PPR)	1	5%
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1	5%
Partido Progressista (PRP)	1	5%
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	1	5%
Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)	1	5%
Total	20	100%

Neste pleito eleitoral, do total de 54 cadeiras para a Assembléia Legislativa paranaense, para cumprir mandato de 1995 até 1998, 1,85% foram preenchidas por mulheres, equivale a uma mulher; e 98,15% foram ocupadas por homens, o equivalente a 53 homens. A sigla partidária que elegeu a única mulher que ocupou cadeira na assembléia Legislativa do Paraná foi o Partido Progressista.

Em 1998, primeiro pleito para a Assembléia Legislativa, que contava com obrigatoriedade de reserva de 25% para lançar candidaturas, foi registrado o total de 411 candidaturas. Dos registros, 366 eram candidaturas de homens, aproximados

89,05%; e 45 candidaturas de mulheres, aproximadamente 10,95%.

TABELA 2: PARTIDOS POLÍTICOS E TOTAL DE CANDIDATURAS DE MULHERES E RESPECTIVA PORCENTAGEM PELO TOTAL DE MULHERES CANDIDATAS, PLEITO ELEITORAL DE 1998

PARTIDO/COLIGAÇÃO	Nº DE MULHERES CANDIDATAS	% (calculada do total de mulheres candidatas no pleito)
Coligação (Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista do Brasil – Pcdob)	9	20
Coligação (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Partido Trabalhista Nacional – PTN, Partido Popular Socialista – PPS, Partido da Frente Liberal – PFL, Partido Social Democrático – PSD, Partido Republicano Progressista – PRP, Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB)	9	20
Coligação (Partido Social Democrata Cristão – PSDC, Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)	8	17,78*
Coligação (Partido Democrático Trabalhista – PDT, Partido dos Aposentados da Nação – PAN, Partido da Mobilização Nacional – PMN, Partido Verde – PV)	6	13,33
Coligação (Partido Progressista Brasileiro – PPB, Partido da Reconstrução Nacional – PRN,	6	13,33
Coligação (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, Partido Socialista Nacional – PSN)	5	11,12*
Coligação (Partido Social Liberal – PSL, Partido Social Trabalhista – PST, Partido Social Cristão – PSC, Partido Socialista Brasileiro – PSB)	1	2,22
Partido da Reedificação da Ordem Nacional - PRONA	1	2,22
Total	45	100%

* valores aproximados

Para ocupar as 54 cadeiras no parlamento, de 1999 até 2002, dos candidatos eleitos, 1,85% era mulher, o que representava uma mulher, e 98,15% eram homens, um total de 53 homens. A mulher eleita neste pleito concorreu pela coligação PSDC/PSDB, e a suplente que também assumiu uma das cadeiras do legislativo paranaense concorreu pela coligação PT/PCB/PCdoB.

Em 2002, segundo pleito para cargo legislativo que contava com obrigatoriedade de reserva de 30% para lançamento de candidaturas, foi registrado o total de 441 nomes. Dos registros, 384 eram candidaturas de homens, aproximados 87,07%, e 57 eram candidaturas de mulheres, aproximados 12,93%.

TABELA 3: PARTIDOS POLÍTICOS E TOTAL DE CANDIDATURAS DE MULHERES E RESPECTIVA PORCENTAGEM PELO TOTAL DE MULHERES CANDIDATAS, PLEITO ELEITORAL 2002

COLIGAÇÃO/PARTIDO	Nº DE MULHERES CANDIDATAS	% (calculada do total de mulheres candidatas no pleito)
Renova Paraná (Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Humanista da Solidariedade – PHS, Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Partido Liberal – PL)	13	22,8
Vote 12 (Partido Democrático Trabalhista – PDT, Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Partido Trabalhista Nacional – PTN, Partido Progressista Brasileiro – PPB, Partido Republicano Progressista – PRP, Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB)	11	19,3*
Partido Social Democrático - PSD	8	14,03
Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB	7	12,30*
Socialismo com Liberdade (Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Geral dos Trabalhadores – PGT)	7	12,30*
Paraná de Todos Nós (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, Partido da Frente Liberal – PFL, Partido Social Liberal – PSL, Partido dos Aposentados da Nação – PAN)	6	10,52
Vote Limpo 23 (Partido Popular Socialista – PPS, Partido Verde – PV)	2	3,50
Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB	1	1,75
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU	1	1,75
Movimento Social Cristão (Partido Social Cristão – PSC, Partido Social Trabalhista – PST)	1	1,75
Total	57	100

* valores aproximados

As 54 cadeiras da Assembléia Legislativa Paranaense atualmente encontram-se ocupadas por 4 mulheres, aproximadamente 7,4%; e, 50 homens, aproximadamente 92,6%.

3.1 RESULTADO DO PLEITO ELEITORAL DE 2002

Das cinquenta e sete candidatas registradas, para concorrer ao pleito eleitoral de 2002, quatro mulheres foram eleitas, a saber: Luciana Guzella Rafagnin, pela coligação Renova Paraná, Maria Aparecida Borghetti, pela coligação Vote 12, Elza Pereira Correia Muller, pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático

Brasileiro, e Arlete Ivone Caramês, pela coligação Vote Limpo 23.

As respectivas eleitas perfizeram o percentual aproximado de 7,01% das mulheres que concorreram e ocupam atualmente uma das cadeiras da Assembléia Legislativa do Paraná.

As mulheres eleitas polarizaram para si a alta preferência na votação entre as mulheres candidatas, isso pode ser observado a partir da Tabela 4, na qual pode ser visualizada a expressiva votação, se comparada com as outras mulheres que concorreram ao pleito.

Das treze mulheres candidatas que saíram pela coligação Renova Paraná, doze computaram votos. A deputada Luciana Guzella Rafagnin foi responsável por 52,22% do total de votos, porcentagem expressiva, se comparada com a segunda colocada com 15,72% do total dos votos.

Em outro caso, a eleita Maria Aparecida Borghetti, que concorreu ao pleito pela coligação Vote 12, superou a soma das outras candidatas, perfazendo 65,59% do total de votos, demonstrando contagem tão expressiva que corresponde a quase o dobro dos votos em relação à soma dos votos das candidatas concorrentes à mesma coligação.

A expressividade de votação obtida ocorre também no caso de outra candidata eleita, Elza Pereira Correia Muller, que disputou o pleito pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conquistando aproximadamente 85,35% do total de votos destinados às mulheres do partido.

Num caso ainda mais emblemático de polarização no qual concorrem apenas duas candidatas pelo partido, a eleita Arlete Ivone Caramês disputou o pleito pela coligação Vote Limpo 23, arrebatou aproximados 99,15% do total dos votos.

TABELA 4 - CANDIDATAS, VOTOS, PARTIDO COLIGAÇÃO–DEPUTADO ESTADUAL/2002

Candidata (Nome/votos)	Partido	Votos	Partido/ Coligação
LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN (eleita)	PT	53.339	PT/PHS/
SERAFINA MARTINS CARRILHO	PL	16.062	PCB/
MARIA DAS DORES TUCUNDUVA SANTOS	PT	11.926	PCdoB/PL

ISABEL SCHULTZ NEVES	PT	8.286	Renova Paraná	
SONIA MARIA BARBOSA BRAGA	PT	4.228		
ZORAIDE SANT'ANA LIMA	PT	1.847		
MARINA FONSECA	PT	1.749		
MARIA LUIZA DOMINGUES	PT	1.433		
ANTONIA PASSOS DE ARAÚJO	PT	1.062		
LEILA DE AGUIAR CATALDO	PT	1.007		
CÉLIA RIBEIRO DA SILVA	PT	990		
MARIA TEREZINHA DE SOUZA PINTO	PL	201		
JANISLEYA SILVA SELA	PL	0		
Total de votos por partido/coligação		102.130		
MARIA APARECIDA BORGHETTI (eleita)	PPB	53.225	PDT/PTB/ PTN/PPB/ PRP/ PTdoB Vote 12	
ALICE DE AMORIM NOVAESE VERGINIO	PTB	18.409		
LEONILDA QUADRI RISSO	PPB	4.492		
MARILDA GILINSKI	PTB	1.269		
TEREZINHA DE FATIMA FAMA	PPB	984		
JOECI EHLKE SANTI MATOS	PDT	915		
ELAINE LETICIA JUSTEN DE SIQUEIRA	PDT	596		
ANA VALERIA HOFFMANN BATISTA	PDT	580		
SONIA MARIA MENDES GONÇALVES	PPB	347		
NOEMIA DOS SANTOS LIMA ROCHA BANASZEWSKI	PDT	210		
IARA DO ROCIO GRECCA	PTB	114		
Total de votos por partido/coligação		81.141		
ELZA PEREIRA CORREIA MULLER (eleita)		38.309		PMDB
JISLAINE NEULS ALVES PRUDENTE		1.703		
DILMA BENEDITA DE SOUZA GOUVEIA		1.394		
MARIA DO ROSÁRIO PEREIRA		1.137		
LÉLIA MAURI FRIEDRICH POLATI		1.037		
ZELIA MEIRELES ESCOUTO		893		
CONSUELO HARTMANN PEIXOTO		407		
Total de votos por partido/coligação		44.880		
ARLETE IVONE CARAMÊS (eleita)	PPS	22.737	PPS/PV Vote Limpo 23	
MARIA SUELI DE QUEIROZ	PV	195		
Total de votos por partido/coligação		22.932		
LICIANE MARIA GALINA NEUMANN	PSC	16.678	PSC/PST Movimento Social Cristão	
Total de votos por partido/coligação		16.678		
JULIANA PÚBLIO DONATO DE OLIVEIRA		3.796	PSTU	
Total de votos por partido/coligação		3.796		
NASSIMA SALLUM RIBAS	PSDB	3.551	PSDB/PFL/ PSL/PAN Paraná de Todos Nós	
NEIVA BATISTA AZARIAS INÁCIO	PFL	2.175		
VALDELICE TEODORO	PSDB	868		
NAIR TARTARI SOTO	PSDB	655		
SEBASTIANA DE LURDES SANTOS DE LACERDA	PSDB	232		
VALÉRIA MAZZER TORTELLI	PSDB	169		
Total de votos por partido/coligação		7.650		
STELA MARIA COUTO DA SILVA		1.611	PSD	
JOANA ALICE ROSSA		1.148		
NEOMILTA SANTI SCHEFFEL		494		
ALDA GOMES FERREIRA		395		

MARIA DE LOURDES DA SILVA		117	
NEUSA MARCHALEK		114	
LINDALVA CARVALHO DE ANDRADE		63	
NEUSA MARIA DOS SANTOS		32	
Total de votos por partido/coligação		3.974	
SIRLEY TEREZINHA FILIPAK	PSB	959	PSB/PGT
HELIZIANNE MARLOWA SANTOS NEWTON	PSB	841	
MARIA ROSA DA CUNHA	PSB	342	
ELZA FRANCISCA JAIME	PSB	322	Socialismo
ROSICLÉIA CAMPESTRINI COOPER	PSB	235	com
JACQUELINE VILLAS BOAS RODRÍGUEZ BERENDSEN	PSB	138	Liberdade
VILMA DAS GRAÇAS ANTUNES DA SILVA	PSB	98	
Total de votos por partido/coligação		2.935	
PASCUALINA BAGGIO		136	PRTB
Total de votos por partido/coligação		136	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – Banco de Dados: Eleições/2002.

Conforme indica a Tabela 5 – Candidatos Eleitos em 2002, a deputada Luciana Guzella Rafagnin foi a segunda candidata mais votada da coligação Renova Paraná, com expressivos 53.339 votos entre os eleitos. Do total de votos 421.977 computados pelos candidatos eleitos da coligação, a contagem obtida pela candidata corresponde a 12,64% dos votos.

A deputada Maria Aparecida Borghetti, com seus 53.225 votos conquistados nas eleições, ocupa a sétima colocação entre os candidatos da coligação Vote 12, sendo responsável por 7,07% do total de votos obtidos pelos candidatos.

Com seus 38.309 votos conquistados, a deputada Elza Pereira Correia Muller também ocupa a sétima colocação entre os deputados eleitos pelo PMDB, representando aproximados 10,73% do total de votos do partido.

Entre os três candidatos que conseguiram uma cadeira pela Coligação Vote Limpo 23, a deputada Arlete Ivone Caramês (22.737) ocupa a segunda colocação em número de votos, aproximados 28,58% do total de votos conquistados pela coligação.

TABELA 5 – CANDIDATOS ELEITOS NAS ELEIÇÕES - 2002

Candidato eleito	Nº de votos válidos	Partido ou coligação
CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR	189.739	PSB/PGT (Socialismo com Liberdade)
LUCIANO DUCCI	37.904	
RENI CLOVIS DE SOUZA PEREIRA	14.521	
Total dos votos dos candidatos eleitos	242.164	
ANGELO CARLOS VANHONI	130.150	PT/ PHS/ PCB/ PC do B/ PL (Renova Paraná)
LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN	53.339	
EDSON DA SILVA PRACZYK	46.889	
NATALIO STICA	31.584	
FRANCISCO NOROESTE MARTINS	28.562	
GUIMARÃES	24.783	
ELTON CARLOS WELTER	24.358	
PEDRO IVO ILKIV	21.727	
ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO	21.326	
ANTONIO TADEU VENERI	21.043	
HERMES RODRIGUES DA FONSECA FILHO	18.216	
PAULO CAMPOS		
Total dos votos dos candidatos eleitos	421.977	
HERMAS EURIDES BRANDÃO	123.390	PSDB/ PFL/ PSL/ PAN (Paraná de Todos Nós)
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO	74.726	
NELSON ROBERTO PLÁCIDO E SILVA JUSTUS	72.889	
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL	58.708	
CLEITON KIELSEN BORDINI CRISÓSTOMO	52.786	
RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO	51.923	
GERALDO CARTARIO RIBEIRO	49.232	
LUIZ CARLOS MARTINS GONÇALVES	48.078	
NELSON GARCIA	44.086	
NELSON JOSÉ TURECK	43.285	
ADEMAR LUIZ TRAIANO	41.312	
JOSÉ FRANCISCO BÜHRER	39.013	
ELIO LINO RUSCH	38.654	
AILTON CARDOZO DE ARAUJO	37.456	
Total dos votos dos candidatos eleitos	775.538	
HOMERO BARBOSA NETO	122.112	PDT
VALDIR LUIZ ROSSONI	110.432	PTB/
AUGUSTINHO ZUCCHI	59.445	PTN/
CARLOS XAVIER SIMÕES	55.351	PPB/
JOSELITO CANTO	53.412	PRP/
MARIA APARECIDA BORGHETTI	53.225	PT do B
LUIZ ROBERTO ACCORSI MOTTA	48.917	
VANDERLEY FALAVINHA IENSEN	44.179	(Vote 12)
MILTON JOSÉ MILTINHO PUIPIO FILHO	38.538	
LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI	37.333	
JOSÉ MARIA FERREIRA	35.510	
DUÍLIO GENARI	33.385	
NEIVO ANTONIO BERARDIN	30.756	
RENATO LUIZ GAÚCHO IDIARTE LOSS	29.410	
Total dos votos dos candidatos eleitos	752.005	
DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA	53.431	PMDB
NEREU ALVES DE MOURA	47.581	
MARIO SERGIO BRADOCK ZACHESKI	46.641	

ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR	45.791	
ALEXANDRE MARANHÃO KHURY	45.778	
LUIZ CARLOS CAITO QUINTANA	42.048	
ELZA PEREIRA CORREA MULLER	38.309	
EDSON LUIZ STRAPASSON	37.391	
Total dos votos dos candidatos eleitos	356.970	
MAURO RAFAEL MORAES E SILVA	48.676	PSC/ PST (Movimento Social Cristão)
Total dos votos dos candidatos eleitos	48.676	
WALDIR TURCHETTI DA COSTA LEITE	34.496	PPS/ PV
ARLETE IVONE CARAMÊS	22.737	
MARCOS VALENTE ISFER	22.301	(Vote Limpo 23)
Total dos votos dos candidatos eleitos	79.534	
Votos válidos (votos nominais + votos na legenda)	5.189.997	
Quociente eleitoral (votos válidos/cadeiras a preencher)	96.111	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – Banco de Dados - Eleições de 2002.

Numa comparação entre a Tabela 4 – relação das candidatas e os votos computados e a Tabela 5 – indicação dos candidatos eleitos, pode-se perceber que as coligações – Paraná de Todos Nós, Socialismo com Liberdade – e o PSC - Partido Social Democrático, embora tivessem número expressivo de mulheres candidatas, nenhuma foi eleita.

TABELA 6 - RELAÇÃO DE CANDIDATURAS, CARGO LEGISLATIVO – PARANÁ, PLEITOS: 1994, 1998 e 2002

	Nº DE CANDT. 1994*	%	Nº DE CANDT. 1998**	%	Nº DE CANDT. 2002***	%
HOMEM	339	94,43	366	89,05	384	87,08
MULHER	20	5,57	45	10,95	57	12,92
TOTAL	359	100	411	100	441	100

OBS: (1) Foram aproximados os números referentes à coluna das porcentagens. (*) sem cota; (**) cotas de 25%; (***) cotas de 30%.

Fazendo uma análise comparativa, do caso paranaense, entre os pleitos de 1994 (sem a presença das cotas) e o de 1998 (já com 25% das candidaturas reservadas para mulheres), pode-se constatar que em 1998 houve o aumento no número de mulheres que pleitearam cadeira no legislativo, sendo 25 mulheres a mais que 1994, sendo o aumento absoluto 125%; mas aumentou também a porcentagem que os partidos ou coligações poderiam lançar do número total de

candidatos.

Objetivando agora a comparação dos pleitos eleitorais de 1998 e de 2002, ambos com obrigatoriedade de reserva para candidaturas por sexo mesmo que com percentuais diferentes, respectivamente 25% e 30%, observa-se um aumento no número de mulheres concorrentes à cadeira no legislativo, sendo 15 mulheres a mais em 2002.

Essa análise enfatiza as relações que se dão no campo político, visto que o aumento para 150% do número de ocupantes da casa legislativa também foi possibilitado aos partidos políticos. Isso faz com que as cotas em menor ou maior grau sejam diluídas, dependendo de qual estratégia será usada para dar encaminhamento aos pleitos.

Portanto, pode-se considerar que o rearranjo proporcionado com a conquista da política de cotas para o legislativo contribuiu em maior grau para ressaltar a discussão do fato das mulheres “precisarem” ocupar as esferas de decisão, mas não consegue contribuir, de fato, para a efetivação.

Com relação à mulher ser eleita para ocupar uma das cinquenta e quatro cadeiras do legislativo paranaense, constata-se que em 1994 (sem cotas) e em 1998 (cotas de 25% de reserva) apenas uma mulher em cada pleito conseguiu ser eleita. Em 1994, pelo PP, e em 1998, pela coligação – PSDC/PSDB.

Em 2002 (cotas de 30% de reserva), foram eleitas quatro mulheres, três que haviam concorrido por coligações partidárias: PT/PHS/PCB/PCdoB/PL; PDT/PTB/PTN/PPB/PT do B; e PPS/PV; e uma que havia concorrido pelo PMDB.

Após essa descrição dos pleitos eleitorais, antes e posterior às cotas, faz-se necessário problematizar algumas questões específicas trazidas à tona com o surgimento desta política pública e que num primeiro momento entra no campo político com a justificativa de proporcionar o aumento da participação e inclusão das mulheres nas camadas de decisão e poder.

Ao observar e comparar os pleitos eleitorais ocorridos no Paraná, 1994 sem cotas, 1998 e 2002 com cotas, constata-se que houve alteração quantitativa no número de mulheres que saíram candidatas. No entanto, a questão de participação

de mulheres nos cargos de tomada de decisão em âmbito político não pode ser considerado como de muita alteração, embora em 2002 quatro mulheres tenham conseguido eleger-se.

Uma hipótese a ser considerada é a maneira como foi instituída a política de cotas no caso brasileiro, ou seja, ela recaiu diretamente nos partidos políticos, na forma como estes elegem a lista de candidatos a disputar o pleito legislativo.

Isso porque, ao pensar o sistema eleitoral vigente no jogo de disputa pelo poder para cargo legislativo, este funciona pelo proporcional de lista aberta. Cada partido ou coligação, através de assembléia com os membros dos partidos, organiza sua lista e apresenta para ser votada. O eleitor pode votar na legenda partidária ou no número do candidato.

Já o resultado das eleições é fixado pelo quociente eleitoral, que é calculado dividindo o total de votos válidos (votos nominais + votos de legenda) pelo número de cadeiras. Para saber quantos candidatos cada partido elegeu, outro cálculo é feito da seguinte forma: total de votos válidos em cada partido ou coligação dividido pelo quociente eleitoral, o número inteiro desta divisão será equivalente ao número de cadeiras que cada partido ou coligação terá direito a preencher com o candidato mais votado do partido.

Isso demonstra que na verdade as ações afirmativas – cotas – podem ser um mecanismo para se problematizar a questão, mas há que se pensar se o fim último é a questão da participação, somente esta “discriminação positiva” não é suficiente, há que se estabelecer concomitantemente outras medidas.

Essas considerações foram pontuadas de maneira clara desde a segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, por Moema TOSCANO (1982), quando faz uma crítica, não buscando desmerecer o trabalho já realizado dos grupos feministas, mas com o intuito de contribuir para reflexão do que foi esse grande trabalho, e que, em seu entendimento, deveria ter havido uma continuidade no que diz respeito a encontrar outras medidas que assegurassem a participação da mulher nas esferas de poder.

A partir disso, transcreve-se parte da obra acima citada, que é pertinente às

discussões em torno das questões de gênero, e as quais podem ser consideradas propostas presentes em vários seguimentos de ação política atuais, sejam eles próprios de grupos feministas, ou mesmo aqueles que vêem uma realidade diferente nos contornos e encaminhamentos sociais ligados à relação entre homens e mulheres.

Assim, a luta pelo direito do voto deveria ser entendida apenas como a etapa inicial de uma batalha mais ambiciosa, qual seja, a de situar a mulher em pé de igualdade com o homem, em todos os setores decisórios da sociedade politicamente organizada. Com este objetivo, após a conquista do voto, a segunda etapa deveria ter consistido num trabalho contínuo e perseverante, visando à abertura do sistema institucional à mulher, inclusive nos escalões mais altos da vida política. Neste sentido, algumas linhas de ação que poderiam ter sido exploradas, seriam as seguintes:

- a) exigência de uma participação proporcional de mulheres nas chapas de candidatos apresentadas pelos partidos políticos às eleições, em todas as instâncias.
- b) exigência da presença feminina nas chapas de candidatos às eleições sindicais, proporcionalmente à filiação sindical da mulher ou à sua participação no ramo profissional.
- c) exigência quanto ao preenchimento, por mulheres, de postos executivos, naquelas áreas mais diretamente ligadas à mulher ou à família: prisões femininas, serviço social familiar, educação pré-primária e primária etc.
- d) divulgação pelos meios de comunicação ao alcance, dos desempenhos femininos mais destacados, visando a combater os preconceitos que ainda cerceiam o trabalho da mulher fora do lar e em áreas não tradicionais.
- e) realização periódica de campanhas buscando arregimentar mulheres em torno das teses feministas mais palpitantes e esclarecimento em torno das discriminações descabidas de que a mulher ainda é alvo, em nossa sociedade.

Finalmente, obter financiamento e apoio institucional para pesquisas, visando a definir os papéis sociais da mulher em uma sociedade em mudança, através da reflexão fundada do estudo da realidade brasileira.

A inteligência e o sentimento dos homens lúcidos não criariam, pensamos nós, resistência a tais linhas de ação da sua parceira social – a mulher – no aperfeiçoamento da sociedade humana. (TABAK; TOSCANO, 1982).

Observe-se que, em seu trabalho (ponto a), TOSCANO¹¹ já previu a necessidade de uma ação direta nos partidos. Poderia a partir disso, e conforme abstrai-se das relações construídas socialmente ao longo da história, defender tais medidas, visando assim tentar “consertar” realidades distorcidas, como a exclusão e a discriminação, enfrentadas no decorrer da história pelas mulheres.

Na atual configuração social em maior ou menor grau, e podendo se apresentar de outras maneiras, não propriamente as especificadas pela autora,

¹¹ Note-se, como já foi colocado em nota anterior, que esse trabalho tem data de 1976.

podemos constatar que no espaço social existiram avanços nos últimos vinte anos.

AVELAR (2001, p. 159ss) também enfatiza a necessidade de ação em outras esferas do campo político, não somente no institucionalizado, propondo nove medidas para conseguir uma nova configuração política para as mulheres. Quais sejam: elegibilidade e cidadania; formação de lideranças; recursos e organização financeira; trabalho organizacional; criação de banco de dados; formulação de idéias-ação; criação de lobbies; cursos de formação política; grupos de apoio. Essas medidas em conjunto poderiam elevar a participação das mulheres no campo político institucionalizado, uma vez que ao adentrar na luta política por participação os capitais são utilizados para preencher tais requisitos do jogo político.

CAPÍTULO IV

4 APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATAS/ELEITAS NO PARANÁ - 2002

A apresentação das candidatas/eleitas no pleito eleitoral de 2005 proporciona em certa medida a compreensão da trajetória daquelas que foram candidatas e que hoje ocupam um cargo público. Esse panorama colabora com a pesquisa, pois podem ser observadas algumas características que ora aproximam e ora distanciam, auxiliando na comparação entre os pares e suas relações no campo político.

Optou-se por fazer esse capítulo de forma mais detalhada com o intuito de propiciar ao leitor o modo como foi conduzida a análise e as considerações posteriores, nunca de modo a reduzir somente neste, pois os desdobramentos do campo político só poderiam ser pontuados se observados de modo relacional.

Assim, será apresentada a trajetória das quatro candidatas/eleitas, num primeiro momento de modo descritivo, destacando os perfis, as trajetórias no campo político, as considerações de cada uma com relação à política de cotas e suas atuações na casa legislativa, pós-eleição¹²; para posteriormente abrir a discussão comparativa e relacional.

4.1 LUCIANA GUZELLA RAFAGNIN

Deputada Luciana Guzella Rafagnin, 39 anos, casada, dois filhos, escolaridade – superior incompleto (em fase de conclusão), profissão – agricultora familiar. Disputou o pleito eleitoral, em 2002, filiada ao PT - Partido dos Trabalhadores, o qual coligou-se com: PHS – Partido Humanista da Solidariedade, PCB – Partido Comunista Brasileiro, PC do B – Partido Comunista do Brasil e PL – Partido Liberal.

¹² Esta apresentação é fruto da aplicação do questionário (em anexo) na entrevista com as candidatas/eleitas do pleito eleitoral de 2002.

Sua trajetória política iniciou-se na localidade de Francisco Beltrão, onde idealizou e concretizou o trabalho de organização das mulheres agricultoras. Neste período, entre 86 e 87, foi Diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Um trabalho que se expandiu regionalmente, pois coordenou a região sudoeste. Esse trabalho realizado fez perceber que muitas das reivindicações esbarravam no campo do poder institucionalizado, ou seja, no legislativo, e principalmente no poder executivo.

[...] Então teve toda uma experiência, que a gente viveu nos anos que eu comecei a organização... em 86 e 87 ... foi um dos primeiros municípios que começou a comemorar o 08 de março na região sudoeste, como Dia Internacional da Mulher, lembrando toda a história, a passagem do dia de luta e de luto. A partir dali, a gente então começou a desencadear também o trabalho na região sudoeste, e também tivemos toda aquela luta pelo direito da trabalhadora rural, o reconhecimento da profissão como agricultor, aonde foi muitas idas e muitas dormidas em frente ao ministério, principalmente o ministério da previdência em Brasília. Então ... fizemos a luta pelo direito ao salário-maternidade da mulher agricultora e pelo direito à aposentadoria da mulher agricultora. Você sabe que foi uma luta a nível nacional, mas na nossa região nós estivemos coordenando esse trabalho junto ao sindicato de trabalhadores rurais. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Ponto intenso deste relato diz respeito à tomada de consciência da pessoa enquanto a gente social capaz de fazer do trabalho político, pensado não somente enquanto partidário, mas com conotação ideológica pré-existente, enquanto indivíduo pertencente ao espaço social e responsável pela transformação.

O trabalho construído e desenvolvido no município e na região sudoeste é fruto da necessidade de participação como atora social, capaz de (re)formular alternativas para dizimar possíveis disparidades históricas e mesmo construir outras perspectivas para as pessoas com as quais se relaciona.

A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) na cidade onde reside iniciou-se em 1986, com sua participação direta, pois desenvolvia trabalho junto ao movimento sindical, pastoral operária, e através deste trabalho foi sentindo a necessidade da criação do partido. Contribuiu para a organização, criação e consolidação do partido, não obstante, sua filiação aconteceu somente em 1989. Conforme o relato da deputada, houve uma identidade relacional entre suas atividades ideológicas e práticas com a do Partido.

Somente em 1992, quando era época de eleições municipais, empreendeu em candidatura própria para o cargo de vereadora. Segundo o relato da deputada, isso ocorreu a pedido das pessoas com as quais fazia o trabalho, em sua maioria mulheres trabalhadoras rurais.

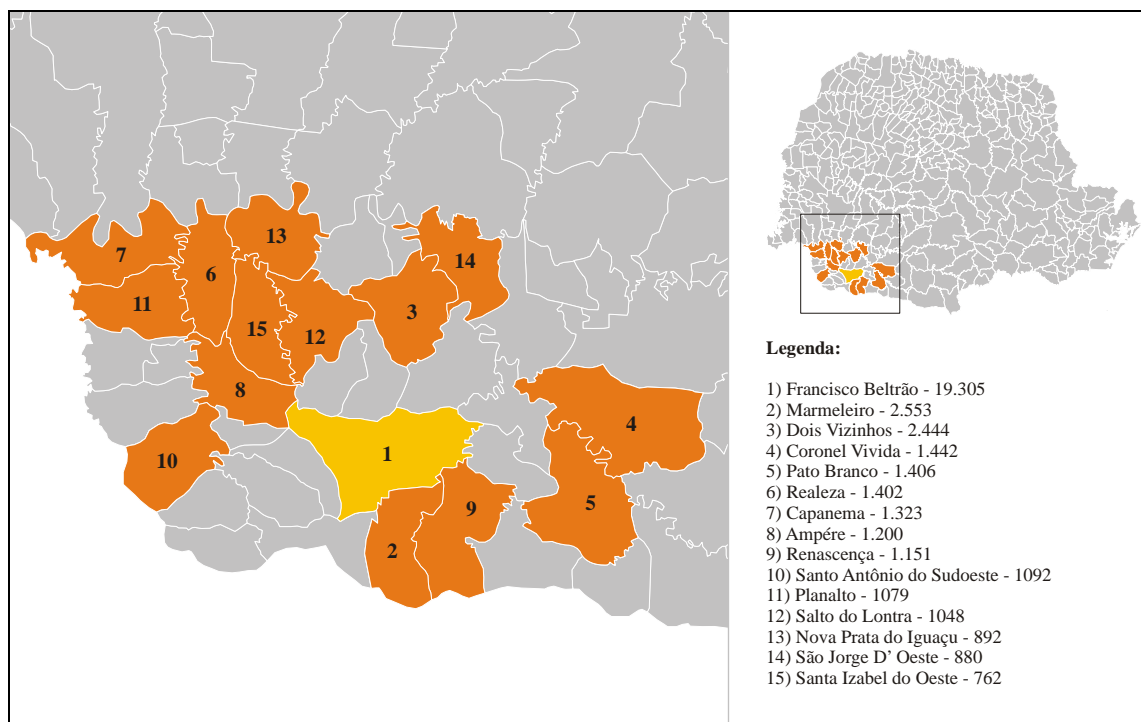
Em 92, quando teve eleições municipais, as mulheres a qual a gente coordenava esse trabalho, o grupo de mulheres agricultoras não era um grupo muito grande ..., que ainda existia uma dificuldade muito grande da participação da mulher na sociedade, no movimento sindical, em cooperativas, e na política ainda maior a dificuldade, a dificuldade ainda maior. ... Esse grupo que nós trabalhávamos foi o que forçou a gente a ser candidata a vereadora ... até pelo fato de que as mulheres falavam isso que a gente comentou no início ... “Toda nossa luta sempre terminava numa câmara de vereadores, terminava numa prefeitura, terminava ou você indo a Brasília, ou terminava você vindo aqui pro Estado do Paraná, no palácio ou aqui na Assembléia Legislativa. Então as mulheres me convenceram naquele momento de que nós como mulher devíamos participar mais da política, e isso a gente sempre defendia essa participação maior da mulher tanto no campo econômico como no campo social ... e também no político ... e aí me convenceram que eu deveria ser candidata a vereadora, fui candidata a vereadora, fui eleita. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

A partir desse relato, pode-se observar a ação do movimento pelo reconhecimento do trabalho, da dignidade social das mulheres trabalhadoras rurais, que perceberam através das lutas empreendidas a necessidade de representantes para serem ouvidas e dirigidas para que seus encaminhamentos chegassem aos “corredores do poder”, para terem acesso ao poder institucionalizado.

Sua trajetória política institucionalizada como vereadora teve início em 1993, sendo reeleita em 1996 e completando mais dois anos como vereadora, antes de disputar o cargo para deputada estadual, em 1998, quando conseguiu ficar como suplente e assumir o mandato entre 1999-2002. A deputada concorreu para prefeita em dois pleitos eleitorais – 2000 e 2004 – mas não se elegeu.

Em 2002, disputou novamente para o cargo de deputada estadual, e foi eleita. Numa comparação entre os pleitos eleitorais de 1998 e 2002, a deputada conquistou nesse último 37.615 votos a mais do que no primeiro.

Em relação à votação obtida pela deputada, nos 399 municípios do estado do Paraná, observa-se a contabilização de votos em 209, ou seja, em 52,38% dos municípios ela teve pelo menos um voto.



MAPA 1: Distribuição nos 15 municípios com maior número de votos da candidata/eleita, Luciana Guzella Rafagnin, em 2002.

A soma de votos computados nos municípios com maior votação perfaz o total de 37.979, aproximadamente 71,20% do total de votos obtidos pela deputada, no pleito de 2002.

A relação dos municípios com votação mais expressiva faz com que visualize-se um possível reduto eleitoral da deputada, não somente pela quantidade de votos obtidos, mas também pelo seu depoimento quando questionada sobre a questão: *“Como deputada, em 98 mais na região sudoeste, em 2002, a maior votação também foi na região sudoeste, inclusive no meu município, principalmente, ... mas teve voto espalhado...”* (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004). Os eleitores identificados pela deputada, em sua maioria, são pessoas ligadas à agricultura familiar, pequenos agricultores e as mulheres.

Em vários momentos do relato da deputada, visualiza-se a questão de no início o partido não conseguir ajudar financeiramente, nem mesmo com santinhos, pois, segundo ela, era um partido que estava se consolidando e não tinha ainda um respaldo financeiro, a ajuda vinha através de organização de comícios, nas mobilizações.

As ajudas financeiras eram buscadas de diversas maneiras, sendo uma delas com o apoio de pessoas do partido ou do grupo de pessoas que se interessavam pelas propostas, pelas lutas. “... o partido não tinha dinheiro mesmo ... agora as pessoas que faziam parte do partido, que participavam ... a gente se reunia, cada um definia um candidato que estaria apoiando, quem tinha uma condição financeira mais razoável ... acabava ajudando fulano que é candidato ... sempre formava um grupo que conseguia pensar as finanças ... então claro que eu fico sempre devendo, depois de eleito você leva um tempo.” (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Outra possibilidade apresentada pelos relatos em relação à construção da identidade partidária e a identidade personalizada (individualizada) de trabalho no campo político é colocada pela deputada através do seu relato como uma questão construída e relacional, embora tenham sido detectados por ela em situações diferentes. Ambas são descritas após o questionamento sobre a ajuda do partido ou coligação nas campanhas eleitorais em que participou.

Num primeiro momento, a ajuda do partido é considerada extremamente importante para a eleição.

Em 1992, quando concorreu a vereadora e foi eleita, ela atribui sua eleição ao fato do partido ainda ser pequeno, com bastantes candidatos concorrendo ao pleito, mas, mesmo assim, conseguiram atingir o quociente eleitoral, que era igual para todos. No entanto, após o primeiro mandato, quando da candidatura à reeleição, em 1996, o fator de desempenho individualizado embutido a partir do trabalho realizado enquanto vereadora, entre 1992-1996, entra para a arena de possíveis resultados alcançados e que fizeram também com que fosse reeleita.

A primeira vez que eu fui eleita vereadora, foram 388 votos, fui dos quinze vereadores do município a mais votada, então, eu só fui eleita porque nós conseguimos atingir o coeficiente ... a gente só conseguiu ser eleita porque o partido era ainda um partido pequeno e as pessoas que conheciam a gente confiaram votaram, confiaram e votaram também pelo partido porque viram que era um novo, e era realmente a esperança de você colocar em prática muitas propostas que a gente vinha reivindicando, vinha na luta há muito tempo. Então eu devo isso ao partido dos trabalhadores. Também na reeleição em 96, aí já foi um pouco diferente, a gente conseguiu mostrar também o nosso trabalho, mas sempre levei muito comigo a questão da importância da construção partidária, sempre trabalhei muito isso, meu mandato de vereadora, o mandato de deputada

estadual, ... a preocupação que a gente tem não de você trabalhar, simplesmente você não pensar somente o teu mandato, mas pensar a importância do partido, pensar muito a construção do partido ... o PT nunca contribui financeiramente nas campanhas ... mas ele contribuiu pelo fato de ser um partido que a gente sempre teve participando ... nas mobilizações, nas organizações e isso também credenciou o partido e isso fez com que o povo acreditasse no PT e na gente. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

A deputa demonstrou ter conhecimento sobre a questão da política de cotas para mulheres no legislativo. Pontuou sobre o fato de ser o Partido dos Trabalhadores o primeiro a começar com cotas em âmbito partidário. Ressaltou a importância da cota para cargo legislativo, mas também evidenciou a necessidade do trabalho de mão dupla.

Por um lado, a conscientização dos partidos da necessidade de preparar melhor as mulheres candidatas, respeitá-las, demonstrar confiança na candidatura de mulheres, não somente lançar para preenchimento das cotas.

Por outro lado, a conscientização das mulheres que saem candidatas, o trabalho que elas devem desenvolver junto ao partido enquanto candidatas ou mesmo se forem eleitas, o que, segundo ela, evitaria a questão das laranjas, pois tem muitas mulheres que aceitam sair candidatas apenas para o preenchimento das cotas.

... é importante dizer que nós temos que respeitar isso dentro dos partidos, porque cada vez o pessoal comenta que existe a dificuldade de ter mulheres candidatas, mas essa dificuldade vem porque o partido não prioriza a organização das mulheres, não prioriza fazer com que as mulheres participem, entendam mais o que é um partido, como ele se dá, a construção dele, e não sente a necessidade de estar dentro de um partido, então nós temos que obedecer essa política de cotas lá na diretoria, lá na formação do partido, e também levar isso, claro, daí numa disputa eleitoral, você leva isso, então, para o poder legislativo e busca respeitar. [...] é importante primeiro esse trabalho e saber que o partido respeita as mulheres, que não adianta você colocar uma mulher como candidata só para ser uma candidata laranja, ou simplesmente uma candidata que você já coloque dizendo – Não mas essa mulher não tem chance, nenhuma! Essa aqui nunca vai conseguir chegar lá! – Então se está dando condições para um homem disputar uma eleição tem que ser as mesmas condições para uma mulher. [...] Muitas vezes o partido acaba colocando uma mulher como candidata laranja, porque ele vai poder colocar mais um homem lá dentro, é isso que ocorre às vezes quando colocam a mulher, um nome como ... simplesmente ... uma candidata laranja. Então para poder barganhar mais uma vaga pro homem. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

As considerações sobre as cotas beneficiarem, a efetivação da mulher na política apontadas pela deputada, variam.

Acredita que a cota beneficia e que já houve avanço na participação da mulher na sociedade “... já avançou muito, e esse espaço que a mulher está criando e começando por dentro de casa, começando na família, é que tá credenciando a mulher um pouco mais para participar da sociedade”.

A cota, segundo relato, é uma forma de fazer com que as mulheres tenham um pouco mais de interesse na participação da política, que percam o medo, se encorajem a sair da esfera privada, ou seja, do âmbito familiar; e que também percam o medo de errar.

Eu sempre falo, que pra mulher a política é um tabu. Que a mulher precisa vencer, a mulher tem muito medo. Quando você fala que ela vai disputar um cargo como vereadora ... as mulheres dizem: - não, isso me assusta, ... eu tenho medo de falar em público, eu tenho medo de fazer uma reunião. Pegando um exemplo, se for eleita, - eu vou conseguir dar conta do recado, eu vou fazer as coisas certas [...] a mulher sempre com aquele medo de não conseguir fazer certo, agora muitas vezes isso não se leva ao homem, e o homem vai conseguir fazer certo, fazer tudo certo? Não se leva isso, e muitas vezes ele não conseguir fazer tudo certo, mas ninguém cobra, agora, se é uma mulher que está aí, a cobrança ela é maior, porque ela mesma se cobra, a mulher se cobra muito ... (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Acrescenta ainda o diálogo que tem com as outras três deputadas sobre a questão do acerto e do erro, colocando em jogo o fato de serem exemplo para outras mulheres começarem a ter gosto pela política e a igualdade diante dos homens, por também serem seres humanos.

Então, eu vejo assim,... eu levo isso pra mim, aqui no poder legislativo, a gente sempre tem comentado com as três mulheres que são deputadas, quatro comigo, ... nós estamos aqui representando as mulheres do Paraná no poder legislativo, então a gente leva assim nos ombros, você carrega nos ombros esse fardo de que você tem que acertar ao máximo, que você tem que ser o exemplo ... e porque até nós queremos que mais mulheres participem da política, e para que mais mulheres participem da política você tem que dar um exemplo bom... então, é nesse sentido que a gente sempre vê, vejo assim que a mulher se cobra bastante, ... eu acho ...claro que tem que se cobra, tem que fazer as coisas certas, mas também, ela tem que saber que ela pode errar, ela é um ser humano, ela pode errar também. Agora, claro que nós queremos que as mulheres acertem cada vez mais, se credenciem cada vez mais, mas ela tem que ter presente que ela é um ser humano, igual ao homem. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

A questão sobre a participação da mulher nas esferas de decisão vem para o campo político através da comparação com a vida cotidiana. Para ela, quando se fala em política, fala-se no custo do alimento, do leite, do feijão, e também da questão da saúde, da educação, termos corriqueiros no pensamento e nas decisões com as quais a mulher envolve-se constantemente. *“... quando um filho fica doente, quem é que está mais em cima do filho? Quem está mais preocupado? Quem fica cuidando ali, fica fazendo chazinho, levando pro médico? É mais a mulher. Na questão da educação, quem se preocupa mais é a mulher. E tudo isso passa pela política. ... “quem cuida da economia da casa, se o dinheiro vai dar ou não até o final do mês, como vai economizar aqui”.* (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004)

Considera que a mulher já está preparada para as questões políticas, pois a vivência cotidiana com questões que envolvem interesses, escolhas, negociações estão internalizadas nas mulheres e acredita que a transformação da sociedade passa pela questão da conscientização das mulheres em estar cada vez mais participando da política. *“Então a mulher precisa participar mais, porque ela já vem com esse conhecimento todo, com essa preocupação toda, então ela tem muito que fazer na política ... eu acho assim que realmente a transformação da sociedade ela vai acontecer, ela está acontecendo, vai acontecer maior e melhor quando realmente as mulheres tiverem sua consciência maior, tiverem sua participação maior na política...”.* (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

O tema sobre o fato de a mulher ao adentrar na política lutar de forma mais efetiva pelas conquistas do seu gênero foi respondida de forma positiva, no entanto, ponderada, pois, vai depender da trajetória, de como essa mulher trabalhou e conquistou seu espaço na política. De como ela constrói as proposições políticas apresentadas posteriormente à eleição, por exemplo – se ela trabalha com a base, se faz uma pesquisa para saber a demanda sobre determinado projeto, debate com os sindicatos, com as organizações. Esse ponto é evidenciado como sendo um dos praticados pela deputada, conforme pode ser observado em sua resposta:

Mas eu, vamos dizer assim, meio no geral, eu acredito que a maioria, que vai pensar na questão de gênero ... até porque ela vem, ela se relaciona, com certeza ... citar um

exemplo da gente – eu venho de uma organização de mulheres, então aqui a preocupação também fico com a questão da mulher, nós apresentamos aqui o projeto, que ainda não foi votado, ... implantação de um 0800, disque denúncia pra questão do combate à violência da mulher e do adolescente, nós apresentamos assim projetos que vão na questão da saúde da mulher, com campanhas preventivas, ... inclusive vários momentos em que você debate a participação da mulher, a gente vem com essa preocupação, projeto assim que não é diretamente ligado à mulher, mas vou citar um também que nós apresentamos que é o projeto de habitação no meio rural – nunca se tinha um incentivo de habitação no meio rural, conseguimos agora junto com o governo federal, com o governo Lula, e nós conseguimos encaixar aqui no nosso Estado através das organizações que tem aqui ... quando eu comecei a defender esse projeto aqui no Estado, eu fui uma das primeiras, é porque as mulheres vinham me cobrando isso, as mulheres falavam – bah, a gente fala muito da auto-estima da mulher, como é que eu vou ter uma auto-estima se a minha casa tá quase caindo em cima de mim, quando eu vou dormir eu tenho medo que o teto caia em cima de mim, eu não tenho condições de poder fazer uma casa nova, de ter o conserto da minha casa. – Então, quando a gente apresentou esse projeto, você vê não tem nada a ver, não fala nada da mulher, mas ele vem diretamente de uma reivindicação que veio das mulheres, então quando a gente apresentou aqui, a gente apresentou com esse objetivo, nós temos uma luta muito grande, sobre a implantação de um hospital regional, porque nossa região sudoeste do Paraná é uma das únicas regiões do estado que não tem hospital público, então são hospitais privados que têm um convênio com o SUS, mas não é a mesma coisa que você ter um hospital público, não temos um atendimento de alta complexidade, as pessoas têm que viajar 500 Km pra vir para Curitiba fazer um tratamento de alta complexidade. Então, nós estamos numa luta já de quatro anos, e agora começa dar uma luz, espero que a gente consiga, pro próximo ano, de repente já começar a implantação do hospital regional, onde nesses quatro anos eu estou batalhando direto pelo projeto de implantação, porque também veio de uma reivindicação das mulheres, onde as mulheres, como disse no início, as mulheres se preocupam muito com a saúde, e essa preocupação fez com que, no debate lá, surgisse a importância de um hospital regional e a gente trouxe para cá virou lei, apresentamos o projeto e virou lei, então, ele não fala que é a questão da mulher, mas ele é diretamente voltado pra reivindicação das mulheres, então eu vejo assim, eu to falando um pouco de mim, dando exemplo nosso, é que eu sinto que muitas mulheres trabalham nesse sentido, ... a maioria trabalha, mais voltada, com política mais voltada para a mulher, agora ... não que seja 100%, porque depende um pouco, também, da cultura da mulher, depende um pouco da cabeça, a forma como a mulher chegou até o poder legislativo, como ela chegou a ser vereadora ou deputada, é um pouco o que ela vai representar também depois. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Por certo, que nesta resposta dada pela deputada já pode ser evidenciada a questão sobre o modo como constrói suas proposições políticas: “... sempre faço questão de falar, quando encaminho um projeto, que esta idéia não foi minha ... quem aprontou, quem discutiu, quem sentiu a necessidade foi tal entidade ou tais entidades, porque se não dá a impressão que tudo vem de você e a gente tem construído isso muito junto principalmente com organizações.” (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Com relação às questões de discriminação sofrida na época da candidatura,

as respostas são variadas e menos ou mais intensas. A discriminação partidária não foi observada.

A discriminação advinda por parte de homens foi forte no início, principalmente em 1992, quando saiu candidata a vereadora. As maneiras de discriminações variavam, mas em sua maioria estavam ligadas ao fato da mulher querer estar presente no meio político. Por exemplo: *“O que a mulher quer da política? Mulher é pra ficar em casa, cuida do fogão, do tanque!”* (Relato Deta. Luciana Rafagnin, 2004). A deputada ressaltou que esse tipo de discriminação está, em maior grau, presente na disputa para cargo no executivo do que no legislativo. *“Agora, quando você vai para o embate do executivo, aí eu senti, pelo menos eu que participei desse processo, senti que a discriminação foi maior, por parte de eleitores mesmo, quando que acham que a gente não deveria disputar, que deixa mesmo pro homem que tá tocando – como é que uma mulher vai comandar um município? ... Agora nós vamos ser mandados por uma mulher!”* (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Uma das colocações feitas pela deputada é que a discriminação pode estar relacionada à localidade e à quantidade de habitantes de um determinado município. *“Talvez por ser um município ... do interior, um município de 70 mil habitantes, mas então se tem num município de 70 mil habitantes, com certeza nos municípios menores ainda é muito maior...”*. (Relato Deta. Luciana Rafagnin, 2004).

Em relação à discriminação partir das mulheres, a deputada considera mais leve, embora exista. Segundo ela, seria por ciúmes por parte das mulheres.

Após a eleição, ao ocupar o cargo de deputada, a discriminação surge, segundo ela, não pelo fato de ser mulher, mas por uma questão partidária e regional.

Eu senti, mas eu atribuo muito mais à questão partidária do que à própria questão de ser mulher. [...] porque muitas coisas que a gente apresentou aqui, principalmente quando ela é voltada para uma proposta maior, uma lei que está sendo colocada em prática, que vai ser colocada em prática, uma coisa que realmente vai ter um resultado maior, aí vem um pouco uma ciúmeira, ... assim no sentido – nós não podemos deixar aprovar, porque isso vai fortalecer o PT. [...] Eu sinto assim, um pouco por parte também de deputados que representam a nossa região, ... no sentido de segurar um pouco, porque, queira ou não, quando você apresenta um projeto bom, quando você divulga isso, quando você vê que lá na comunidade, no município, na base ele é bem aceito, sempre você acaba ficando de certa forma o povo fala de você e tudo. [...] Aí vem pela questão partidária,

que é o fortalecimento do partido e vem pela questão de disputa mesmo de espaço. [...] Isto me deixa um tanto frustrada, às vezes no mandato ... poderia render muito mais, o povo ganharia muito mais com isso, e infelizmente por causa dessas ... vamos dizer assim uma certa ciúmeira, essa disputa de espaço na política, às vezes não deixa acontecer projetos importantes. - Mesmo sendo situação? – Mesmo, e mesmo partidos que foram coligados, mesmo aqueles que a gente apoiou, isso mais relacionado à região ... (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

A atuação política da deputada quando da deliberação em plenário, segundo seu depoimento, é sempre voltada para o bem da comunidade em geral, mas especificamente um dos temas aos quais ela dedica maior cuidado é a questão da agricultura, dos transgênicos que pertencem à área de meio ambiente.

Sempre que os projetos apresentados são bons, a gente tem votado assim sem às vezes fazer muito debate. Agora é claro que quando tem um assunto que você domina muito bem, ... que a gente tem um conhecimento até maior, é claro que nós temos um debate maior, a participação da gente se torna maior. Por exemplo, eu tenho muito cuidado que se aprovelem leis que vão prejudicar, de repente, os pequenos agricultores, porque eles já tão sofridos, de repente você aprovar uma lei aqui que vai prejudicar eles ainda mais, não dá, não é possível isso. ... Então você entra pro debate destes projetos. ... (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Evidência ainda a questão dos confrontos e conflitos de interesses de grupo:

... mas, existe, às vezes, um confronto, conflito de interesses, aí se pegarmos a própria questão da área rural, a gente sabe que existe interesse do grande fazendeiro, do grande produtor e existe o interesse do pequeno ... próprio exemplo dos transgênicos, um assunto que a gente debate muito e que nós sabemos que os grandes fazendeiros têm interesse de plantar a soja transgênica, já os pequenos estão mais preocupados um pouco com a questão da saúde, hoje não existe nada ainda de estudos que comprovem se os transgênicos fazem mal ou não, mas no entanto, eu sempre falo que é bom ter cautela, enquanto eu prefiro que os agricultores mantenham a soja tradicional de uma maneira especial eu defendo o orgânico, sou uma produtora orgânica, ... às vezes, você tem que cuidar para não entrar nesse conflito. (Relato Depta. Luciana Rafagnin, 2004).

Com relação às perspectivas de trabalho para os dois próximos anos de mandato, a deputada pretende empenhar-se para votação de alguns projetos que já foram apresentados mas ainda não foram aprovados, em diversas áreas.

Como nosso diálogo foi no final de um período legislativo, a deputada ainda pontuou sobre o trabalho que faz a partir do recesso legislativo, quando aproveita para voltar à base e colher sugestões, idéias, fruto de debate entre as entidades com quem mantém contato.

4.2 MARIA APARECIDA BORGHETTI

Maria Aparecida Borghetti, 40 anos, casada, uma filha. cursou História e tem Especialização em Políticas Públicas e atua no ramo da publicidade. Disputou o pleito eleitoral em 2002, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), o qual coligou-se com: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), coligação Vote 12.

O interesse pelos assuntos políticos esteve presente desde a infância, segundo o relato da deputada, pois viveu num ambiente familiar que propiciou tal desenvolvimento e que a fez gostar e persistir no interesse pelas questões públicas e políticas.

Meu pai sempre foi um getulista de carteirinha, e embora nunca tenha disputado as eleições, ele sempre nos ensinou a respeitar as pessoas detentoras de cargos públicos porque ele sempre entendeu que era possível ajudar uma sociedade, não só colocando o seu nome à disposição da comunidade, mas ajudando, sempre nos fez acreditar e respeitar os vereadores, os deputados, os líderes. Eu sempre escutava as conversas, do meu pai com o Dr. Valter Pecoit, ..., mas foi um guerreiro, lutou pela justiça da terra, também o Dr. Scalco ..., e desde criança também os meus pais recebiam o então Depta. Euclides Scalco em nossa residência e eu sempre escutava atentamente aos processos, sempre tomando gosto, e me lembro, eu era muito pequena ainda, e acho que o Jaime Lerner foi candidato a prefeito, talvez a primeira vez, eu tinha um orgulho muito grande em pedir voto para ele, pra equipe dele, mas eu era uma menina, nem votava ainda, e aquilo foi tomando gosto, e eu sempre procurei ajudar as pessoas que procuravam os meus pais, e sempre tomando gosto, ... embora não tivesse idade suficiente para manifestar, mas eu gostava de estar envolvida... (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

A trajetória política foi sendo construída desde a juventude. Em 1982, filiou-se e ajudou na criação do PDS Jovem, em Curitiba, juntamente com outros jovens, segundo a deputada “*eu fui então buscando ... esse espaço, trabalhando sempre nos bastidores do PDS.*” (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Entre 1986-1987, ocorreu a fusão dos partidos PFL – Partido da Frente Liberal e o PDS – Partido Democrático Socialista, filiou-se ao PFL.

No início dos anos 90, casou-se com o então Prefeito de Maringá, Ricardo Barros, e assumiu voluntariamente a presidência do PROVOPAR da cidade,

desenvolvendo um trabalho com adolescente-aprendiz, na área da educação e em creches, o qual rendeu o prêmio da Unicef Criança e Paz.

Durante o período de 1994-1995, trabalhou no Programa Vale Creche no Paraná.

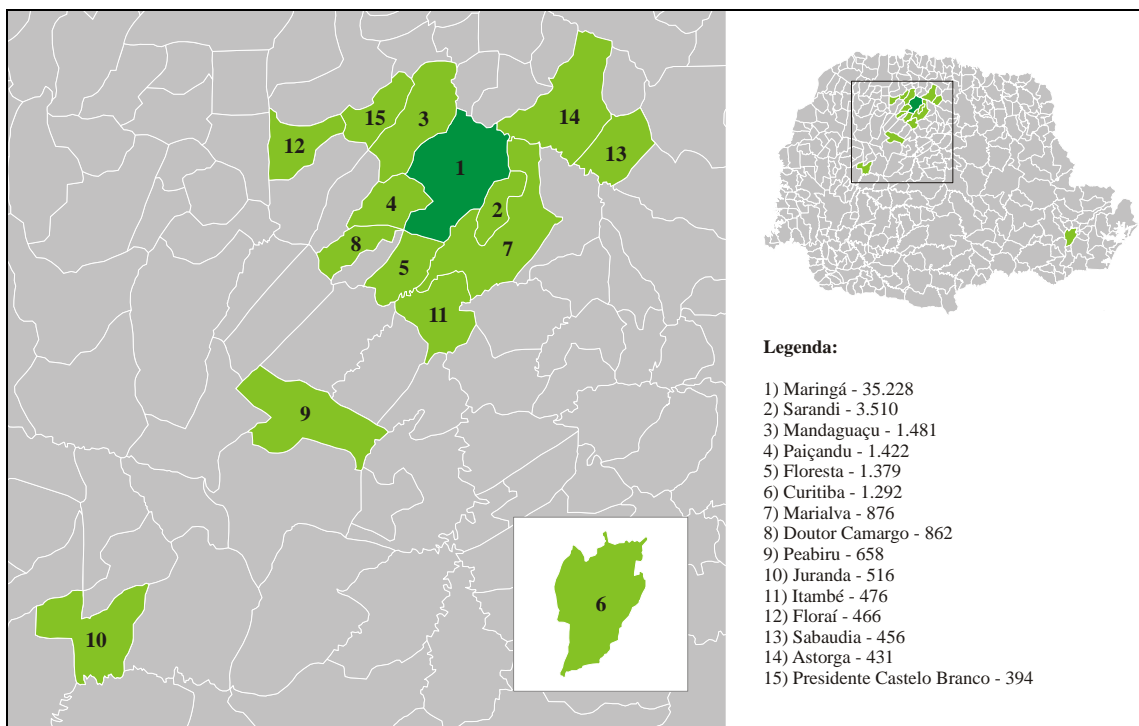
Posteriormente, entre 1998-99, assumiu o Escritório do Paraná, em Brasília, uma assessoria especial, período em que participou do curso de especialização em políticas públicas, ministrado no Congresso Nacional pela UFRJ/UNB.

Sou da fundação do PDS-Jovem do Paraná, aproximadamente 22 anos atrás disso, e éramos poucos jovens, o Eraldo Kuerten que está aí até hoje, tomando gosto pela política, embora também não tenha disputado nenhum cargo, o deputado Marcos Isfer é nosso colega aqui na Assembléia, começamos juntos a fundação do PDS-Jovem, Juarez Morais, Renato Solador, o José Roberto Borghetti, que é meu irmão, [...] eu fui então buscando ... esse espaço trabalhando sempre nos bastidores do PDS. Depois com a fusão dos partidos eu fui pro PFL, sempre trabalhando nos bastidores e me casei mais ou menos no início dos anos 90, com o então jovem prefeito de Maringá, Ricardo Barros, e fui trabalhar ao seu lado voluntariamente assumindo a presidência do PROVOPAR da cidade de Maringá, mas um trabalho voluntário muito grande, muito forte, onde Maringá foi premiada naquela época com o Prêmio da Unicef, Criança e Paz, pelo trabalho realizado com adolescente-aprendiz, e também o trabalho na área da educação, das creches, foi realmente um exemplo para o país, e por isso recebemos essa honraria da Unicef ... após esse período eu fui convidada para trabalhar no Programa Vale Creche no Paraná, durante mais ou menos um ano ... (94-95), depois mais ou menos no ano de 98-99 eu assumi o Escritório do Paraná em Brasília, uma assessoria especial, mas com status de secretaria de estado, onde nós pudemos representar o Paraná, num trabalho muito forte junto ao governo federal, ministério, unimos a bancada federal do Paraná, os senadores quando o tocante era o assunto do Paraná, e eu acho que foi muito importante. Nesse período, também eu pude cursar o curso de especialização em políticas públicas, que foi ministrado no Congresso Nacional, pela UFRJ, mas era um módulo lá da escola de políticas públicas, foi muito importante, onde eu pude ter como professor de alguns módulos o senador Eduardo Suplicy, também, foi governador do distrito federal e ministro da educação Cristovam Buarque ... entre outros professores da própria universidade do Rio de Janeiro e da UNB de Brasília, onde o assunto era só políticas públicas – orçamento, gestão – que foi muito importante para que eu pudesse buscar esse espaço maior, em 2000 eu disputei a prefeitura da minha cidade Maringá, a primeira mulher na história da cidade a disputar uma vaga majoritária, obtivemos, fizemos uma campanha muito bonita a favor de Maringá, obtivemos 23 quase 24 mil votos, muito importante isso para as mulheres, ... (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Em 2000, disputou o pleito eleitoral, candidatando-se à Prefeitura de Maringá, onde conquistou aproximadamente 24.000 votos.

No pleito eleitoral de 2002, concorreu à cadeira na Assembléia Legislativa, contabilizando 53.225 votos. Dos 399 municípios existentes no estado, a deputada

computou votos em 216, isto é, em 54,13% dos municípios ela teve pelo menos um voto.



MAPA 2: Distribuição dos 15 municípios com maior número de votos da candidata/eleita, Maria Aparecida Borghetti, em 2002.

A soma de votos, obtidos nos municípios com maior votação, perfaz o total de 49.447 votos, aproximadamente 92,90% do total de votos conquistados pela deputada neste pleito.

A visualização do número de votos conquistados pela deputada nestes municípios pode levar à consideração do possível reduto eleitoral, pois retirando-se principalmente Curitiba, as outras cidades fazem parte da região de Maringá. Igualmente, a resposta positiva da deputada quando questionada sobre a questão da existência de reduto eleitoral e a respectiva prioridade de atuação posterior à eleição.

A minha cidade de Maringá, onde eu saí eleita de Maringá mesmo com 36 mil votos aproximadamente, então meu compromisso com a minha cidade de Maringá e toda região que me fez eu a sua deputada, a região metropolitana de Maringá, onde eu respeito muito, estou sempre presente, principalmente fora do período eleitoral, que eu acho mais importante. Então, eu atendo as pessoas ... os líderes – liderança de bairro, os vereadores, os prefeitos da região,... - todos os líderes que representam sua comunidade,

estou sempre em contato com eles, através da nossa assessoria da assembleia e também do nosso escritório político em Maringá, onde nós atendemos a semana toda ... então, isso é muito importante, eu acho que você tem que preservar e devolver a população que te passou, na verdade, um crédito importante na hora do voto, a confiança, então é muito importante que você esteja sempre em contato com os seus eleitores, com a sua base eleitoral. Então o meu reduto é minha cidade de Maringá e toda a Região Metropolitana. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Embora tenha enfatizado que após a eleição o trabalho seja pensado e construído em prol do Estado do Paraná como um todo.

Mas aqui, nós fazemos um trabalho na Assembleia Legislativa que é de legislar a favor do Paraná, nosso trabalho parlamentar, através de projetos importantes na qualidade e na melhoria de vida de todo Paraná. Então, nós ajudamos aqui o governador do estado a administrar o estado por inteiro, é bom deixar bem claro que é o nosso trabalho, nós representamos um estado, embora nós representamos aqui a nossa cidade, cada um representa a sua região, mas nós representamos aqui, fazemos um trabalho parlamentar defendendo o Paraná por inteiro. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Desde a filiação partidária ocorrida na juventude no momento em que entrou para o PDS Jovem, pode-se observar, também, que houve alteração de partidos no decorrer de sua trajetória política.

Essa questão da identidade partidária, a partir do que respondeu a respeito, é buscada através de condições existentes na relação entre o partido e a sua pessoa, onde devem existir preceitos de liberdade, ideologia, autonomia, respeito, valorização. *“A liberdade é extremamente importante dentro do partido, um partido que você se sinta como se estivesse na tua sala de casa, discutindo, mas não de maneira impositiva, e também de uma maneira agressiva, que eu não concordo com alguns partidos que têm uma ideologia que te obriga muitas vezes a tomar certas atitudes ou defender atitudes, ideologias que você não comunga.”* (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004). Atributos que farão, segundo ela, com que o trabalho seja desenvolvido buscando uma identidade relacional de ambos partido/filiado/candidato.

Essa característica apontada pela deputada buscada na interface com o partido do *“sentir-se em casa”* pode denotar a construção de uma relação entre o público e o privado.

Além disso, em sua resposta referente à procura pela identidade partidária,

aparece, em cada momento, uma justificativa em maior grau ligada à condição identitária e ideológica para que houvesse as mudanças que ocorreram em sua trajetória política.

O Partido Democrático Social (PDS) naquela época, na minha juventude eu entendia que era um partido que queria promover uma justiça social, talvez ali eu via todos os questionamentos que eu queria que fossem diferentes, pra minha cidade, no caso especificamente, e eu entendia que era um partido que estava nos dando a liberdade de entrar e a autonomia de defender o nosso ponto de vista, eu achava bacana [...] então isso me chamou muito a atenção na época porque nós estamos na verdade sendo acolhidos e respeitados, com toda a juventude e com toda a falta de conhecimento nós tínhamos o nosso espaço, isso é muito importante. No PFL – Partido da Frente Liberal, não foi diferente um partido extremamente organizado, politizado, as pessoas extremamente cultas, sábias, e que eu gostei muito, sempre me identifiquei muito com o Partido da Frente Liberal, nós na verdade saímos do partido porque, embora o Ricardo Barros tenha, na época, ganho as eleições estaduais, no voto, 44 votos a mais, a nossa chapa foi vitoriosa no comando do partido no estado do Paraná, no diretório estadual; perdemos em Brasília, por uma questão interna do partido, onde entendiam que deputado federal na época não podia buscar esse espaço de presidência do diretório estadual, depois o Ricardo se colocou, já deputado federal, não seguiu a orientação do partido na época para que votasse a reeleição, ... ele foi voto contrário, ... ele entendia que para se votar a reeleição era primeiro preciso chamar um plebiscito, que a população também pudesse opinar, e que a população tivesse a consciência de que ele estaria votando no João ... por tantos anos, e a população não sabia. [...]. O Partido Progressista(PP) é um partido que valoriza a mulher, então nós somos representante feminina do partido na Assembléia Legislativa, também presidimos a Ação Mulher Progressista do Paraná, assumimos a comissão provisória nacional de políticas para mulheres visando a eleição de 2004, que foi uma participação importante nossa no cenário nacional junto às mulheres do partido que colocaram seu nome à disposição da sociedade e que foi uma valorização. Temos um lugar à mesa no diretório nacional do partido, onde o presidente sempre nos pergunta, sempre deixa a palavra aberta para que nós mulheres possamos nos manifestar a nível nacional dentro do partido, não é diferente no diretório estadual, [...] partido que dá autonomia e deixa as mulheres muito à vontade (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

As questões sobre a ajuda partidária são consideradas de modo que se possa visualizar várias perspectivas de relação entre o partido e o candidato.

Uma delas considera a postura do candidato quando este vem para uma disputa eleitoral, o que este espera do partido político, o que “considera como ajuda”.

As argumentações da deputada variam, pois considera que somente pelo fato do partido emprestar sua sigla, acolher e emprestar toda sua estrutura para concorrer à disputa eleitoral, já está ajudando. Essa perspectiva estrutural leva principalmente em consideração a questão da utilização da mídia gratuitamente.

Olha, veja bem, o partido eu nunca esperei nada do partido, porque o partido é par-ti-do, já tá falado, a palavra já conta por si [...] muitas vezes financiamento de campanha isso não existe dentro do partido porque ele já te deu a oportunidade da legenda, já está te dando a oportunidade de você fazer parte de um partido político e já te dá o espaço pra você buscar a tua participação efetiva, eu entendo assim, mas o partido te dá a oportunidade do quê? A mídia, que é importantíssima – a televisão, o rádio, o jornal – o espaço da mídia para que você possa conversar com seus eleitores, com teus futuros eleitores, para que você possa mostrar e contar a que você veio, eu acho que essa já é uma participação importante do partido enquanto partido e auxiliado ... eu acho que é uma deferência especial, o partido te dá um crédito, é uma ficha em branco para que você assine o teu compromisso em respeitar teu partido, a respeitar teus futuros eleitores, eu vejo por aí. A mídia além de ser uma participação, é caro, se você tivesse que pagar uma coluna num jornal, um comercial na televisão, um espaço na rádio, isso ficaria muito caro e ninguém teria condição, mas o partido ele tem esse espaço gratuito e ele está dividindo com você o espaço. Então eu acho que isso, talvez, é a coisa mais importante que o partido possa proporcionar àqueles que buscam eventualmente disputar as eleições. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).¹³

A deputada tem conhecimento sobre as cotas e como se operacionalizam os pleitos eleitorais a partir da institucionalização das leis. Não obstante, seu posicionamento em relação às cotas é de desacordo, “*eu acho que não deveria existir cotas, se o homem e a mulher são iguais, pra que cota?*” Além do mais, acredita que as cotas são discriminatórias. “*Então, eu não concordo com as cotas, eu acho que não deveria ter lei – cotas – porque cotas é discriminatório, na minha visão.*” (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Na questão sobre se as cotas beneficiam a efetivação da mulher na política, ela descarta esse benefício advindo das cotas, argüindo a partir do modo de sua entrada no campo político.

Veja bem, quando eu entrei no partido político, não existiam cotas, eu nem pensava nisso, eu entrei porque eu entendia que se nós queremos um país melhor, uma cidade melhor, um estado justo, cada um vá lá e faça sua parte. Então, uma filiação naquela época, 20 anos atrás, eu jamais, jamais passou pela minha cabeça que eu estaria aqui hoje, jamais há 22 anos atrás que eu me casaria com o prefeito da cidade de Maringá, ou que eu estaria representando o Paraná inteiro em Brasília numa chefia do escritório do governo do Paraná, chefiado pela primeira vez, em 27 anos, por uma mulher, ou que eu estaria hoje representando as mulheres, representando o Paraná, minha cidade de Maringá na Assembléia Legislativa, eu não sabia, eu me filiei porque eu entendia que eu estava fazendo uma coisa importante pra minha cidade, pro meu estado, participando,

¹³ Quando perguntada sobre se o partido ajudou com “santinhos”, propaganda utilizada no corpo a corpo com o eleitor, a resposta da deputada foi “não” e o seu argumento foi de que não é um compromisso partidário, além de observar que em nenhum desses partidos ela teve esse tipo de ajuda.

opinando, entendendo: Puxa! Mas, educação pode ser melhor. A saúde poderá ser melhor, vamos ajudar! Era assim que eu via, e eu entendo que as mulheres também pensam assim. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Seu posicionamento em relação à atuação da mulher no espaço político, ela acredita que a mulher já conquistou seu espaço no campo político e acredita ser de suma importância esta participação.

... eu acho que a mulher já conquistou seu lugar na política, eu não entendo que a mulher vem conquistando, ela já conquistou, já se consolidou e temos nomes expressivos a nível nacional ... tenho a honra de ter em meu partido a prefeita Ângela Amin, que por duas vezes foi escolhida a melhor prefeita do Brasil, de uma cidade importante do nosso país que é Florianópolis, onde ela fez um trabalho exemplar mudando o visual inclusive da cidade de Florianópolis, promovendo justiça social, políticas públicas na área da educação, da saúde, da atenção ao idoso, propostas importantes de administração pública, eu acho que é um nome a ser sempre lembrado, de uma mulher forte, determinada, e que eleva não só a classe feminina mas também a valorização da mulher na política. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Atribuiu às mulheres alguns predicados, que muitas vezes são usados como justificativas para pontuar a diferença de atuação entre homens e mulheres e que geram certas contradições, na medida em que diz não haver diferença entre o homem e a mulher, ao mesmo tempo afirma existir maior sensibilidade, afetividade, comportamento apaziguador, conciliador, etc.

... não, a mulher não é diferente do homem nas tomadas de decisões, mas a mulher tem sim um lado mais sensível, talvez enxergue as coisas com um olhar materno, um olhar mais carinhoso, um olhar mais afetuoso, então por isso muitas vezes a mulher ao assumir um cargo político ou público, ela vai estar olhando com outros olhos, ... eu sempre falo que a mulher tem um jogo de cintura diferente, ... onde ela põe a mão ela consegue apaziguar, ela consegue evitar muitas vezes rixas, eu falo aqui, porque muitas vezes no partido tem algumas divergências e eu sempre falo – Não. Aqui vai imperar o bom senso, a paz ... nós temos que ceder muitas vezes, e a mulher tem esse lado de ceder, de conciliar, de apaziguar, e a mulher quando assume um cargo político ela também vai estar numa hora de decisão ou de propor políticas públicas ela vai estar olhando ... embora com bastante firmeza, mas com muito carinho e com muito rigor, então eu entendo dessa forma. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Sobre se a mulher ao adentrar no cargo político lutaria de forma mais efetiva pelo seu gênero, a deputada pontuou que ela não faria e não agiria desta forma, embora existam medidas específicas que envolvem as mulheres. No entanto, também deixa claro, projetos que beneficiam ambos. Nessa mesma perspectiva

ainda conclui que se agisse dessa maneira poderia estar privilegiando, e o privilégio também é discriminação.¹⁴

Em outro tema trabalhado nas entrevistas – discriminação, a deputada responde que nunca houve discriminação partidária e nem no momento em que ocupou uma cadeira na Assembléia Legislativa, pelo contrário, “*sempre fui muito bem recebida por todos*”. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Existiram algumas discriminações no início da sua trajetória enquanto candidata em 2000, primeira vez que concorreu a algum cargo público, neste caso para a prefeitura de Maringá, entretanto, sempre que ocorreram tais episódios, usou de argumentação e diálogo para resolver tais situações, conforme seus exemplos:

...muitas vezes eu escutava assim as mulheres falar – Ah, mas o meu marido acho que não vai deixar eu votar em mulher! e eu falava o seguinte – Não, mas quem é que manda na sua casa, quem é responsável pelas compras, pela organização, pela educação dos filhos? Elas: – É, sou eu! Então. Isso é um argumento importante, pra que os homens valorizem as mulheres, não apenas nos vendo como donas de casa, como mãe, mas como profissional, como professora, como educadoras, como médicas, como profissionais liberais e também a mulher na política... (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

E em outro momento, num diálogo com um homem:

- Ah, mas é o marido dela é que vai mandar! – E aí eu respondi assim: ... parei na frente dele e respondi pra ele o seguinte: – Você sabe quem ajudou, voluntariamente o Ricardo quando esteve prefeito em Maringá, principalmente na área social e que Maringá avançou muito naquela época. – Foi a senhora! Daí eu disse: – Foi ele que mandou? Ele me respondeu: – Não, foi a senhora. Então eu não vou nem responder essa pergunta, porque ele não vai estar sentado à cadeira e como ele não está sentado aqui na minha cadeira na Assembléia, poucas vezes inclusive ele passa por aqui, e nunca me ajudou a fazer nenhum projeto. Então, eu pude mais tarde responder isso para ele também... (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Esses tipos de discriminação são vistos pela deputada como sendo brincadeira, ou mesmo como comportamento de uma pessoa que visualiza a mulher como sendo frágil.

¹⁴ Não construiria políticas mais voltadas para as mulheres, especificamente. Veja bem, nós temos aqui algumas ações especificamente para as mulheres. Tem o hospital da mulher, os exames especificamente de prevenção – câncer de mama, de colo – que são ações específicas para as mulheres, mas também temos vários projetos que atendem os homens e as mulheres da mesma maneira, mas não existe privilégio, nem pode ter privilégio, porque nós somos todos iguais na verdade e privilégio também é discriminação. (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Ressalta ainda sobre o fato da discriminação advinda das mulheres ser pouca e em situações bem determinadas, sendo que no caso dela só ocorreu uma única vez. Pontua o contrário: *“Só aquela do começo. Muito pelo contrário as mulheres, eu escuto muito das mulheres assim: - Puxa, que orgulho em ser mulher, eu tenho orgulho em ser mulher! E muitas vezes, porque nos assistem, sabem da nossa determinação, da nossa coragem, e elas se espelham.”* (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

As proposições políticas apresentadas em plenário são fruto das discussões provenientes da base eleitoral.

Com relação à área de atuação mais presente em seus projetos e preocupações, enquanto deputada, é a que compreende o aspecto social – criança, adolescente, idoso, mulher – da família em geral.

Sempre escutando os segmentos e a comunidade. ... então eu estou sempre em contato com os líderes e com a comunidade, eu mesma gosto de ver o trabalho, eu vou aos bairros, eu visito os postos de saúde, eu visito as comunidades mesmo rurais, cooperativas, eu gosto de escutar, de ver e recebo muitas sugestões e das sugestões, também, de vários segmentos nós transformamos em projeto de lei, eu acho que isso é muito importante, ninguém faz nada sozinho, ... sei escutar os líderes, leio bastante, me interesso muito pelos temas que eu defendo aqui, através dos projetos, ... e também a nossa assessoria está sempre ligada, sempre atenta também nos sugerindo projetos de melhoria na qualidade de vida das pessoas (Relato Depta. Maria Aparecida Borghetti, 2004).

Junto às perspectivas que priorizará nos últimos dois anos de mandato, pretende fazer um balanço das proposições já levantadas e debatidas, inclusive discutindo as questões com a base eleitoral. Outro aspecto seria o envolvimento com discussões visando priorizar a regulamentação das regiões metropolitanas do estado do Paraná – áreas que compreendem divisões geográfico-sócio-ambientais, feitas a partir dos grandes centros e suas interconexões.

4.3 ELZA PEREIRA CORREIA MULLER

Elza Pereira Correia Muller, 57 anos, separada, dois filhos, escolaridade superior completo, profissão – professora. Disputou o pleito eleitoral filiada ao

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que nas eleições de 2002 não coligou com nenhum outro partido. Obteve o total de 38.309 votos.

A deputada desde a infância conviveu num meio bastante politizado, pai e mãe comunistas que militavam clandestinamente, além de terem em algum momento de sua vida ocupado cargo público ou na organização de associação de cunho político. Seus pais tiveram um papel influenciador na construção de sua trajetória política e na construção da sua personalidade. Durante a juventude esteve ligada aos movimentos estudantis, depois, no movimento de mulheres, para depois ingressar na vida parlamentar propriamente dita.

Eu venho de uma família de políticos, de pai e mãe comunistas que militavam clandestinamente, que o partido comunista parte de sua trajetória era clandestina, e dentro da minha casa discutia-se muito política e meu pai foi o primeiro vereador comunista da cidade de Londrina, minha mãe criou a primeira associação feminina de Londrina em 49 ... eu penso que seja daí essa preocupação em cumprir um papel na sociedade, também com a mudança da qualidade de vida, interferindo num modelo cultural, num modelo político, num modelo de sociedade ainda tão preconceituoso e discriminatório, mais feito por homens para homens, ... eu comecei minha trajetória no movimento estudantil, dentro da escola como presidente do grêmio estudantil, depois fui para a ... União de Estudantes Secundaristas, passando pelo DCE na organização, já na universidade, uma militância complicada porque era na ditadura, num movimento militar, ... sempre tive uma militância no movimento estudantil, depois no movimento de mulheres, depois na vida parlamentar, depois foi uma coisa que foi acontecendo meio que naturalmente, sendo empurrada, num primeiro momento pela própria necessidade que eu via de a gente fazer alguma coisa para melhorar a sociedade em que nós vivemos, empurrada pelo desejo de meus pais que é espelho que a gente se olha e então, tem talvez um pouco também da minha própria personalidade, nós somos em onze filhos, apenas eu milito politicamente ... (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004)

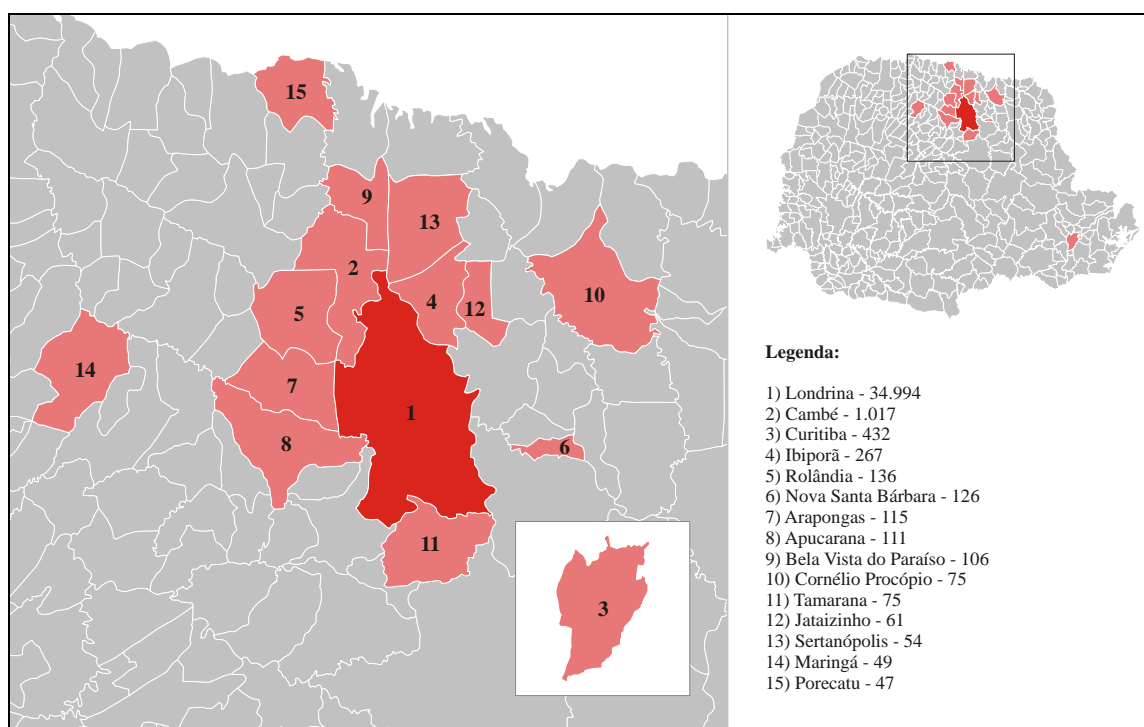
Em 1986, o Partido Comunista Brasileiro estava na legalidade e tinha como objetivo conseguir uma cadeira na assembleia, nesse período saiu candidata a deputada estadual com a intenção de ajudar o partido e seu colega Márcio Almeida, mas não se elegeu.

Em 1993, foi secretária de Governo, momento em que criou a Coordenadoria Especial da Mulher, em Londrina, segundo ela: “a primeira ação de política executiva.” (Relato Elza Correia Muller, 2004).

Em 1996, saiu candidata a vereadora pelo PC do B, elegeu-se, sendo a vereadora mais votada em Londrina, reelegeu-se em 2000.

No pleito eleitoral de 2002, saiu candidata a deputada estadual pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, conquistando uma das 54 cadeiras da Assembléia Legislativa do Paraná.

Nesse referido pleito, dos 399 municípios existentes, a deputada contabilizou votos em 137, isto é, em 34,33% dos municípios obteve pelo menos um voto.



MAPA 3: Distribuição nos 15 municípios com maior número de votos da candidata eleita, Elza Pereira Correia Mueller, em 2002.

A soma de votos computados nestes municípios perfaz o total de 37.665, aproximadamente 98,34% do total de votos obtidos pela deputada no pleito de 2002.

O questionamento sobre o reduto eleitoral resultou em resposta negativa. Num dos argumentos da resposta, a deputada enfatiza a questão de algumas mulheres estarem preocupadas em diferenciar o modo de fazer política das usuais, ou seja, sem assistencialismo, sem clientelismos, mas com idéias e com políticas públicas que levem as pessoas a entender o papel do político presente nas casas legislativas.

Não. É engraçado porque a mulher, nós estamos buscando uma forma de fazer política, cada um tem um curral eleitoral, eu não trabalho com isso, não é porque o fato de ser mulher também, tem muita mulher no Brasil que trabalha igualzinho aos homens, [...] eu tô falando de mulheres que estão na vida pública por entenderem que é uma responsabilidade, um compromisso, uma tarefa ... então ... eu acabo que os meus votos vêm das camadas mais politizadas, eu tenho notado isso, vêm das camadas A e B, estatisticamente a gente tem visto que é a classe média, o pessoal que tem nível de escolaridade maior, ... eu não faço assistencialismo porque não acredito nessa forma de fazer política. São leis e instrumentos de lutas, mais voltado para a população mais pobre, mais carente, mais despossuída, digamos. Evidentemente que sempre dentro da concepção de que não é dar uma cadeira de roda, ou pagando aluguel da casa que você vai resolver os problemas, é com políticas públicas, sempre com essa noção da questão do geral, isonômica, ... eu não faço assistencialismo e ganho eleição assim, nunca paguei uma conta de água ... isso é crime eleitoral, isso é lesar a cidadania, então a gente tem procurado fazer um mandato didático mostrando qual é o papel, tanto é que quando eu saí candidata a vereadora, eu fiz uma cartilha, bem popular – para que serve um vereador? Para mostrar pra população qual é o meu papel, meu papel não é pagar a conta de água, da luz ou arrumar cadeira de rodas, ou arrumar remédio, ou óculos – o meu papel é fazer leis que ajudassem essa população, trabalhar a fiscalização do direito público pra ver se realmente estavam fazendo políticas públicas que resolvessem o problema deste cidadão que paga impostos. Então essa forma de fazer política ... são muito poucas pessoas que fazem isso, nós somos uma gota no oceano, infelizmente no Brasil ainda há – a troca de favores, o clientelismo, o assistencialismo, que abocanha grande parte do eleitorado que é despolitizado, desinformado, que é o curral não é a massa crítica que nós temos na quantidade que nós deveríamos ter. Então eu tenho resistência, então quando eu vou por exemplo tem gente falando – A Elza, a Elza é candidata dos ricos, ... porque eu não pago a conta de água, eu mostro que eles estando desempregados existem leis que a água deles não pode ser cortada, e que existem projetos governamentais como: tarifa social da água que beneficia as camadas populares e elas têm que ser inseridas nesses programas, então eu não fico criando estruturinhas pra ganhar no peito, pra ganhar na compra o voto, então acaba o quê? Que o meu eleitorado é o eleitorado mais politizado, e esses redutos da população que ainda não têm infelizmente essa possibilidade de informação e politização ela não vota em mim, ela vota no outro que deu os óculos, é uma luta. (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Embora também reconheça eleitores nas camadas com menor nível de informação, ou menor nível econômico: *“Tem eleitores, o que é bacana, eu tenho eleitores em toda a cidade de Londrina, eu fiz 35 mil votos pra deputada só em Londrina, aí eu pego o mapa, eu tive votos em todas as urnas eleitorais em Londrina, eu não tive nenhuma sessão zero votos.”* (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Como observado no decorrer da entrevista e trajetória política, a deputada esteve no decorrer de sua história político-partidária presente em muitos momentos históricos em partidos diferentes, mas ela atribui essa “troca de partidos” não como

uma simples troca, porém como uma marca ideológica própria, isto é, o fato dela ser comunista: “...isso é importante colocar porque parece que você está mudando de partido, mas eu era comunista, eu sou comunista.” (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Com relação à identidade partidária e à escolha pelo PMDB, estas residem no fato de uma relação com a ideologia partidária e a proposta de atuação no sentido de militância e autonomia no sentido de conseguir propor políticas partidárias que visem à construção de novos modelos sociais. A mulher neste caso deve ser vista não como mero status, não como mera coadjuvante, mas como uma atriz social participante em todos os níveis eleitorais ou partidários.

Em Londrina, porque tem muito a ver com a questão local, e lá o partido que eu entendi que tinha mais ... condições de uma militância com mais autonomia e também com identificação do que eu entendo por militância política era o PMDB. (E a sra. entende por militância política o quê?) Entendo que você tem que ter dentro do partido como mulher, que é uma questão muito séria, é status. Tem que ter oportunidade de participar como mera criada, mas participar das discussões políticas partidárias para a construção de modelos, propostas para a sociedade, orientação para a sociedade, e o PMDB possibilita isso. Eu não queria ser mais uma militante, como fui no PC do B, ... quer dizer assim, eu mudei de partido mas não mudei de lado, não mudei de postura, não mudei de posição e dentro do PMDB eu encontrei esse campo fértil para a gente poder ter esse nível de participação, esse nível de militância, sou da direção estadual do PMDB, sou da direção municipal do PMDB e sou coordenadora geral do movimento de mulheres dentro do PMDB aqui no Paraná. Então, eu acho que nós temos um campo importante de participação, isso que me interessa. Eu não queria participar de um partido, que eu fosse apenas mais uma e tal ... e ter uma participação política realmente o direito de militância, militância não para ser um pinduricalho como mulher dentro do partido, mas uma cidadã que tem que ter participação no processo de discussão política, da construção da linha de ação política e também da construção de um espaço onde as mulheres do partido possam discutir as suas especificidades, questões específicas, e o PMDB possibilita isso, hoje. (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Outra consideração pontuada pela deputada em outro momento da entrevista diz respeito ao fato de alguns se utilizarem do partido somente para fins eleitoreiros, ou seja, somente para poder entrar no poder. “Então eu na verdade se entendo que é importante ter uma sigla partidária eu não busco uma sigla que me ajude a facilitar a eleição, porque senão estaria num outro partido, eu busco a sigla com a qual eu me identifique do ponto de vista ideológico, mais próximo à minha questão ideológica, embora haja divergências, problemas ... mas não é regra, o que as

peessoas buscam, – Ah, qual o partido que eu vou? Ah, no partido que me ajude a eleger com menos voto! Não é o meu caso.” (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

As considerações sobre a ajuda partidária na campanha política são mescladas, na medida em que passou por mais de um partido, observam-se algumas especificidades.

Segundo a deputada, pode ser partido de - esquerda, centro ou direita - em todos a dificuldade é a mesma em conseguir passar pelas convenções, conseguir financiamento de campanha, tratamento igual ao dos outros (homens). Especificamente passar pelas convenções partidárias, segundo ela, é um feito advindo da política de cotas.

Aí, tanto faz ser partido de esquerda, partido de direita, nós somos sempre cidadãos de segunda classe, nós temos uma luta enorme, em função: primeiro vencer as convenções, estamos graças às cotas, que no primeiro momento foi tido como um questão, até por algumas mulheres, como preconceituosas, como discriminação, digamos assim, eu considero como uma ação positiva, nós não queremos viver de cotas a vida inteira, mas as cotas possibilitaram que 70 mil mulheres participassem em 2000 do processo eleitoral, nós não conseguimos ainda cumprir as cotas, não porque as mulheres ainda estão fora dos partidos políticos, porque existe ainda muito preconceito, é uma batalha dentro dos partidos políticos pra gente ter nosso financiamento garantido, ter nosso tratamento igualitário, igualdade de oportunidade, são barreiras que existem dentro dos partidos políticos, ainda que nós estamos trabalhando para vencer, nós queremos igualdade de oportunidade dentro dos partidos que nós não temos, pode ser o PC do B, pode ser o PMDB, pode ser qualquer partido, nós temos dificuldades, ... a gente quase caminha meio que por conta própria. (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Do ponto de vista material, a ajuda partidária é quase ínfima, se fosse depender dessa ajuda, não teria sido eleita em nenhum pleito. Atribuiu seu sucesso político ao fato de conquistar um grupo de pessoas para trabalhar e ajudar nas suas campanhas políticas. *“Quase nada, ... eu confesso que se eu tivesse que esperar ajuda de partido político eu não teria ganho nenhuma campanha eleitoral do ponto de vista material, ... é luta individual, praticamente, quase individual, eu construí ao longo dos anos um grupo que me respeita, que me apóia, que acredita em mim, e esse grupo, é mais por conta desse grupo do que por conta do partido ...”.* (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Pontua sobre o fato do número de mulheres candidatas ser maior nas disputas eleitorais, atribuindo esse fato novamente à política de cotas, mas também expõe sobre os conflitos de ordem interna e externa, onde reside a dificuldade das mulheres em conquistarem melhores resultados nas disputas eleitorais. A questão interna está ligada à própria questão do partido muitas vezes lançar uma mulher como laranja, e ao fazer conseguir mais uma cadeira na assembléia. O fator externo está ligado à sociedade, como exemplo, utiliza o argumento de mulher ainda não votar em mulher.

... o partido tem importância, vai lá, faz uma fala: apóia minha candidata Elza Correia – mas não depende só do partido, a sociedade, eu como mulher tenho um enfrentamento interno e externo. A dificuldade interna do próprio partido em relação às mulheres ... e que acabam muitos partidos colocando as laranjas lá pra fazer número pra poder eleger um homem, que nós não admitimos, não aceitamos, não queremos, e o fora (externo) a questão da mulher tem essa dificuldade, a sociedade – as mulheres ainda votam muito pouco em mulheres.(Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Essas dificuldades estão relacionadas também a fatores históricos e culturais, relação interdependente em que são realizados os encaminhamentos construtivos das ações das mulheres no espaço social.

– nós começamos a votar em 37, eu fui candidata a prefeita em Londrina agora, não me elegi, embora eu tenha sido eleita para deputada estadual, fiz um número menor pra prefeita do que pra deputada estadual, por quê? Essa é uma resposta que nós temos que fazer a reflexão em cima, porque é um cargo executivo, e passa muito por aí também – a mulher não sabe administrar, tem que ser homem ... então é o estágio também político das mulheres que está bem problemático isso numa sociedade. Então não vamos culpabilizar os partidos, mas os partidos fazem muito pouco, muito pouco ainda hoje no Brasil para dar visibilidade às nossas ações dentro dos partidos, é muito por conta nossa ... hoje nós somos 54 deputados, 4 deputadas, nós somos uma bancada de 12 deputados, no PMDB tem uma deputada do PMDB, a maior bancada é a nossa, 12, então isso por si só é uma resposta de como os partidos lidam com essa questão.(Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Por certo, também pontua avanços com relação aos partidos apoiarem as candidaturas de mulheres, investirem nessa relação candidata – partido, inclusive cita o PT – Partido dos Trabalhadores, como sendo um exemplo, justificando isso, a partir da concepção, do surgimento e história do partido. “... talvez o partido que mais tenha avançado em relação a isso, seja PT ... eu percebo isso que é mais

organizado, nasceu de uma outra maneira, com uma outra concepção, talvez seja por isso, mas também dentro do PT há problemas, dentro do PC do B há problemas ...” (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

O conhecimento apontado pela deputada com relação à política de cotas é expressivo, pois sua argumentação está fundamentada nas experiências internacionais discutidas em Pequim, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, situação na qual constatou-se a limitação de representatividade, de igualdade e de oportunidade no campo político das mulheres, e se nada fosse feito levaria quatro séculos para gerar a equidade entre os gêneros.

O sistema de cota foi implementado no Brasil, por um projeto de lei da Deputada Federal Marta Suplicy, ... baseada nas experiências internacionais, que nós estivemos participando de uma conferência mundial de mulheres, em Pequim, e verificamos que a continuar aquele crescimento, aquele percentual de crescimento político de igualdade e oportunidade, nós levaríamos 4 séculos pra termos uma equidade entre os gêneros, então o sistema de cotas funciona até 30% dentro dos partidos políticos tem que ser nomes preenchidos por mulheres, até, isso não quer dizer que não pode ter 40, 50, 60%, embora algumas leituras de partidos seja só 30%, aí não é verdade. A cota é bem clara, o sistema coloca que ... (o partido não é obrigado a lançar candidata mulher, em nenhum momento a lei determina que seja ...) Não determina, mas há uma leitura que os partidos ... como é uma lei federal, o sistema de cotas, acaba que essa obrigatoriedade está implícita, tem que ter, 30%, ...tem que cobrar, exigir que elas sejam cumpridas, eu acho que ela é uma ação positiva. (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Continuando o raciocínio sobre cotas, a questão do beneficiamento reside no fato que se não houvesse as cotas não seria triplicada a participação das mulheres na vida parlamentar: *“sem as cotas seria impossível”*.

Segundo a deputada, é imprescindível que as mulheres ocupem cargos públicos, não somente no legislativo, mas no executivo, pois as atuações entre os poderes se dão de forma diferenciada.

... eu acho que é fundamental, é imprescindível que as mulheres ocupem cargos públicos, no executivo também, porque o legislativo é mais a pressão política, tem uma outra forma ... o legislativo não executa leis, e também não propõe políticas públicas, até pode propor mas não executa, então é fundamental, é indispensável se nós quisermos uma sociedade realmente democrática, justa e solidária, que as mulheres participem cada vez mais dos poderes de decisão, nós temos que ter essa oportunidade, porque se não a sociedade não mudará (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004.).

Quando da entrada da mulher num dos quadros de representação política, segundo a deputada, existem aquelas que praticam as políticas públicas pensadas pela perspectiva do gênero, e aquelas que não.

Sim, acredito piamente, até porque não basta ser mulher, nós não nascemos unidas, tem várias parlamentares que têm ações muito parecidas com a dos homens, inclusive são contra algumas teses que o movimento feminista decide, mas um grande número de mulheres já estão sensibilizadas, porque elas vêm de um movimento feminista, elas vêm da organização de mulheres, elas vêm de lutas de mulheres, e quando chegam na suas esferas de poder evidentemente que elas colocam nas suas ações toda visão de gênero, todo acúmulo de suas experiências, das suas lutas, e evidentemente que existe aí um tempero, vamos dizer assim, que não é uma palavra boa, mas existe toda uma contribuição, acho que aí a palavra correta, das mulheres do ponto de vista de que as políticas públicas obedeçam à ótica de gênero. (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Observa-se que todo o diferencial proposto pela deputada depende das práticas com as quais as mulheres entram no campo político de decisão, ou seja, o modo como trabalham reflete a participação anterior em movimentos de conscientização de gênero.

A discriminação sofrida pela deputada é percebida em todas as relações vindas – do parlamento, do partido, de homens e de mulheres.

Percebia, percebi, percebo e vou continuar percebendo durante muito tempo. Por exemplo, privilegiar os homens dentro dos partidos, dos cargos de executiva, sempre uma briga pra gente poder participar; a desvalorização, a tentativa de desqualificação das ações das mulheres, e isso se repete também no parlamento. [...] Até minha carteira, quando recebi, era deputado Elza Correia ... da coisa micro ao macro, da coisa mais simbólica às grandes ações. Até nas comissões parlamentares da casa você é preterida, na mesa você é preterida, eu sinto isso ... dentro da minha própria bancada. (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

Com relação à discriminação proveniente dos eleitores e eleitoras, a deputada pontua a questão dessa situação estar mudando, embora ainda exista. Reconhece os tipos mais clássicos, o de que a mulher deve trabalhar no âmbito privado, e muitas vezes ainda carregada do quesito culpabilidade.

Tem, mas é incrível como isso vai mudando, a gente vai percebendo ano pra ano, como tá diminuindo, graças a Deus, mas tem ainda – Vai lavar roupa, vai pra casa, vai cuidar dos filhos, porque mulher na política é a deteriorização da família, que o aumento de uso de drogas nas crianças, o desmantelamento da juventude é culpa da mulher, a coisa da

culpa, colocar na gente a responsabilidade do caos estabelecido na família por conta de ausência de políticas públicas sérias dos governos, e nós temos toda uma educação voltada para a questão da culpa, [...] nós temos os nossos papéis definidos na sociedade, que é pari, lava, passa, cozinha, cuida da casa e os maridos são os provedores, então isso ainda existe. É regra? Não. (Mulher vota em mulher?) Vota. (Não todas?) Não todas, mas mulher vota em mulher, mulher é solidária com mulher, mulher é companheira de mulher, mulher. [...] Essas teses todas não foram inventadas por nós, foram inventadas por homens, é o modelo de cultura machista, pra dizer que – nós não votamos em mulher, que nós não gostamos de mulher, que temos inveja de mulher, isso é tudo inventado ... toda boa mentira ela se transforma em verdade. ... eu percebo, hoje, que mais mulheres votam em mulheres, tá aumentando o número de participação [...] então você vê que há uma ascendência nossa, e isso reflete do desejo, da vontade e na confiança das mulheres em participar dos movimentos políticos partidários no Brasil, então a gente tem esse papel também de encorajar a outra, de mostrar que lugar de mulher é na política. Mesmo ela estando dentro de casa (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

A trajetória política enquanto deputada é marcada pelo trabalho construído a partir da vivência como militante e as demandas da sociedade. Sua perspectiva de atuação não se resume em apresentar projetos de lei. A consciência de que no estado do Paraná existem bastantes leis faz com que seu *papel* seja também a de fiscalizadora, e de indicadora de leis para o executivo.

Um deputado é uma caixa de ressonância da sociedade, ... minhas propostas aqui, as minhas leis, as minhas sugestões, os meus encaminhamentos, são reflexos dessa vivência, dessas demandas oriundas do Paraná, de todos os municípios, da sociedade, e passa um pouco pelo acúmulo de experiência que a gente tem da militância política. ... Eu não fico parindo, inventando projetinho de bota ... chamariz no rio, porque isso não me interessa, ... o estado do Paraná tem muitas leis já. [...] Acho que o papel do parlamentar, do deputado é mais fiscalizador do governo, do dinheiro público, do que propriamente fazedor de lei, porque se você for fazer um levantamento aqui, às vezes eu faço pra fazer alguma lei, já tem três, quatro, cinco, seis leis que são similares, então é um absurdo isso, no Brasil tem gente que acha que o papel do deputado, do vereador, é fazer leis, mesmo que sejam leis rico n'água, que não sirvam pra nada. [...] Não sou campeã de leis, não tenho problema com isso, ... é essa vertente que eu penso, a perspectiva que eu escolhi ... (Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

A perspectiva para os dois últimos anos de mandato são expressas a partir da combinação da necessidade advinda da população e a coerência ideológica presente em seus assuntos e áreas de atuação enquanto deputada, que esboçam os temas relacionados à geração de emprego e renda, saúde, educação e também à verificação da questão de gênero, pensados dentro dos limites da legalidade e da constitucionalidade.

[...] eu não firo a legalidade e a constitucionalidade e nem os meus limites do meu papel como deputada, para fazer média com ninguém, apresentar projetos. Eu faço muitas indicações para o governo, porque compete ao governo fazer alguns projetos de lei e apresentar para casa, então eu não firo essa autonomia dos poderes, eu não fico inventando projetos pra serem vetados pelo governador, por visto de iniciativa. ... Eu não fico fazendo lei que não atenda a universalidade, que não sejam leis revolucionárias, leis que somem às que já existem, que sejam complementares e boas, ... vamos divulgar as boas leis, não vamos atravessar o sinal dos poderes. ... Eu faço pesquisa antes de fazer leis, quando eu tenho idéia eu faço pesquisa pra saber, se já tem eu não faço. E às vezes tem um colega que uma vez fez uma lei que era muito interessante, já tinha feito antes, eu peço pra fazer a co-autoria, eu não tenho esse problema em mim, eu não faço parte dessa fogueira, da vaidade, ... eu me contento em ser co-autora, alias em Londrina, como vereadora, como era um rolo compressor, a câmara de vereadores, muito grande, em benefício do ex-prefeito caçado Antonio Belinatti, eu era uma estranha no ninho, leis minhas quase que não passavam, então em muitos momentos eu dei a autoria de leis minhas para outros vereadores, pra lei passar, porque se fosse minha autoria não passava, mas se era importante para a comunidade eu me submetia a esse papel e me submeto sempre que necessário, porque a quem interessa uma boa lei? À população. [...] Eu quero ser lembrada como pessoa ética, que lutou pra provar que política se faz com lisura, se faz com compromisso, se faz com seriedade, se faz com integridade e se faz acima de tudo respeitando a população. Isso são os valores que me norteiam na vida política. Sou uma lady quando tenho que ser, mas também viro a baiana quando tenho que virar, pra defender uma proposta, uma idéia ou para contrariar questões com as quais eu não compactuo. Esta é minha proposta de militância, fora isso não há acordo.(Relato Depta. Elza Correia Muller, 2004).

4.4 ARLETE IVONE CARAMÊS

Arlete Ivone Caramês, 61 anos, casada, um filho, escolaridade superior incompleta. Disputou o pleito eleitoral filiada ao PPS – Partido Popular Socialista, que se coligou com o PV – Partido Verde. A deputada atualmente ocupa um assento à mesa como 3ª Presidente da Mesa.

O interesse pela política ocorreu de modo singular, a partir do desaparecimento do seu filho em 1991, sentiu dificuldades em conseguir informações das pessoas ligadas à estrutura pública, e incentivada pelo grupo de pessoas, as quais utilizavam a argumentação de ao se entrar no meio público, principalmente o do campo político, “*teria mais vez e voz, seria mais respeitada*”. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

O slogan de campanha apresenta a marca de sua inserção no campo político – Arlete, mãe do Guilherme, politicamente ela é reconhecida desse modo. Embora

essa prática tenha gerado crítica às suas pretensões enquanto mulher pública.

... Algumas pessoas me criticam nesse ponto, de eu usar o nome do meu filho, usar meu filho numa campanha política, mas é muito fácil falar que eu uso meu filho, quando você tem teu filho em casa, quando você tá assistindo uma televisão com teu filho ao lado, teu filho abrigado, bem alimentado, quando você sabe onde tá o teu filho! Eu não tenho a menor idéia do que aconteceu com meu filho, nem sei se ele está vivo ou se está morto, eu não tenho a menor idéia do que aconteceu. E eu vou usar sempre, politicamente, eu vou usar sempre Arlete, mãe do Guilherme, isso ninguém vai tirar de mim, podem me criticar, porque ... Guilherme é meu filho, ninguém pode negar e esse respaldo que eu tenho, as pessoas me reconhecem como eu sendo a Arlete, mãe do Guilherme, e eu quero ser reconhecida como Arlete mãe dele, nunca, nunca eu vou esquecer essa identidade, ...

Além da discriminação por parte do eleitorado de mulheres, tanto que ela pontua este fato a principal causa de discriminação sofrida por ela nas campanhas anteriores a deputada estadual. “... *Nas outras teve na questão de usar o meu filho. Teve mulheres que disseram que não iam votar em mim porque eu usava o meu filho pra entrar na campanha. ... neste caso a discriminação era pela causa e não pelo fato de ser mulher.*” (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

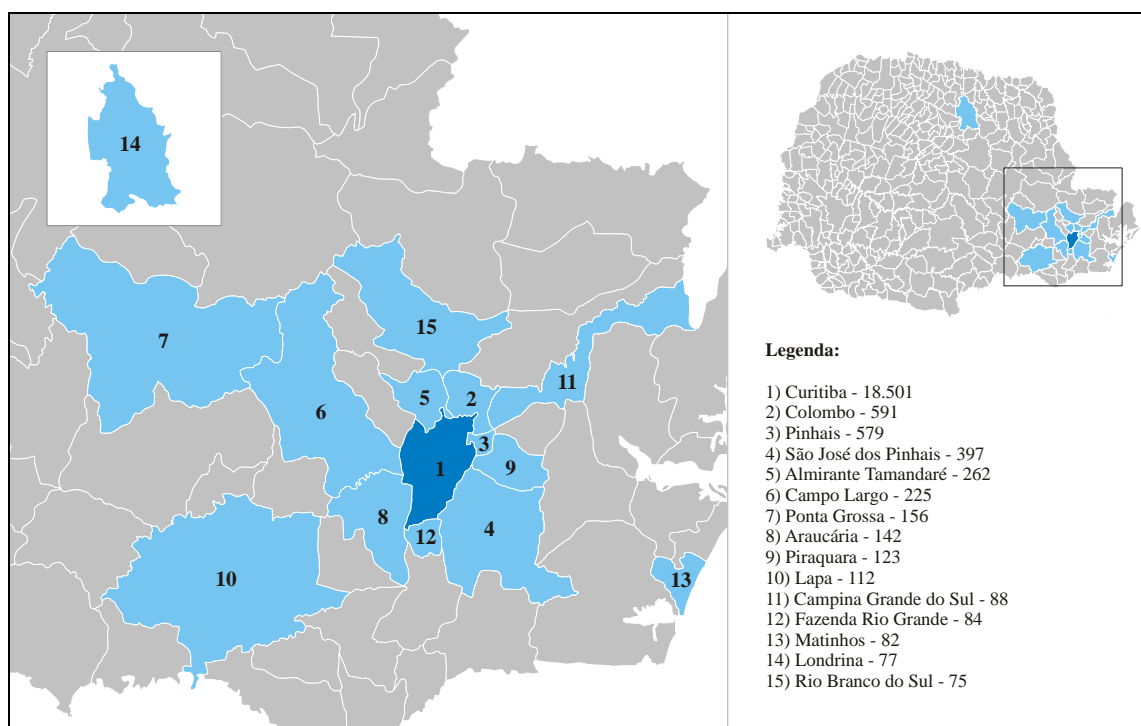
A trajetória político-partidária teve início em 1998, quando concorreu a deputada federal pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). A apresentação e estímulo foram oriundos de uma amiga que era filiada a este partido e a apresentou, no último momento permitido para convenção partidária e posterior oficialização de candidatura. “*Foi uma colega que era do partido, e ela disse: - Se realmente você quiser se candidatar, eu acho que é hora de sair mesmo, eu te levo pro PPB. Ela me levou para lá, eu me filiei no último dia ... foi tudo de última hora ... e eu saí candidata*”. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Neste ano, conquistou 30.000 votos. Votação expressiva, se pontuado o descrédito de muitos, que segundo ela “*ninguém acreditava que eu colocaria 1.000 votos*”. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004). Do total de votos conquistados neste pleito, 22.000 foram registrados em Curitiba. Fato que impulsionou a lançar candidatura a vereadora no pleito eleitoral de 2000, sendo eleita com 14.000 votos, segunda vereadora mais votada de Curitiba.

Em 2002, houve mudança de partido, segundo ela o Partido Popular Socialista (PPS) já havia procurado para filiação, “*antes de eu me eleger vereadora,*

o partido já me assediava”. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004). Dessa filiação resultou a candidatura para deputada estadual, pleito em que se elegeu com o total de 22.736 votos, sendo a segunda deputada eleita pelo partido, representando 28,58% do total de votos conquistados entre os três candidatos eleitos pela coligação.

Dos 399 municípios existentes no Paraná, a deputada registrou votação em 160, ou seja, em 40,10% dos municípios ela teve pelo menos um voto.



MAPA 4: Distribuição nos 15 municípios com maior número de votos da candidata/eleita, Arlete Caramês, em 2002.

A soma de votos computados nestes municípios com maior votação representa o total de 21.494, aproximadamente 94,53% do total de votos obtidos pela deputada, neste pleito. Embora a deputada negue a existência de um reduto eleitoral, estes municípios foram praticamente responsáveis pela sua eleição.

A questão do reduto eleitoral é respondida pela deputada considerando as pessoas que em diversas localidades trabalham para ela, de “colaboradores” transformam-se em “multiplicadores”.

Não tenho reduto eleitoral. ... As pessoas dizem assim: – Oh, a Arlete é quietinha, não faz muito barulho politicamente, mas o voto dela aparece na urna! Eu tenho amigos, colaboradores, hoje eu tenho multiplicadores, aonde eu vou, eu encontro multiplicador meu, pessoas que trabalharam para mim, sem eu saber, ... agora se você quiser que eu te diga onde é meu reduto eleitoral, eu não sei te dizer. Em 1998, eu tive voto em menos doze urnas aqui em Curitiba, todas as demais eu tive voto, eu tive praticamente no Paraná inteiro. Um votinho ... no Paraná inteiro. Quando tinha gente que dizia que eu não faria 1000 votos ... eu pinteï em tudo. [...] Em 2000, foi também semelhante, pra vereadora, praticamente todas as urnas eu tinha um votinho, ... fazer 14 mil votos para vereadora em Curitiba, você há de convir que é voto, é bastante voto... (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Com relação ao eleitorado, este é proveniente de várias camadas, mas a maior parte vem da classe com melhores condições econômicas. “Não é daquela classe pobre não, não. É de um pessoal mais elitizado, eu tenho na 2ª zonal, eu tenho no Bacacheri, no centro, muito voto, tenho muito voto no centro, eu sei identificar assim, ...”. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Também pode-se observar através de sua resposta que não prioriza nenhum grupo após sua eleição, mas, sim, medidas que propiciem a causa da criança, fruto inclusive dos lemas de campanha e próprios da sua trajetória política.

A perspectiva com a qual observa a ajuda dos partidos em campanha eleitoral é retratada com a seguinte frase: “*Só com o nome do partido realmente.*” (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004). Comenta sobre o episódio ocorrido quando foi candidata a vereadora, em 2000, como foi realizada a confecção dos “santinhos”:

Pra você ter uma idéia como vereadora, em 2000, eu sempre fui conhecida como Arlete, mãe do Guilherme, politicamente, ou mesmo antes, se me apresentarem Dona Arlete Caramês, o pessoal olha e fica e não sabe, mas se disser é Arlete, mãe do Guilherme, todo mundo sabe quem é. Pra você ter uma idéia, em 2000 o partido fez santinho – Arlete Caramês, uma foto desse tamanhinho, quer dizer ajudou em termos, porque eu joguei fora. [...] A ajuda dos partidos foram essas, santinhos, algum adesivo, nada mais de muita expressão. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Quando foi perguntada sobre a questão do conhecimento sobre a política de cotas, sua resposta foi positiva, e ao ser questionada se em algum momento da sua própria filiação alguém comentou sobre a necessidade da participação das mulheres, ela também afirmou que sim.

No entanto, quando questionada sobre a política de cotas beneficiar a entrada da mulher na política, seu posicionamento pode ser visto com cautela, na medida

em que se apresenta um nome para representar à população, é necessário visualizar as propostas. “*Eu acho que não. Independente de cota ou não, se você tiver um trabalho a mostrar, se você tiver um respaldo com um trabalho bom, você consegue entrar, se não tiver não entra. Não adianta você entrar na cota se você não tem um trabalho. Porque é o que eu noto, os partidos pegam mulher a laço, sem ideal nenhum, simplesmente para preencher a cota.*” (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Existe, segundo a deputada, um outro fator que deve ser levado em consideração a partir da proposição das cotas e os recursos para a campanha advindos da iniciativa privada e a própria questão dos partidos acreditarem nas mulheres.

Também tem outro problema, as mulheres entram, os empresários não ajudam as mulheres, os empresários ajudam os homens, os empresários eles não ajudam mulher, eles ajudam homem, essa questão de empresário bancar minha campanha eu não tenho, agora eu vejo aí campanhas milionárias nas ruas, ... em geral de homens, a da mulher sempre é forte, a minha campanha, as minhas campanhas foram feitas, a cada ano vai aumentando um pouquinho, a última se eu contar eu não participei de um comício. (Por quê?) – Nunca me convidaram. (O partido não convidava?) Não, nunca participei num comício na campanha pra deputada, a primeira vez que eu participei de comício foi agora na campanha de prefeito. ... Mas antes eu nunca tinha participado de comício, a minha última campanha foi feita com lanches na casa de amigos, amigos que tinham amigos que faziam uma reuniãozinha na casa dele com amigos dele, e assim a gente foi multiplicando. Assim que foi a minha campanha.(Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

A discriminação partidária existe, bem como a discriminação posterior à sua eleição. Geralmente, a discriminação apresentada é pela causa e o fato de ser mulher, segundo seu relato.

Ah! sim. Você é preterida em muita coisa, na própria campanha tem candidato que, eu tinha um grupo trabalhando em determinada região, tem candidato que vai lá e tem uma equipe só para tirar a propaganda de lá. Teve gente que falou assim: que eu uso o meu filho pra entrar em campanha política. Teve gente tá eleita aí comigo que falou isso ... sempre que eu abordo esse tema é pra explorar as pessoas usando o meu filho, ... discriminação a minha causa e a minha pessoa com certeza. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Com relação aos eleitores ela nunca sentiu, declara sempre ter sido muito bem recebida, enquanto mulher-candidata. Após sua eleição também afirma não ter

observado nenhum tipo de discriminação: “*Não, você é sempre bem recebida, ... eu não noto ... não, eles tratam você muito bem, nem como vereadora.*” (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Quando perguntada sobre a questão da mulher ao adentrar no cargo público pensar as políticas de modo a beneficiarem o seu gênero, sua resposta foi que sim, embora acredite que a mulher observa a questão de forma mais abrangente. “Com certeza. O homem não batalha tanto por este lado, eu acho que resta pra gente. Claro, a gente faz de uma forma mais abrangente...”. (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

Seu trabalho sempre foi pautado nas questões da criança e do adolescente, e pretende continuar os dois últimos anos de mandato na mesma perspectiva, além de buscar fiscalizar a implementação daqueles que já foram votados, pois para implementação das leis são necessários alguns procedimentos, como estruturação, comunicação, conexão, entre outros órgãos públicos.

Sempre, eu particularmente, baseio muito na criança e na questão do meu filho. Tenho projeto da questão da busca da criança ... imediata. [...] Eu pretendo, claro, eu vou fugir disso também ... a questão da alimentação especial já virou lei também ... só que tem trâmites. A questão da carteira de identidade eu acho muito importante, já virou lei, mas ela emperra na questão financeira, questão de organização entre os outros órgãos públicos. (como estruturação, comunicação, respaldo, fundamentar a lei). (Relato Depta. Arlete Ivone Caramês, 2004).

CAPÍTULO V

5 QUADRO PARANAENSE PÓS-POLÍTICA DE COTAS

No espaço social a inserção da mulher enquanto portadora de “direitos de cidadania”, reconhecidos por MARSHAL (1967), no livro *Cidadania, Classe social e status*, como: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, faz com que a reflexão possa ser empreendida pelo viés das políticas públicas.

Como pode ser constatado através do início e posterior desdobramento da construção da cidadania brasileira, pode-se dizer que existem justificativas bastante plausíveis para o seu surgimento e atual legalização da política de cotas no legislativo. Por outro lado, e aqui reside a abertura de outras questões a serem relacionadas sobre o tema, embora se reconheça a necessidade de inclusão de alguns segmentos da sociedade (grupos excluídos), em que medida somente essas leis conseguiriam dotar esses indivíduos de condições para tal inclusão no sistema?

A introdução da política de cotas no campo político para cargo legislativo no Brasil, como exposto, recaiu diretamente nos partidos políticos. Constatou-se, ao realizar o estudo comparativo entre um pleito de 1994 antes da instituição da política de cota e dois pleitos posteriores o de 1998 e de 2002, o aumento gradativo do número de mulheres que concorreram aos pleitos eleitorais no Paraná. Isso também ocorreu em âmbito nacional, constatado por MALHEIROS (1998), ARAÚJO (2001), AVELAR (2001)¹⁵.

Pode-se observar, neste estudo, que houve alteração no processo de construção das relações entre os agentes ocupantes da estrutura do campo político, pelo menos no quesito quantitativo.

Em alguns casos, houve o rearranjo produzido pelos partidos políticos no momento do lançamento das listas de candidatos aos pleitos eleitorais, isto é, número maior de mulheres compondo a lista dos partidos ou coligações.

¹⁵ Conforme material anexo, algumas tabelas que indicam esse aumento no caso brasileiro.

Isso pode ser observado no Paraná, conforme dados do TRE, que mostram o aumento gradativo de candidaturas de mulheres para o cargo de deputada estadual, dos pleitos eleitorais de 1994, de 1998 e de 2002¹⁶.

A partir dos dados coletados, aparece um outro fator referente a pouca repetição de nomes de candidatas nos pleitos eleitorais subseqüentes à primeira participação como candidata, no caso paranaense.

TABELA 7: REPETIÇÃO DO LANÇAMENTO DE CANDIDATURAS DE MULHERES EM PLEITOS ELEITORAIS DE 1994 - 2002

CANDIDATAS	1994 (1)	1998 (2)	2002 (3)	(2/1) %*	(3/2) %*
Lygia Lumina Pupatto	7.701	7.081	-	-8,05	-
Ligia Aparecida Cardieri Mendonça	5.309	11.661	-	119,64	-
Rosemari Kalluf Scheneck	1.173	238	-	-79,71	-
Sheila Elias Ribeiro	251	157	-	-37,45	-
Luciana Guzella Rafagnin	-	15.610	53.339	-	241,7
Serafina Martins Carrilho	-	15.952	16.062	-	0,68
Elza Francisca Jaime	-	1.018	322	-	-68,36
Nair Tartari Soto	-	785	655	-	-16,56
Sebastiana de Lurdes Santos de Lacerda	-	546	232	-	-57,5

* Os números referentes a essa coluna foram aproximados.

Conforme nos demonstra a tabela, nos pleitos eleitorais de 1994 e de 1998, ocorre repetição de lançamento de candidatura entre as mulheres, mas apenas uma consegue aumentar em 119,64% o número de votos conquistados, as demais diminuíram o número de votos na segunda participação.

Na comparação entre o pleito de 1998 e 2002 para cargo legislativo, observa-se que cinco mulheres persistiram em candidatura nos dois pleitos, duas aumentaram o número de votos conquistados, mas apenas uma obteve aumento expressivo, 37.729 votos a mais que na primeira participação, aumento de 241,7%; as demais diminuíram o número de votos em sua segunda participação.

Estes dados quantitativos são apresentados com vistas a demonstrar a dinâmica do jogo que ocorre no campo político, ou seja, as relações existentes entre os agentes que ocupam a estrutura do campo político.

A ciranda de nomes de mulheres nos pleitos em questão pode nos

¹⁶ Conforme tabelas dos pleitos eleitorais em questão, expostas no capítulo III, número de candidatas lançadas pelos respectivos partidos/coligações.

demonstrar um tipo de configuração existente no processo político, isto é, os partidos utilizam-se de “laranjas”¹⁷ para o preenchimento de suas listas de candidaturas.

Essa prática dos partidos ocorre como estratégia de jogo antes mesmo da instituição da política de cotas, no entanto, pelo mesmo motivo, isto é, fixada diretamente nos partidos políticos através de instrumento de reserva obrigatória de candidatura, essa medida em maior ou menor grau pode em certa medida perpetuar e consolidar essa prática. Isso, logicamente, dependerá das posições ocupadas na estrutura do campo, tanto pelos partidos como pelos candidatos, ou seja, dependerá se forem dominantes ou dominados no jogo que se joga pelo poder.

Essa questão também foi suscitada pelas mulheres candidatas/eleitas no pleito de 2002, quando responderam sobre as questões pertinentes à política de cotas. As entrevistadas pontuaram que a política de cotas poderia gerar o efeito “laranja” nos pleitos eleitorais.

Considerando as cotas institucionalizadas enquanto uma regra do jogo no campo político, lei imposta pelo poder simbólico coercitivo do Estado, pode-se também visualizar alguns desdobramentos relacionais desde os discursos e até os posicionamentos partidários.

Como nos demonstra o resultado da pesquisa, a lei de cotas é uma política pública, que para ser institucionalizada conferiu em maior grau tensão e conflito internos e externos ao campo político. Através dos discursos dos agentes que ocupam seus lugares nas diversas estruturas sociais – deputados, instituições governamentais ou não, grupos da sociedade civil organizada – pode-se observar alguns tipos específicos: aqueles proferidos a favor das cotas, contra as cotas e ainda os a favor, mas com ressalvas.

O tipo de discurso a favor das cotas pauta-se, por um lado, a partir das configurações sociais historicamente marcadas pelo poder dissimulador dos contratos sociais, que foram sendo delimitados a partir das diferenças sexuais, ou

¹⁷ O termo “laranja” é utilizado na esfera política, para designar – homens e mulheres – que servem para compor a lista de candidaturas, ou seja, preencher legalmente o quadro do partido de pretendentes a cargo legislativo.

seja, delimitando papéis e estruturando as competências. As relações entre o público e o privado são baseadas e delimitadas através das diferenças sexuais entre os homens e mulheres.

Essa perspectiva é pautada no trabalho desenvolvido por Carole PATEMAN, (1993), em que faz um compêndio analítico dialogando com os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau. Seu trabalho ressalta que a condição das mulheres historicamente é fundamentada numa diferença de construção natural e que isso corrobora com a condição de subordinação frente às relações sociais. Nesse ínterim, existe intrínseca à condição da mulher a qualidade de pertencer à esfera privada, ou seja, aquela que cuida das relações domésticas, e, portanto, essa estaria sendo considerada a esfera privada, e posteriormente configura-se o direito a mobilidade e a competência da mulher.

Por outro lado, naquele que enfatiza a discriminação do ou dos indivíduos “negativamente” no processo de construção e legitimação do indivíduo enquanto cidadão. Assim, observa-se nos discursos a necessidade de correção de tais encaminhamentos sociais através das políticas públicas, “ações afirmativas” ou “discriminações positivas”, que em sua formulação levem em consideração fatores conjunturais estabelecidos outrora e que se solidificaram nas estruturas do campo político e que balizam também as relações no mundo social. Exemplos a serem pontuados são os extratos dos discursos de alguns parlamentares quando do processo de instituição das políticas de cotas e os discursos dos movimentos feministas, através das instituições e associações que se configuram enquanto grupos de pressão.

O discurso contra as cotas é fundamentado a priori em dois princípios, quais sejam: o princípio da isonomia, isto é, todos são iguais perante a lei, pontua-se a existência de universalidade de direitos; e o outro, por serem em sua maioria todas as relações pautadas no generalista sistema meritocrático no qual a prova de competência e merecimento é dada pelo indivíduo.

Neste contexto, observa-se a influência do campo jurídico institucionalizado quando da homologação de leis que ao interagirem com e no

campo político colocam todos os indivíduos que concorrem em pleitos eleitorais em relações de igualdade formal na disputa política, elevando a resistência por tais medidas.

Um dos argumentos contra a instituição das políticas de cotas para o legislativo observam o fato de muitas mulheres, quando entram na disputa por um cargo não terem uma proposta e uma perspectiva política e ideológica, a qual sustentariam suas candidaturas. O outro argumento refere-se ao fato de os partidos políticos procurarem as mulheres para saírem candidatas simplesmente com o intuito do “politicamente correto”, isto é, após a instituição da lei buscarem colocar as mulheres para preencher suas listas eleitorais como meras figurantes do processo eleitoral.

Das configurações do campo político, a utilização de “laranjas” vai além do politicamente correto, pode servir como diferencial no cômputo final do processo eleitoral, pois no sistema eleitoral brasileiro a legenda pode garantir a ocupação de mais uma cadeira nos processos para o legislativo.

Dos grupos que são a favor das cotas, mas com ressalvas, enquadram-se as premissas pontuadas pelos grupos a favor, mas entendem que somente esse mecanismo que se transforma muito mais em estratégia política do que princípio igualitário, não basta para a possível efetivação da mulher na política. Isto pode ser observado através dos estudos que constataam o aumento da participação das mulheres nos pleitos eleitorais, mas não a significativa participação nos espaços de decisão, independentemente das esferas públicas institucionalizadas em questão, ou seja, o legislativo, o executivo, o judiciário.

Nesse caso, estaria contemplando a estrutura do campo político, ou seja, os agentes ocupam a estrutura do campo, e dão forma às relações entre as estruturas. Essa relação não ocorre sem a presença de um *habitus* que é compreendido como sendo estruturador e estruturante do campo e das relações entre os agentes. Só se consegue pensar em representação política a partir do momento em que ocorre a relação entre os que representam e os que são representados.

Portanto, poder-se-ia considerar princípio de inclusão participativa das

mulheres se fossem as cotas instituídas diretamente nas cadeiras a serem ocupadas nos parlamentos, pois desse modo estaria alterando a estrutura de distribuição do poder.

Entretanto, ao se pensar na inclusão participativa das mulheres dessa forma, abre-se outra questão diante das políticas de inclusão, ou seja, com relação aos outros grupos que se sentiriam deixados à margem do processo decisório, os negros, os índios, os homossexuais, que em maior ou menor grau podem ser considerados também “excluídos” e que as políticas públicas em certos casos não levam em consideração.

No mesmo tempo em que se busca enquadrar as relações sociais entre homens e mulheres como igualitárias, concomitante a isso se procura pontuar as diferenças. Nesse ponto é necessário lançar outra perspectiva de análise, ao se pontuar as diferenças como enfrentamento dos problemas estruturais e comportamentais entre as relações.

O alerta nesse sentido é observado por PIERUCCI (1998). Em seu trabalho aponta os dilemas e os riscos de se eleger a diferença enquanto princípio argumentativo e justificativo para pontuar as lutas políticas dos movimentos sociais (inclusive os feministas) e, através desse prisma, efetuar as políticas públicas. Nem sempre apontar as diferenças gera alterações substanciais, existem casos em que ao se pontuar as diferenças abrem-se mais brechas comparativas e valorativas. O autor inclusive cita o caso Sears¹⁸, que ocorreu no campo jurídico norte-americano e que até hoje gera debate histórico sobre a demanda política igualitária. O primado à diferença contrapõe-se ao sujeito universal, surgem categorias de análise baseadas nas diferenças culturais, diferenças étnicas, diferenças sexuais, enfim diferenças. O processo de construção de análise é fundamentado entre iguais, mas diferentes.

¹⁸ O caso era o de verificar se houve discriminação no processo de contratação de uma empresa varejista nos Estados Unidos, para fazer as análises e argumentações foram convidadas duas posições opostas de diferentes vertentes do movimento feminista. Os resultados imediatos foram divergências políticas e conceituais.

5.1 AS ELEITAS NO PARANÁ, PÓS-COTAS

No caso paranaense, a política de cotas não foi a principal motivadora da chegada ao poder das quatro eleitas no pleito de 2002, pois estas já tinham uma participação política. Considerando suas trajetórias num sentido amplo, o de envolvimento político, no sentido de ativismo, conforme nos demonstra AVELAR: “A forma de envolvimento político, de ativismo, de participação política são inúmeras e estão relacionadas com o próprio *status* do indivíduo na sociedade.” (2001, p. 47).

Se existe relação entre o status do indivíduo e a ação que desenvolve politicamente, existe relação também entre aquilo que o indivíduo traz consigo *handcaps*¹⁹ e o modo como utiliza-os para jogar o jogo no campo político, ou seja, os capitais que são adquiridos ao longo do processo de relação social com outros agentes e grupos e que podem ser usados tanto para sua entrada no campo político como para sua permanência.

A questão da participação da mulher como agente não pode ser contemplada somente a partir do campo político, ou seja, somente quando adentra na instituição estatal é que se estaria realizando e sendo política.

As relações na esfera privada (doméstica) passam por decisões, arranjos, negociações com outras pessoas e instituições, além de negociações consigo mesma, com o seu eu. Deste modo, considera-se a mulher desempenhando o papel de agente político, desde a tenra idade, quando das suas relações e inculcações interiores e exteriores a ela. No entanto, talvez suas relações de poder e função tenham se alterado gradativamente no processo de “evolução social”.

O alargamento da participação política para outras esferas permite também compreender a relação entre as eleitas no pleito de 2002 com o fato de todas elas terem respondido, em algum momento da entrevista, existir uma trajetória política anterior ao momento em que compuseram os quadros partidários para as eleições.

Os exemplos que podem ser evidenciados são: o trabalho de organização de

¹⁹ Segundo MICELI (1977), em seu estudo, os *handcaps* podem ser utilizados como trunfos para se alcançar postos disponíveis no mercado, neste caso, conquistar o espaço concorrido do campo político.

mulheres agricultoras, o que resultava em luta com o poder público para a conquista de direitos trabalhista; organização de partido na localidade onde residia; convivência com pessoas que diretamente ocupavam cargos públicos e ou viviam na lide do campo político, ou indiretamente, os que eram procurados, através do status social que possuíam e que serviam como indicadores para traçar os arranjos políticos locais; pais que foram políticos; participação em movimentos estudantis, ou mesmo algum fato particular que transformou-a num agente de luta a favor de alguma causa maior.

Essas evidências de participação política podem ser pontuadas enquanto capitais para entrada no campo político e posterior conquista do mandato. Entre as quatro candidatas/eleitas é possível reconhecer o capital social, o capital cultural, o capital político.

No entanto, o fato delas estarem no momento numa das esferas de poder, isso não as coloca sempre nesta condição, mas aumenta a probabilidade delas serem novamente candidatas e conseguirem novamente uma cadeira no legislativo nas próximas eleições. Essas relações dependem de como serão criadas as estratégias para continuarem no jogo político. Dependendo inclusive do desempenho que tiveram frente aos seus eleitores e mesmo outros que podem visualizar em suas pessoas os capitais que outrora os outros já visualizaram.

Uma relação que pode ser evidenciada a partir das respostas das candidatas/eleitas é quando da chegada delas ao poder e o possível diálogo com seus eleitores. Algumas delas relataram que em suas práticas legislativas utilizam-se de idéias e propostas surgidas na base eleitoral. E que em tempo de recesso legislativo procuram retornar aos municípios onde residem seus eleitores para discutir outras propostas. Essa estratégia utilizada se observada pela lógica dos capitais e sua utilização no campo, pode resultar no aumento das probabilidades de permanecerem no campo nas próximas disputas eleitorais.

Outro fator a ser ponderado é a questão do voto “consciente”, isto é, as pessoas votarem em seus nomes pelo que as candidatas/eleitas fizeram antes da entrada no campo político para disputa do espaço de poder, ficou evidenciado nas

suas entrevistas. No entanto, o discurso, um dos trunfos utilizados pelos candidatos no pleito e posterior a eles em seus mandatos desloca o sentido do voto consciente para do voto que contempla o interesse próprio (individual). Além de existir o sentido do voto desinteressado que seria aquele em que o eleitor vota por ter ouvido dizer que este candidato fez ou faz alguma coisa. Os eleitores são, em maior ou menor grau, influenciados no momento de decidir por um ou por outro candidato, por um ou outro partido.

A maneira como se estabelece a relação, entre os representantes e representados no campo político, é muito dinâmica, várias podem ser as “justificativas do voto”. Não obstante, o que se observa deste estudo é que todas as candidatas/eleitas em maior ou menor grau possuem um reduto eleitoral definido, principalmente no caso das entrevistadas pelo modo como iniciaram sua entrada no campo, ou seja, já possuíam trunfos que as capacitavam para o jogo e que as fizeram aumentar dependendo dos capitais exigidos no momento das definições.

A participação das mulheres no campo do poder institucionalizado representa uma conquista que ocorreu gradativamente, fazendo parte do processo de construção da identidade social estabelecida na relação homem e mulher.

As candidatas/eleitas em suas respostas demonstram conhecer esse construto, mas ao responderem outras questões que são determinadas por essa construção, acabam reproduzindo justificativas pautadas na diferença que lhes foram passadas enquanto pertencentes ao biológico, ou seja, que a mulher tem predicativos naturais e, portanto, estão aptas a discutirem e estruturarem as políticas por uma perspectiva diferenciada da dos homens.

Adjetivos como: ponderada, sábia, detalhista, inteligente, organizada, serena, emotiva, verdadeira, culta, correta, líder, corajosa, entre outros, também são utilizados. Essas justificativas geram no campo político argumentações de que a mulher é por “natureza” diferente do homem, e essas justificativas não são utilizadas somente por mulheres, os homens também as utilizam, como pode ser observado inclusive nos apartes dos deputados ao discursarem sobre a necessidade da inclusão da mulher nos espaços de poder.

O extrato do texto de GROSSI E MIGUEL ilustra de forma esclarecedora essa questão:

Um outro tema recorrente nas falas é o conhecimento da sensibilidade como uma atributo das mulheres. Mas o que chama a atenção é que neste momento a sensibilidade é colocada, no discurso de mulheres e de homens, como um valor positivo para ser incorporado ao campo da política. Se antes o perfil político era a firmeza, a autoridade (e todos aqueles outros atributos atribuídos em nossa sociedade, ao masculino), hoje neste perfil, que inclui agora também a presença das mulheres, a “sensibilidade”, a “ética” da preocupação com os outros, começam a ser vistas como posturas necessárias, no exercício do poder. Esta seria uma das “diferenças valorizadas”, na participação da mulher na política.

Para muitas, uma das vantagens” da entrada das mulheres no espaço da política seria a sua capacidade, senão de transformar a chamada “política dura” (hard) em “política leve” (soft), pelo menos de suavizá-la, a partir da sua tão decantada “sensibilidade”. (2001, p. 193).

Um outro fator que pode ser analisado é a relação entre o partido e as candidatas/eleitas, dentre essas relações está a institucionalização das cotas para disputa eleitoral. Das quatro entrevistadas, duas concordam que as cotas foram uma medida de ação positiva no campo político. Os argumentos variam, revelados em diversas perspectivas: podem fazer com que gradativamente as mulheres percam o medo de participarem dos processos eleitorais; geram o aumento da participação de mulheres nas disputas eleitorais, mesmo sendo uma obrigatoriedade de reserva, existe uma conotação de poder simbólico frente aos partidos, ou seja, existe uma obrigatoriedade implícita. Outra entrevistada observa com cautela, alegando que beneficia, mas condiciona o efeito benéfico ao fato da postura da mulher candidata ser respaldada em proposta de trabalho.

No entanto, desse quadro e pontuando contra as cotas existiu uma delas que acredita ser a medida discriminatória. A perspectiva de análise foi sustentada na condição de igualdade e isonomia diante das relações e a partir do modo como ela percebe a ajuda do partido nas campanhas políticas.

Discorrendo sobre a mesma relação, mas pela perspectiva da discriminação, evidencia-se o exposto por algumas das candidatas/eleitas que houve “discriminação” quanto à divisão e a dificuldade de conseguirem recursos para suas campanhas. Poder-se-ia considerar esses fatores como sendo um dos prováveis fatores práticos que impedem a chegada das mulheres nas esferas de decisões.

Embora se saiba que também, para os partidos, a questão do orçamento se transforma num dos pré-requisitos, no sentido de quem ajudar, como, por que, isto se colocado na lógica de representatividade partidária encontrada no Brasil. Nessa lógica, quanto mais representantes um partido tiver nas casas legislativas, mais poder de decisão e barganha terão.

Essa lógica do campo político é uma das características que as mulheres que querem chegar a participar da disputa eleitoral devem preocupar-se, quando da escolha, decisão e sua incorporação com e nos partidos, vendo qual será realmente seu papel nessa relação candidata – partido – candidata. A configuração de auxílio do partido em relação às candidatas é visível, entretanto, ao observar os relatos das candidatas, vê-se que o auxílio é em certa medida insuficiente, do ponto de vista de recursos financeiros. Todo esse pano de fundo demonstrado faz parte da dinâmica do jogo político. Embora a maleabilidade esteja condicionada à estrutura do campo político, em maior ou menor grau, a curto, médio e longo prazo, produz rearranjos nas relações entre os agentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permite chegar a algumas considerações acerca da política pública institucionalizada através das ações afirmativas, neste caso cotas para cargo legislativo como sendo um dispositivo legal que, em seu fim último, preconizava o aumento da participação de mulheres no poder.

Como pode ser constatado, todo o processo de construção da política pública contempla diversos atores distribuídos no campo político nacional e internacional.

Neste estudo, o objetivo principal era verificar o aumento do número de mulheres nos processos eleitorais pós-cotas, o que foi possível contemplar de forma positiva, ou seja, houve aumento de mulheres candidatas.

Passados dez anos da instituição legal, Lei 9100/95, e precisamente cinco eleições que ocorreram em nível municipal, estadual e federal, e no caso paranaense as eleições para assembléia legislativa que ocorreram nos anos de 1998 e de 2002, observou-se o aumento ocorrido da seguinte forma, entre 1994 (sem cotas) e 1998 (com cotas), houve aumento de 125% no número de mulheres candidatas, sendo o aumento mais expressivo se comparado também com 2002 que foi de 26,66% em relação a 98.

Foi apresentada a política de cotas no legislativo através da perspectiva das políticas públicas, o que em certa medida também propicia algumas considerações face ao encaminhamento legal.

A política de cotas não pode ser considerada o instrumento principal para a efetiva participação no campo político institucionalizado. Primeiramente, porque foi instituída diretamente nos partidos políticos, o que pode contribuir para fortalecer a relação de “empréstimo de nome”, “de status” já existente no campo de disputa pelo poder, comumente conhecido como “laranjas”. Também cabe ressaltar que em nenhum momento as leis 9100/95 e 9504/97 configuraram esse encaminhamento, ficando a cargo dos partidos políticos e dos agentes que compõem suas legendas

para as eleições.

Outro fator poderia estar relacionado à maneira como se constroem as políticas de ação afirmativa - pontuando as diferenças. Ao justificar ações pela diferença pode gerar o efeito cascata, isto é, ao pontuar uma, surgem várias. Como exemplo: ao diferenciar homens e mulheres na política de cotas para o legislativo, abre-se a brecha para diferenciar também as mulheres. Brancas e negras, ricas e pobres.

Salienta-se o fato da instituição de cotas para a disputa dos cargos legislativos não oferecer condições para as mulheres chegarem aos canais de poder de decisão, o que ocorre com a instituição desta lei é a ênfase na problematização da inclusão das mulheres no campo político. Visto também que as candidatas/eleitas já tinham um histórico de participação política ou de alguma causa que as trouxeram para o rol das elegíveis.

O problema da inclusão e participação de mulheres não pode ser visto somente pelo prisma de atuação no cargo legislativo. O poder de decisão não está somente nessa estrutura, existem outros cargos que têm extremo e relevante poder de decisão. Também não pode ser observada somente a questão da busca pelo poder, há que se pensar no que fazer com o poder, ou seja, após ter chegado num dos campos do poder, quais são os capitais necessários para se jogar o jogo e aumentar as chances de continuar nessa esfera de decisão

Além disso, como já considerou TABAK (apud AVELAR, 2001) “... os conteúdos das leis não garantem a sua efetividade ...” (p. 35) Como observou no estudo, outros procedimentos devem ser objetivados para que tais encaminhamentos legais ganhem força frente à conjuntura vivida.

Tais medidas e como exemplo específico, poder-se-ia citar a educação, que, segundo AVELAR, os estudos relacionados à questão da inclusão das mulheres na vida política afirmam a necessidade.

... Sem um acesso a um patamar mínimo educacional, torna-se impossível o equacionamento dos problemas fundamentais e o envolvimento nas ações políticas. Os conteúdos educacionais não devem conter mensagens de superioridade do homem sobre a mulher. Devem promover o princípio da paridade e parceria e incentivar fortemente a

defesa dos princípios de igualdade. ... Para a promoção da consciência política da mulher, considera-se de fundamental importância a educação política relacionada com os direitos e deveres cívicos, sobretudo o direito à participação. Os governos, parlamentos, partidos políticos, organizações não-governamentais e mídias podem todos contribuir para esse processo ... (2001, p. 37-38).

A apresentação das candidatas/eleitas em 2002 foi uma das maneiras encontradas para mostrar que o jogo político é dinâmico, embora ocorra num local estruturado que é o campo político.

No que diz respeito às quatro deputadas, procurou-se evidenciar que existem semelhanças entre elas e que por um lado isso as fazem estar no campo do poder e que cada qual a seu modo utiliza os seus trunfos e capitais para se estabelecerem no campo político.

Não obstante, é necessário continuar as pesquisas em torno do tema, pois o quadro exposto acima nos possibilita novas possibilidades de pesquisa e que não foram contempladas neste estudo por razões de tempo e ainda porque entende-se que o objetivo de um estudo científico é abrir outras janelas para novas perspectivas de análise.

Assim, e de modo simplificado, apresenta-se algumas outras propostas de pesquisa, que visem contemplar alguns desdobramentos no campo social e político. A diferença entre homens e mulheres é justificativa para se propor ações afirmativas, então, reconhece-se que as mulheres também são diferentes na maneira de atuação quando ocupam um cargo político. Pergunta: As mulheres realmente diferem dos homens nos seus encaminhamentos, ou ao adentrarem nessa esfera do poder público são moldadas pela estrutura do campo político a tal ponto que passam a reproduzir a lógica existente? Se a reprodução da lógica existente for o elemento chave, as decisões tomadas por deputados estaduais (ou federais) em maior grau estão ligadas ao conjunto de capitais de um agente e a sua trajetória de vida do que ao fato deste agente ser homem ou mulher.

Outra possibilidade seria continuar pesquisando a trajetória política destas mesmas candidatas eleitas, com o intuito de perceber com mais apuro e precisão os movimentos delas no campo político. Se permanecem na estrutura e quais as

estratégias utilizadas para que isso ocorra. Observar as relações com seus representados, pois este trabalho indica que estas possuem um reduto eleitoral definido. Realizar pesquisa com nestas regiões para saber se os eleitores têm identificação com as deputadas e a maneira como se estabelece a relação.

Não foi objetivo neste estudo a análise no quesito de influência da mídia nas relações. No entanto, cabe ressaltar a importância de tais estudos, uma verificação quantitativa seria bastante viável, pois alia a mídia como possível instrumento de alterações sociais. Nesse caminho seria possível pesquisar como as candidatas utilizam esse instrumento para contribuir nas disputas eleitorais.

Muitas outras são as idéias que podem surgir, e espera-se que aconteçam, o amadurecimento das relações sociais e políticas devem ocorrer. A ciência deve-se fazer construtora, na medida em que ela própria se constrói. Com relação à perspectiva teórica adotada, Bourdieu serviu como instrumento para construção e análise das questões que foram levantadas para compor este estudo, não teve a pretensão de fechar os resultados, mas colaborar como sendo uma das possibilidades para apreensão das relações que se estabelecem socialmente, principalmente por capacitar a análise de modo relacional.

Todas as observações realizadas demonstram que deve existir interesse dos seguimentos que compõem e se relacionam estruturalmente no mundo social para que ocorra transformação. Parafraseando BOURDIEU: “Para mudar o mundo, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, isto é, a visão do mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos.” (1990, p.166).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Murillo de. **Grupos de pressão no Congresso Nacional:** como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo. São Paulo: Maltese, 1994.

ARAÚJO, Clara. *Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença.* In: **Mulher, gênero e sociedade.** [org.] Andréa Brandão Puppim, Rose Marie Muraro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

ARAÚJO, Clara. *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.* In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 9, n.1/2001.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira.** 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Estudo histórico sobre a condição jurídica da mulher no direito luso brasileiro desde os anos mil até o terceiro milênio.** São Paulo : Editora Revista dos Tribunais; Osasco, SP: Centro Universitário FIEO – UNIFIEO, 2001.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e cidadania.** São Paulo: Edusp, 1996.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **A profissão de sociólogo:** preliminares epistemológicas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, Löic. **Réponses:** pour une anthropologie reflexive. Parte 1, cap. 2. Paris, Seuil, 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 2002.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 1ª reimp. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BORBA, Ângela. *Legislando para mulheres.* In: **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores.** [Org.] Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho. 1ª reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Ministério da Justiça, Brasília, 1996.

BRITO, Maria Noemi Castilhos Brito. *Gênero e cidadania: referenciais analíticos*. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 9, n. 1/2001.

BRUNETTA, Míriam do Carmo. Política de cotas no legislativo: estudo de caso dos pleitos eleitorais de 1996 e 2000 no município de Campo Largo. Curitiba: UFPR, 2002. (Monografia apresentada na Graduação em Ciências Sociais.)

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3 ed., rev., ampl. São Paulo: Saraiva, 2003, (p. 1-68).

DIRCEU, José; IANONI, Marcus. **Reforma política: instituições e democracia no Brasil atual**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

DRAIBE, Sônia Míriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPEA. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. IPEA/IPLAN: Brasília, 1989 (v. 4 Políticas Sociais) e organização do Trabalho).

ELIAS, N.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os “outsiders”**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. Introdução à Sociologia. Lisboa, Portugal: Edições 70, s.d.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ENTREVISTA CANDIDATAS ELEITAS. Pleito eleitoral 2002. Curitiba/2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e avaliação de políticas públicas. In: **Lua Nova**, n ° 39, 1997, p.74.

GOMES, Joaquim Barbosa B. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade** – o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GROSSI, Miriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. *Dossiê: Mulheres na política, mulheres no poder*. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 9, n.1/2001.

HTUN, Mala. *A política de cotas na América Latina*. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 9, n.1/2001.

JUREMA, Solange Bentes. *Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres*. In: **REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS**, Vol. 9, n. 1/2001.

LAMPHERE, Louise; ROSALDO, Michelle. **A mulher, a cultura, a sociedade**. n/c, s/d.

LEÃO, José Anis. *Virtudes e defeitos das novas leis eleitorais*. In: **Direito eleitoral**. [coord.] Cármem Lúcia Antunes Rocha; Carlos Mário da Silva Velloso. Belo Horizonte : Del Rey, 1996.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe e Satus**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MICELI, Sérgio. **Poder sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MIGUEL, Luís Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”*. In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 9, n.1/2001.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro**. Brasília: CFEMEA, 2000.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

O’DONNELL, G. Uma outra institucionalização: América Latina e Alhures. In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 37, 1996, p. 7.

PARANÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Banco de Dados, resultado das eleições: 1994, 1998 e 2002.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. (Trad. Marta Avancini). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PHILLIPS, Anne. *De uma política de idéias a uma política de presença?* In: **Revista Estudos Feministas**, Vol. 9, n.1/2001.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: 34, 1998.

RISÉ, Cláudio. **Ser homens: a virilidade em um mundo feminilizado**. (trad. Pe. Vitot Pedro Calixto dos Santos). Curitiba: Lyra, 2001.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 25, pp. 26-37, 1994.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SILVA, Luiz Fernando Martins. *Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afro-brasileiros. (s.d.)*

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

VITA, Álvaro de. O lugar dos Direitos na moralidade política. In: **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, nº 30, 1993.

WEBER, M. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1999.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 12, n. 35, 1997, p. 29-48.

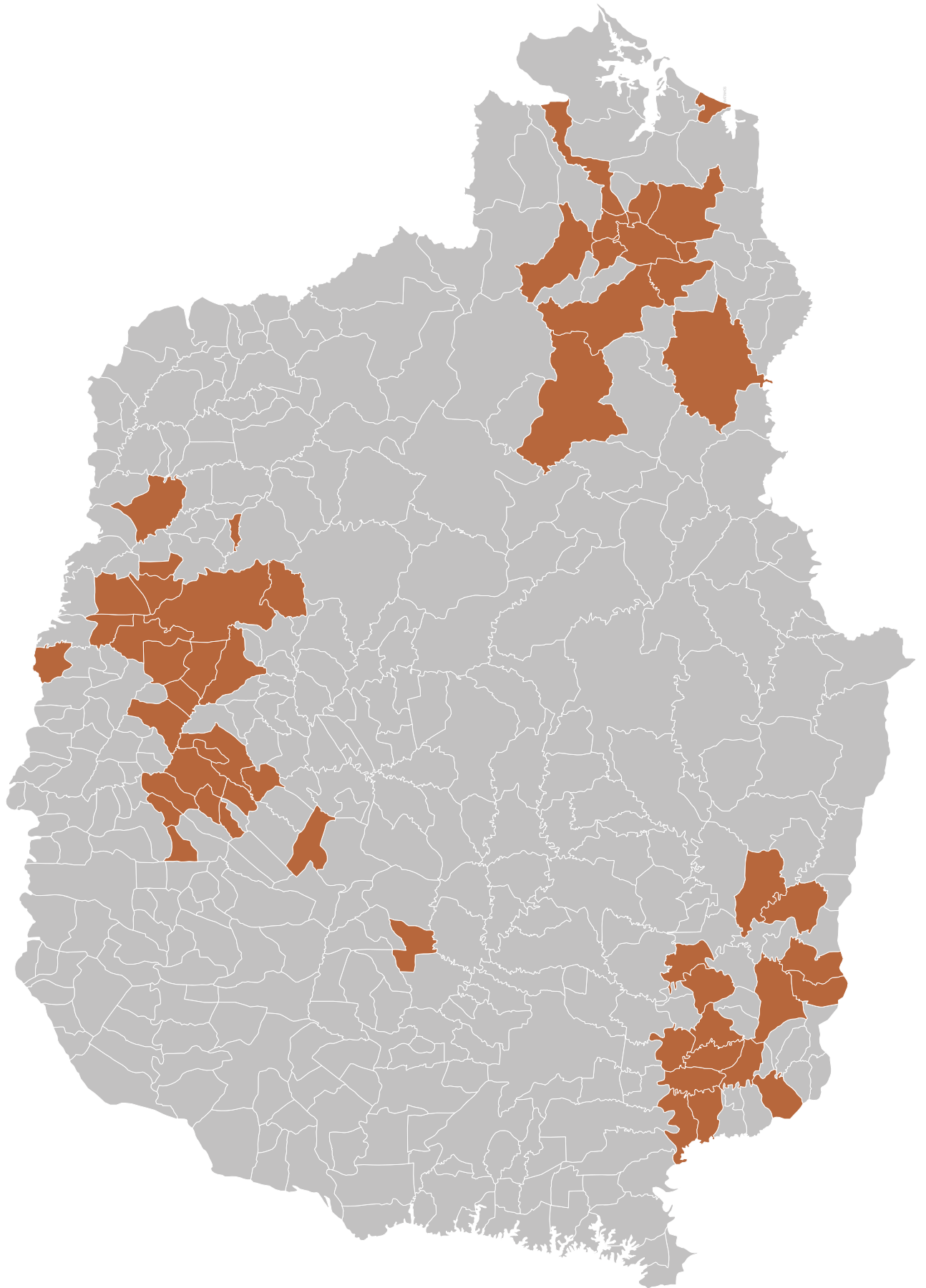
PERIÓDICOS

JORNAL GAZETA DO POVO. 1º agosto de 2002.

REVISTA CLAUDIA. Set./2002, p. 32.

REVISTA VEJA. 8 de novembro, 2000, p. 125-126.

ANEXOS



QUESTIONÁRIO

01) Idade	
02) Estado Civil	
03) Filho(s)	
04) Escolaridade	
05) Profissão	

TRAJETÓRIA POLÍTICA

06) Como surgiu seu interesse pela política?

A) Em que ano você iniciou sua trajetória no campo político?

07) Qual o seu partido político? Foi você que procurou o partido, ou o partido que a procurou?

08) O que lhe chamou atenção, por exemplo: no estatuto e ideologia/programa de governo, quando optou pela filiação em seu partido?

09) Como o seu partido ou coligação ajudou na sua campanha política?

10) Você tem um reduto eleitoral, em época de campanha, e, no caso de ser eleita da prioridade?

COTAS

11) Você tem conhecimentos sobre: o que é, e como funciona a política de cotas para o legislativo?

12) Você acredita que as cotas beneficiam a efetivação da mulher na política? Em que sentido?

13) O que acha da participação da “mulher na política”, no sentido de tomada de decisão?

14) Você acredita que a mulher ao adentrar num cargo político, lutará de forma mais efetiva pelas conquistas do seu gênero. Por quê?

15) Você percebeu algum tipo de discriminação por parte dos homens, fossem eles partidários ou mesmo eleitores? E das mulheres?

16) Você percebeu algum tipo de discriminação ao ocupar o cargo de deputada?

TRABALHO ATUAL

17) Como você constrói as posições políticas a serem apresentadas em plenário?

18) Você tem alguma área/assunto o qual priorize na hora das votações dos projetos?

19) Quais são as perspectivas para apresentação de projetos para os dois últimos anos de mandato?